

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**ATUANDO SOB VIGILÂNCIA:
RELAÇÃO ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS E REGIMES AUTORITÁRIOS COM-
PETITIVOS NA GUINÉ-BISSAU - o caso do Movimento Nacional da Sociedade Civil
para Paz Democracia e Desenvolvimento (1991-2019)**

UMARO SEIDI

Porto Alegre

2024

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

UMARO SEIDI

**ATUANDO SOB VIGILÂNCIA:
RELAÇÃO ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS E REGIMES AUTORITÁRIOS COM-
PETITIVOS NA GUINÉ-BISSAU - o caso do Movimento Nacional da Sociedade Civil
para Paz Democracia e Desenvolvimento (1991-2019)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Marcelo Kunrath Silva

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Seidi, Umaro

Atuando sob vigilância: relação entre movimentos sociais e regimes autoritários competitivos na Guiné-Bissau - o caso do Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz Democracia e Desenvolvimento (1991-2019) / Umaro Seidi. -- 2024.

136 f.

Orientador: Marcelo Kunrath Silva.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Guiné-Bissau. 2. Regimes Políticos. 3. Movimentos Sociais. 4. Repertórios. 5. Oportunidades Políticas. I. Silva, Marcelo Kunrath, orient. II. Título.

UMARO SEIDI

**ATUANDO SOB VIGILÂNCIA:
RELAÇÃO ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS E REGIMES AUTORITÁRIOS COM-
PETITIVOS NA GUINÉ-BISSAU - o caso do Movimento Nacional da Sociedade Civil
para Paz Democracia e Desenvolvimento (1991-2019)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2024

Resultado: Aprovado

Banca examinadora

Profº Dr. Marcelo Kunrath Silva (presidente da banca)

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Profº Dr. Matheus Mazzilli Pereira (Examinador Interno)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profª Dr. Teresa Cristina Schneider Marques (Examinadora Externo)

Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUC RS

Profº Dr. Ricardino Jacinto Dumas Teixeira (Examinador Externo)

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

DEDICATÓRIA

À memória dos meus falecidos pais, meus eternos heróis.

É imensa a dor de perder vocês e a saudade que sinto transformou-se num eterno eco em meu coração, uma triste canção que embala os curtos e preciosos momentos que compartilhamos. Vocês foram faróis de amor e sabedoria em minha jornada, guiando-me com carinho e inspirando-me a ser a pessoa que sou hoje. Cada conquista é tingida com a dor melancólica de não ter vocês por perto, mas também é celebrada em honra ao legado que deixaram. Vocês serão eternamente lembrados com gratidão, carinho e amor profundo.

Que as estrelas que agora os acolhem no céu brilhem com a mesma intensidade do afeto que vocês irradiaram em vida. Vocês estão sempre presentes em minhas lembranças e continuam a influenciar meu caminho, como anjos silenciosos que protegem e orientam. Agradeço por cada sorriso, por cada conselho, por cada abraço que moldou meu mundo. Mesmo na tristeza da separação física, carrego a alegria de ter tido pais tão maravilhosos. Até o reencontro, guardo vocês no santuário do meu coração.

Com amor eterno, vosso Farighu Seidi!

AGRADECIMENTOS

É difícil começar uma seção de agradecimentos em um trabalho acadêmico, pois a sua construção envolve colaborações e muitas contribuições de um conjunto de indivíduos, instituições amigos e familiares, tanto aqueles da academia assim como dos da fora dela. Por esse motivo, faço questão de, em primeiro lugar agradecer ao criador, a fonte inesgotável do amor e sabedoria, por guiar meus passos e iluminar meu caminho. Sou grato pelo dom da vida/saúde e pelas oportunidades que me são concedidas, pois sei que tudo isso provém da sua infinita bondade.

Aos meus pais, expresso minha profunda gratidão. Suas mãos foram as primeiras a segurar as minhas, seus abraços foram o alicerce do meu crescimento, e seus ensinamentos foram a luz que me orienta. Seu amor incondicional moldou meu caráter e me deu a base para enfrentar os desafios da vida. Cada sacrifício vosso é um testemunho do amor incansável que permeou minha jornada. Tenham um eterno descanso!

Permitam-me expressar gratidão à minha querida família pelo seu absoluto apoio ao longo desta jornada acadêmica. Seu amor, compreensão e encorajamento foram a força motriz por trás da conclusão desta dissertação. Agradeço por cada momento de paciência durante as longas noites de estudo, por cada palavra de estímulo quando os desafios pareciam insuperáveis e por serem a base sólida que me permitiu alcançar este marco em minha vida. Esta conquista é de todos nós, e dedico este trabalho a vocês que sempre acreditaram em mim. Obrigado por serem a luz que guiou meu percurso acadêmico.

Expresso minha profunda gratidão ao meu orientador, cuja orientação sábia e apoio indefesso foram cruciais para o êxito do projeto. Sua paciência, comprometimento e experiência foram elementos fundamentais para a materialização desta dissertação. Sou extremamente grato pela oportunidade de aprender sob sua orientação e por sua contribuição inestimável para o desenvolvimento das minhas habilidades de pesquisa. Agradeço por abrir caminhos, fornecer insights valiosos e ser um mentor excepcional ao longo desta jornada.

À instituição Universidade Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS), em especial ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e todos/as docentes do programa minha profunda gratidão pelos valiosos ensinamentos, orientações e apoio ao longo da minha jornada acadêmica. Suas aulas inspiradoras, disponibilidade para esclarecer dúvidas, e o comprometimento com a excelência acadêmica foram fundamentais para o meu crescimento. Além disso, agradeço a todos os profissionais que trabalham nos bastidores, contribuindo para o funcionamento

eficiente do programa. Seja na administração, nas bibliotecas, nas secretarias ou em outras áreas, a dedicação de vocês não passou despercebida. Agradeço por tornarem possível um ambiente propício ao aprendizado e à pesquisa.

Quero expressar minha profunda gratidão ao Grupo de Pesquisa Associativismo Contestação e Engajamento (GPACE), ao qual tive a honra de pertencer. A experiência enriquecedora e o ambiente colaborativo proporcionado por cada membro foram fundamentais para o desenvolvimento do meu trabalho. A troca de conhecimentos, as discussões estimulantes e o apoio constante foram elementos essenciais para o sucesso desta jornada acadêmica. Agradeço sinceramente a todos os colegas e docentes do grupo pelo compartilhamento de ideias e pela dedicação ao avanço da ciência, em especial ao campo de estudo de movimentos sociais e ação coletiva.

Aos meus queridos colegas, agradeço por fazerem parte desta jornada compartilhada. Cada desafio superado, cada conquista alcançada foi possível graças à nossa colaboração e apoio mútuo. Suas ideias, amizade e trabalho em equipe tornaram os momentos difíceis mais leves e as vitórias mais significativas. Juntos, formamos uma comunidade que enriquece e fortalece uns aos outros. Minha gratidão a isso!

Esta jornada não seria a mesma sem a orientação e o suporte dedicados de cada um de vocês. Saibam que suas contribuições são profundamente apreciadas e que levarei os ensinamentos recebidos para o futuro, continuando a aplicá-los na minha trajetória profissional e acadêmica. Mais uma vez, *DJARAMA* por fazerem parte desta fase tão importante da minha vida.

RESUMO

Nos primórdios do século XXI, importantes avanços de pesquisas sobre a atuação de organizações sociais em contextos de regimes híbridos — que, desde o fim do século passado, davam sinal positivo sobre o seu crescimento ao nível mundial — foram realizados com o objetivo de compreender desafios e estratégias inerentes à existência e atuação de organizações nestes contextos. Diversos conceitos foram apresentados sobre estes regimes, uma delas que tem tido importantes aceitações no universo acadêmico é o conceito de “regime autoritário competitivo”, abordado em primeira instância por autores norte-americanos. Algumas hipóteses foram avançadas pela literatura, na qual pode se perceber que não há um consenso entre os autores sobre como as oportunidades políticas têm sido explorados pelas organizações sociais e nem como estes atores têm sido impactados por regimes autoritários competitivos. Desta forma, o objetivo principal deste trabalho é analisar a atuação do Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz Democracia e Desenvolvimento — a maior rede de organizações da sociedade civil — da Guiné-Bissau, um país cujo perfil se enquadra às características de um regime autoritário competitivo. Para a realização da pesquisa, fizemos um estudo de caso na qual adotamos uma abordagem metodológica qualitativa, e os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizado com os atores do movimento. Além disso, analisamos alguns documentos do movimento e revisamos algumas obras que problematizam temáticas semelhantes, entre as quais destacam-se artigos que resultaram de estudos empíricos. Constatamos que, apesar de inúmeros desafios que a organização tem enfrentado na sua relação com o Estado guineense, a sua atuação é possível através de uma dinâmica interna caracterizada por um conjunto de eventos que conformam o seu principal repertório de ação. Esses eventos são assegurados logística e financeiramente por entidades internacionais. Além do mais, tomando em consideração ao contexto político que tem sido marcado por uma permanente luta pelo poder, a organização institui leis internas que proíbem seus membros de exercerem múltiplas filiações (na organização e em partidos políticos) com o propósito de prevenir cooptação de membros afetos a ela por parte de atores políticos, o que demonstra que ela tem travado uma luta quotidiana para alcançar a sua autonomia. Por outro lado, devido ao contexto fortemente repressivo, os protestos de rua não têm sido priorizados como principais estratégias de luta, e em substituição a isso, as pressões são feitas mais no âmbito institucional.

Palavras-Chave: Guiné-Bissau. Autoritarismo Competitivo. Organizações Sociais. Repertórios.

RESUMU

Na kunsada di es sekulu, manga di mpulma-mpulmas/avansu di piskizas kuta trata di atuason di organizason sosiais na contestus di regimis híbridus- ku, desdi fin di sekulu ku pasa, i da ba sinal pusitivu sobri kuma ku i kirsi anível mundial- i fasidu pa pudi n'tindi dritu dizafius ku istratégias, voltadu pa atuason di organizasons na es realidades. Regimis di es karáter dadu manga di nomis, má un delis mas kunsidu ou yalsadu na universu akademiku: konseitu di regimi autoritarius kompetitivus abordadu na purmeru instancia pa autoris ou piskizaduris norti-ame-ricanus. Alguns hipotize ku avansadu pa literatura, nunde ku i pudi pirsibidu di kuma i ka tem um consensu entri autoris sobri splorason di oportunidadi pulitikas pa parti di organizasons sosiais. Di es manera, objetivo principal di es tarbadju i pa analisa situason di Muvimentu Nacional de Sosiedadi Civil pa Pas Demokrasia i ku Dizinvovimentu- redi mas garandi di organiza-son di sosiedadi civil na Guiné-Bissau- um país ku si djitu di cedu ta n'kuadra karateristikas di un regime autoritariu kompetitivu. Pa dizinvovi es tarbadju, no fasi pesquisa di único caso nunde ku nô disidi usa método qualitativo, dados koletadu através di intrivistas semiestrutura-das ku no fasi ku atoris di movimentu. Alen di kila, nó analisa alguns dukumentus di movimentu i nó reviza alguns tarbadjus kuta problematiza temas ku parsi, entri elis i distaka artigos ku resulta di studus impirikus. Nô odja di kuma, apesar di organizason n'frenta manga di dizafius na si relason ku stadu guineense, si atuason i possível através di un dinâmika interna ku carate-rizado pa un conjuntu de eventos ku konforma si principal repertorio di ason. Es eventos tene suma ita suguradu logístika i financeiramenti pa entidades internacionais. Alem di kila, si nô toma en considerason kontexto pulitiku ku markadu pa un luta permanenti di puder, organizason kria leis dentru di si mandjuandadi pa tudji si membrus pa afilia na utrus orgoanizason, pa pudi alkansa si autonomia. Pa utru ladu, dividu a contestu fortimenti represivu, protestos di rua ka sudu prioridade suma principial stratgia di luta, pa organizason, pa muda es situason, presons ta fasidu na ambitu instituisional.

Palabras-principais: Guiné-Bissau. Otoritarismu Kompetitivu. Organizasons Sosiais. repertó-rios.

ABSTRACT

At the beginning of the 21st century, important research advances on the performance of social organizations in contexts of hybrid regimes — which, since the end of the last century, gave positive signs about their growth at a global level — were carried out to understand challenges and strategies inherent to the existence and performance of organizations in these contexts. Several concepts have been presented about these regimes, one of which has had important acceptance in the academic world is the concept of "competitive authoritarian regime", addressed in the first instance by North American authors. Some hypotheses have been advanced in the literature, showing that there is no consensus among authors on how social organizations have exploited political opportunities nor how competitive authoritarian regimes have impacted these actors. Thus, the main objective of this work is to analyze the performance of the National Civil Society Movement for Peace, Democracy and Development — the largest network of Guinean civil society organizations — a country whose features fit the characteristics of a competitive authoritarian regime. To carry out the research, we carried out a case study in which we adopted a qualitative methodological approach, and the data were collected through semi-structured interviews carried out with the movement's actors. Furthermore, we analyzed some documents from the movement and reviewed works that problematize similar themes, among which articles that resulted from empirical studies. Despite numerous challenges the organization has faced in its relationship with the Guinean State, its action is possible through an internal dynamic characterized by a set of events that form its main action repertoire. International entities logistically and financially ensure these events. Furthermore, taking into account the political context that a permanent struggle has marked for power, the organization institutes internal laws that prohibit its members from exercising multiple affiliations (in the organization and political parties) to prevent co-option of members' affection towards her by political actors, which demonstrates that she has been fighting a daily struggle to achieve her autonomy. On the other hand, due to the strongly repressive context, street protests have not been prioritized as the main strategy of struggle. Instead, pressure is placed more at the institutional level.

Keywords: Guinea-Bissau. Competitive Authoritarianism. Social Organizations. Repertoires.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Mapa de Guiné-Bissau	17
Figura 02	Identificação de Entrevistados Através da Estratégia Snowball	23
Figura 03	Representação do Repertório do MNSCPDD	24
Figura 04	Tipos de Regimes	34
Figura 05	Estrutura Diretiva do MNSCPDD	87
Figura 06	Princípios do MNSCPDD	91

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 01	Golpes de Estado na Guiné-Bissau concretizados por intervenções militares....	69
Quadro 02	Destituições de governos/parlamento por meio de decretos presidenciais na Guiné-Bissau	70
Quadro 03	Eventos Eleitorais na Guiné-Bissau	76
Gráfico 01	Códigos a Partir de Repertório do MNSCPDD	26
Gráfico 02	Total e tipos de organizações filiais ao Movimento Nacional da Sociedade Civil ..	83
Gráfico 03	Percentual de tipos de organizações membros do Movimento Nacional da Sociedade Civil	84
Gráfico 04	Áreas Temáticas de Intervenção de organizações filiais ao MNSCPDD	85
Gráfico 05	Área Geográfica de Intervenção de organizações filiais ao MNSCPDD	86

LISTA DE SIGLAS

BM - Banco Mundial

C21 - Carta 21

CAJ - Centro de Acesso à Justiça

CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CGC - Comissão de Gestão de Crise

CNBV - Comissão Nacional da Boa Vontade

CNE - Comissão Nacional das Eleições

CNJ - Conselho Nacional de Juventude

EOP's - Estruturas de Oportunidades Políticas

EUA - Estados Unidos de América

FARP - Forças Armadas Revolucionária do Povo

FLING - Frente da Libertação da Guiné

FMI - Fundo monetário Internacional

JAAC - Juventude Amílcar Cabral

JURG - Juventude Unificada Revolucionária dos Guineenses

LGDH - Liga Guineense de direitos Humanos

MCCI - Movimento de Cidadãos Conscientes e Inconformados

MNSCPDD - Movimento Nacional da Sociedade Civil Para Paz Democracia e desenvolvimento

ONGs - Organizações Não Governamentais

OPAD - Organização dos Pioneiros Abel Djassi

PAICV - Partido Africano para a Independência de Cabo Verde

PAIGC - Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPM - Political Process Model

PRS - Partido da Renovação Social

RDN - Rádio Difusão Nacional

RENAJ - Rede Nacional das Associações Juvenis

RGB/MB - Resistência de Guiné-Bissau-Movimento Bafatá

TGB - Televisão de Guiné-Bissau

TPP - Teoria de Processos Políticos

UDEMU - União Democrática das Mulheres

UM - União para Mudança

UNTG - União Nacional de Trabalhadores da Guiné

UPANG - União Patriótica Anti-Colonialista da Guiné-Bissau

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	18
2.	Escolhas Metodológicas	20
2.1	Desenho e Coleta de Dados da Pesquisa	21
2.2	Procedimentos de Análise e Considerações Éticas.....	23
3.	REGIMES POLÍTICOS, OPORTUNIDADES POLÍTICAS E REPERTÓRIOS DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.....	28
3.1	ABORDAGEM INICIAL	28
3.2	REGIMES POLÍTICOS	31
3.3	AUTORITARISMO COMPETITIVO: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS	37
3.3.1	Os Pleitos Eleitorais	39
3.3.2	As Liberdades Civas	40
3.3.3	Campo de Disputa Nivelado.....	41
3.3.3.1	Controlando o Judiciário	42
3.3.3.2	Monopólio dos Meios de Comunicação	43
3.3.3.3	O Uso Abusivo dos Recursos Públicos	44
3.4	ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM CONTEXTOS AUTORITÁRIOS E COMPETITIVOS.....	44
3.5	ABORDAGEM SOBRE REPERTÓRIOS.....	51
3.6	COMENTÁRIOS	54
4.	GUINÉ-BISSAU: DA DESEDIFICAÇÃO DO REGIME MONOPARTIDÁRIO À CONSOLIDAÇÃO DO AUTORITARISMO COMPETITIVO	56
4.1	INDEPENDÊNCIA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO GUINEENSE.....	56
4.1.1	Contexto Político-Social Pós-Independência e as Lições do Monopartidarismo	59
4.2	IMPOSIÇÕES À DEMOCRATIZAÇÃO E ÀS TRANSIÇÕES FORÇADAS	63
4.2.1	Sociedade Civil em Meio ao Caos Autoritário	67
4.3	SITUANDO AUTORITARISMO COMPETITIVO NA GUINÉ-BISSAU.....	71
4.3.1	Aspecto Histórico-Eleitoral e a Caça aos Meios de Comunicação	72
4.3.2	Protestos Populares e a Manipulação da Esfera Judicial na Guiné-Bissau	78

5.	MOVIMENTO NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL PARA PAZ DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO-MNSCPDD	82
5.1	Objetivos.....	88
5.2	Princípios.....	90
6.	A ATUAÇÃO do MOVIMENTO NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL NA GUINÉ-BISSAU: REPERTÓRIO DE INTERAÇÃO, CONFLITOS, DESAFIOS E ESTRATÉGIAS. 93	
6.1	Estratégias de Denúncias	95
6.2	<i>Djumbai</i> Comunitário	101
6.3	Diálogo Civil Militar	105
6.4	Escolas de Cidadania	107
6.5	Monitorando as Eleições	109
6.6	Protestos de Rua	114
7	CONCLUSÃO.....	118
	REFERÊNCIAS	124
	ANEXO A - CONSULTA DE FREQUÊNCIA DE PALAVRAS NO <i>NVIVO</i>	129
	ANEXO B – CÓDIGO DE CONDUCTA E ÉTICA ELEITORAL	130
	ANEXO C - COMUNICADOS À IMPRENSA DO MNSCPDD	132

1. INTRODUÇÃO

Constitucionalmente a Guiné-Bissau é um Estado democrático, sendo assim as suas leis se fundam com base a princípios desse sistema de governo. No artigo 1º da sua Constituição da República de 1984, revisado em 1991, define-se que “a Guiné-Bissau é uma República soberana, democrática, laica e unitária”. A constituição afirma que ao povo guineense é delegado o direito de exercício de poder popular e é ele (o povo) quem escolhe atores que devem ocupar instituições políticas por meio de escolhas diretas em urnas. Em tese, isso significa que cidadãos guineenses têm direito de participar diretamente nas tomadas de decisões sobre a vida política e social do país; têm direitos, deveres e liberdades para exercerem, tanto de exercício cívicos quanto de criar suas organizações, de se reunirem de forma pública e manifestar suas opiniões/oposições a atores políticos ou políticas governamentais, buscando por meio dessas organizações mecanismos duradouros para solucionar problemas que lhes afetam.

Apesar de o país se declarar democrático em 1991, desde então tem testemunhado uma série de transformações políticas marcadas por turbulências e uma dinâmica única entre a sociedade civil e o poder estatal, as sucessivas instabilidades políticas põem em causa a consolidação deste sistema de governo. Entre diversas causas que foram identificadas como cerne desse obstáculo está a luta pelo poder (Nobrega, 2003). Esse problema traduz-se em recorrentes violações de direitos cidadãos criando desconformidades entre as garantias do sistema e ações práticas de atores políticos e militares. Diante disso, as organizações da sociedade civil aparecem como atores que exercem políticas “alternativas” ao Estado (Barros, 2012).

A proliferação dessas organizações no país se deu a partir da abertura democrática com a adoção de uma nova constituição da república que passou a permitir a existência de outros partidos políticos não alinhados à ideologia do Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), ao mesmo tempo permitiu-se a livre criação de organizações sociais, movimentos sociais, associações, sindicatos de profissionais do setor público e privado etc. dando a estas liberdades de ação e de expressão (Koudawo e Mendy, 1996; Carvalho, 2014).

A tentativa de exploração das novas oportunidades políticas abertas por parte destes novos atores no cenário sociopolítico guineense evidenciou que, apesar de o país adotar uma nova ordem de leis que se pretendem democráticas, as práticas autoritárias das autoridades teriam suas continuidades por meio repressões, perseguições e diversas outras características que não se conformam a preceitos democráticos. Levistky e Way denominam esses tipos de regimes como autoritários competitivos. São regimes híbridos e se caracterizam por portarem duas extremidades: a democrática e a autoritária (Levistky2002; Way, 2010).

No entanto, é a partir desse cenário que, quase oito anos após a instituição do sistema democrático, deu-se a criação do Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz Democracia e Desenvolvimento (MNSCPDD) – a maior plataforma de rede de organizações da sociedade civil no país – durante um dos períodos mais conturbados que o país viveu depois da transição política. Essa rede de organizações sociais nasce a partir da tentativa de dar respostas ao contexto da guerra civil; sua primeira missão foi buscar estabelecer diálogo entre os atores em conflito e, com isso, procurar, junto da comunidade política e outros atores da sociedade civil, mecanismos para a estabilidade e desenvolvimento nacional. A primeira tarefa foi conseguida após uma série de lutas paralelas, — desta e outras organizações sociais como é o caso da Comissão Nacional da Boa Vontade (CNBV) e a Comissão de Gestão de Crise (CGC) Cardoso (2008); Carvalho (2014) — empreendidas por meio de protestos, negociações e lobbies.

Após o fim da guerra, a atuação do movimento foi dinamizada pela criação de novas formas de ação. Entre as que foram introduzidas ao repertório do movimento estão os encontros comunitários; o diálogo civil militar, cujo caráter e formato foi se transformando ao longo do tempo; as sessões de formação etc. Entretanto, o contexto político guineense, que tem sido conturbado ao longo do tempo, tem impactado as ações do movimento, impedindo certos avanços no que concerne às lutas da organização. Isso condicionou a própria postura do movimento diante de disputas pelo poder que têm sido frequentes ao longo desses anos. Além desses desafios, a sua relação com organizações políticas e governos têm gerado questionamentos sobre a sua autonomia. Para alguns autores, a organização deve assumir uma postura autônoma, não estabelecendo uma relação de cooperação com atores políticos e nem partidos (Nanque, 2019).

Para tanto, neste estudo propõe-se analisar a atuação desta organização diante da estrutura política, cuja conduta não se enquadra nem em democracias plenas e nem em autoritarismos hegemônicos. Desta forma, a pergunta que propomos responder é “Como se constituem e atuam os movimentos sociais em regimes autoritários competitivos?”. Definimos o caso do regime guineense como realidade empírica em análise e trabalhamos especificamente com o MNSCPDD como objeto de pesquisa. Nossas análises constataram que, devido a um crescente autoritarismo que reflete na tentativa de cooptação, perseguição e repressão contra os atores desta organização (assim como de outras organizações da sociedade civil, em particular os movimentos sociais) são sujeitos, o movimento instituiu formas de ação que o posiciona fora da cooperação com os atores políticos, estabelecendo essa cooperação a organizações internacionais, concretizando suas ações no país, mesmo que de forma fragmentada e com pouco impactos.

Este trabalho é dividido em quatro capítulos além da introdução; em seguida, a descrição da metodologia utilizada para materializar o trabalho; e, no final, a conclusão. No primeiro capítulo, abordamos o referencial teórico que sustenta nossa análise, buscando compreender as abordagens da literatura sobre a relação entre organizações sociais e regimes autoritários competitivos, os repertórios mobilizados e o efeito da cooperação entre os dois atores. No segundo, fizemos uma abordagem descritiva do enquadramento da Guiné-Bissau como país autoritário competitivo e a atuação de organizações sociais no meio àquele cenário, para isso, dialogando com autores que trabalharam sobre a questão, procuramos fazer análises de eventos históricos como o período monopartidário, a transição política, as eleições e os sucessivos golpes de Estado. No terceiro capítulo, fizemos uma caracterização do MNSCPDD buscando entender a sua origem, o seu funcionamento e como ela se estrutura. Já no final, no capítulo quatro, analisamos os conteúdos das entrevistas que realizamos com os membros do movimento, o objetivo foi de entender a atuação do movimento perante o contexto autoritário guineense, as dinâmicas e os desafios que têm enfrentado.

2. ESCOLHAS METODOLÓGICAS

Esta seção descreve a metodologia utilizada para realizar a presente pesquisa. A apresentação deste processo é essencial para que o leitor/a entenda como as análises foram feitas, quais materiais foram usados, como as análises desses materiais contribuíram para se chegar a uma conclusão. Também, a seção metodológica permite que leitores/as entendam os desafios enfrentados e estratégias usadas para superar tais obstáculos. O processo metodológico aqui adotado foi cuidadosamente selecionado para garantir rigor e relevância na abordagem do problema de pesquisa levantada no início da confecção do projeto que deu origem a esta dissertação.

Todavia, ao começarmos a seção queremos chamar a atenção de que a pesquisa em si como prática acadêmica exige de nós uma posição, seja como pesquisador/analista/crítico seja como cidadão/militante/sujeito, o que certamente influi tanto na seleção do objeto, análise, quanto na interpretação dos dados obtidos durante a pesquisa. No entanto, é a partir disso que a pesquisa social de natureza qualitativa nos incita a não desvinculação do pesquisador com o objeto a que pesquisa. Uwe Flick dizia que uma pesquisa qualitativa se situa entre o uso adequado de métodos e uma postura dentro dela (Uwe Flick, 2009). Portanto, aqui nesta pesquisa, desafiamo-nos a assumir lentes de análise crítica sobre o que propomos estudar. Isso não quer dizer que nos despimos do que somos. Apenas estamos nos posicionando em um lugar que nos

possibilite fazer críticas e autocrítica de práticas na relação Estado *versus* sociedade organizativa em um país cujo desafios estruturais e político-governativos são quotidianos.

Nesta pesquisa, posicionamo-nos como cidadãos, sem vinculação partidária e organizações sociais, mas que se simpatizam com organizações sociais que lutam em defesa do sistema democrático pela promoção da participação social e ampliação de políticas públicas e sociais. Isso não quer dizer que somos militantes do Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz Democracia e Desenvolvimento ou de alguma outra organização da sociedade civil. Muito pelo contrário, somos avessos a posicionamentos de muitas organizações, tanto políticas assim como sociais. Contudo, se observarmos a necessidade de assumir uma militância ativa em qualquer organização, seja política ou de caráter social para darmos o nosso contributo ao país, não hesitaremos em fazê-lo, mas essa organização terá que ser compromissada com pautas e agendas sociais.

Feito isso, precisamos enaltecer que as expressões analíticas contidas nas páginas que se seguem estão afiguradas nas nossas percepções de pesquisadores/acadêmicos e cidadãos interessados em estudos de organizações/movimentos sociais e de regimes políticos, atentos às interações entre o Estado e organizações sociais, sobretudo no que concerne a partilha de atores entre os dois.

Tendo dito essas questões preliminares, precisamos informar que esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, é um estudo de caso realizado com o MNSCPDD, cuja técnicas de coleta variaram entre entrevistas com membros desta organização e coleta de documentos da e sobre o movimento e outras informações importantes para a pesquisa. Yin entende que o estudo de caso é aplicável a diversos campos de estudo, mas particularmente a estudos sociológicos (Yin, 2001). Segundo o autor, os estudos de caso que introduzem questões de “como” e “por que” procuram, muitas vezes, explorar a configuração ou acontecimentos de um determinado evento ou contexto. Para isso, o estudo de caso aqui aplicado procurou responder à questão da pesquisa anteriormente introduzida, cuja interrogação inicia-se com a palavra “como”.

2.1 Desenho e Coleta de Dados da Pesquisa

Como frisamos atrás, a abordagem metodológica deste trabalho é de natureza qualitativa e as estratégias de coleta de dados nela empregada variaram entre coleta documental e realização de entrevistas semiestruturadas com membros da organização, objeto deste trabalho. As entrevistas foram realizadas à distância – de forma virtual, através de chamadas telefônicas – com cinco membros do movimento, pertencentes às estruturas diretivas, tanto regionais assim

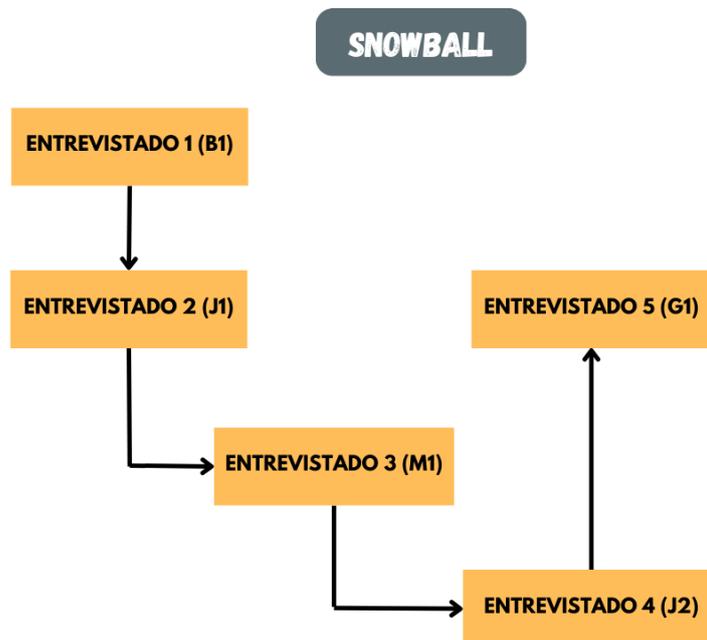
como a nacional. A identificação de cada uma das pessoas participantes foi feita por meio da estratégia *Snowball* (ver Vinuto, 2014). Essa forma de entrevista e de identificar membros da organização foi adotada em razão de obstáculos motivados pela nossa impossibilidade de ir fazer o trabalho de campo na Guiné, pois o programa não dispõe de recursos suficientes para apoiar a nossa ida e, por outro lado, não tivemos sucessos nos contatos prévios que fizemos para solicitar participação de alguns membros da organização na pesquisa. Além do mais, recebemos diversas recusas de entrevistas, devido à delicadeza da questão a ser tratada nela. Tal dificuldade se coloca como um indicador do autoritarismo e dos riscos do ativismo no contexto pesquisado.

As entrevistas online se colocaram como alternativas eficazes para concretizarmos o nosso objetivo de pesquisa. Esta forma de entrevistas ganhou uma acentuada aceitação no período da pandemia, devido a total restrição de circulação dos indivíduos e, no entanto, de uma maneira ou outra, as atividades de pesquisa precisavam continuar. Nós realizamos as nossas entrevistas no período pós-pandemia, e estas se mostraram eficazes, pois além de garantir a segurança dos entrevistados que escolherem as localidades a partir da qual se sentiam maior segurança para participar delas, conseguimos obter informações relevantes que interessam ao nosso trabalho, conforme poderá ser observado em páginas de sessões que se seguem. Apenas fomos obrigados a enviar recursos para garantir que os atores entrevistados pudessem adquirir dados móveis de internet de modo a facilitar a sua participação.

A figura a seguir demonstra como ocorreu as indicações dos entrevistados. O nosso entrevistado um (01), codificado como B1, é uma pessoa que facilitou o nosso contato com a organização mediante as redes sociais dela. O B1 indicou o segundo participante (J1); este último indicou o terceiro (M1); o M1 indicou o quarto entrevistado, cuja codificação é J2; e, por último o J2 indicou o G1.

Importante mencionar que nenhum dos participantes indicou uma pessoa da mesma região, isto é, um/a colega da mesma direção, isto se deve a pretensão inicial de entrevistar no mínimo um membro em cada direção regional e na direção nacional. Entretanto, ao longo da realização da pesquisa, além de obstáculos e barreiras geográficas e desafios de convencer os atores da organização a participarem das entrevistas, tive a infelicidade de perder a minha querida mãe, o que não só afetou a aceleração do trabalho, mas também comprometeu, em partes, a minha capacidade produtiva por um tempo.

Figura 02: Identificação de Entrevistados Através da Estratégia Snowball.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Os documentos que tivemos acesso, como estatutos, relatórios e atas foram coletados a partir do site da organização. Além desses, também consultamos matérias jornalísticas que trataram sobre a atuação do movimento. Esses documentos e matérias serviram para confirmar algumas informações que foram descritos em entrevistas que realizamos com os membros do movimento.

2.2 Procedimentos de Análise e Considerações Éticas

Tomando em consideração o objetivo geral do trabalho, procuramos identificar na resposta dos entrevistados conteúdos que remetesse as formas de atuação do movimento. A primeira entrevista foi muito importante para isso. Nos contatos preliminares com ele buscamos entender eventos que a organização tem realizado e a partir disso o foco das entrevistas foi voltado a tentar entender as formas com que estes são realizados, os atores participantes, os objetivos, desafios e estratégias adotados por atores da organização para realizar o evento; mas particularmente o papel e posição do Estado em cada um dos eventos.

Por este motivo, após a realização das entrevistas e conseqüente transcrição delas, o primeiro passo para preparar a análise foi buscar familiarizar com o material (pré-análise), depois exploramos diversos contextos das falas e seus significados para o trabalho e

especificamente para o evento em descrição (exploração do material), tomando em consideração também algumas propostas teóricas sobre a relação entre Estado e movimentos sociais (ver a literatura sobre contenção política norte americana e a literatura brasileira de movimentos sociais). Posteriormente, criamos códigos no software de análise de dados qualitativos (NVIVO) — conforme sugere Graham Gibbs (Gibbs, 2009) — que remetesse especificamente ao determinado conteúdo. Estes passos se enquadram nas técnicas de análise de conteúdo proposto por Laurence Bardin (2011). Por exemplo, o código “cooptação” remete ao trecho de uma(s) determinada(s) fala(s) em que o/os entrevistado(s) alega/m sofrer tentativas de cooptação por parte dos atores político governamentais, mesmo não usando exatamente essa expressão. Outro exemplo é o código “insegurança” que remete a trechos de falas na qual os entrevistados relatam se sentirem inseguros ou ameaçados pelas autoridades estatais em razão de suas atuações no movimento. Este mesmo procedimento foi utilizado para outros códigos.

Durante a codificação nos atentamos a algumas questões propostas por Charmaz que são “o que as pessoas estão dizendo? Qual o pressuposto dessas ações e declarações? De que forma a estrutura e o contexto servem para sustentar, manter, impedir ou mudar essas ações e declarações?” (Charmaz, 2003. p. 94-95 *apud* Gibbs, 2009. p. 63). Na figura a seguir, representamos o conjunto de atividades que compõem o repertório da organização:

Figura 03: Representação do Repertório do MNSCPDD



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

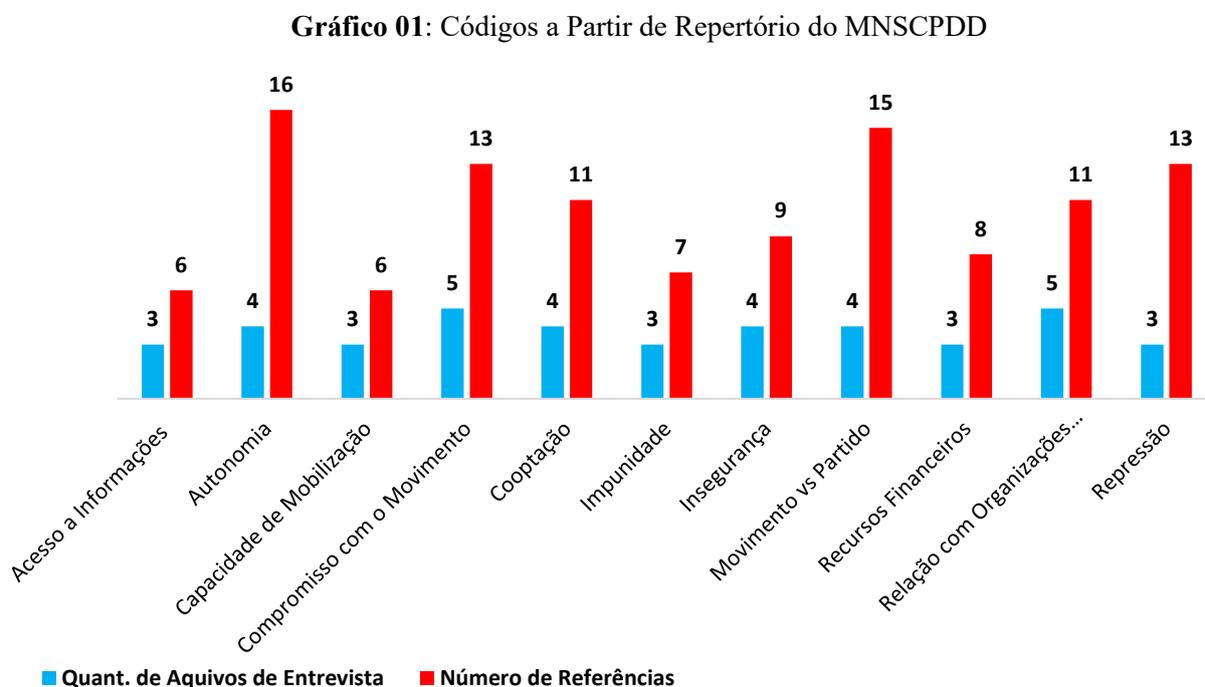
Para cada um dos eventos que caracteriza o repertório, procuramos entender as formas de interação entre o Movimento, comunidades/sociedade, o Estado e as organizações internacionais.

Conforme apresentamos o gráfico a seguir, o diálogo com os atores do movimento sobre esses eventos apresentaram centralidade em torno de alguns aspectos, que são a autonomia de atores do movimento na sua ação, particularmente no que concerne a influências políticas; relação entre movimento e partidos políticos cuja percepção está afigurada majoritariamente no âmbito institucional, com participação do movimento em eventos de partidos como observador, e enquanto os partidos aderem a acordos de assinaturas de “código de conduta”² elaborado pelo movimento; repressão contra atores da organização em virtude de denúncias ou outras ações realizadas; cooptação ou tentativas de cooptação dos atores da organização; falta de acesso a recursos financeiros que são controlados pelo Estado, dependendo quase exclusivamente de recursos das organizações internacionais, pois muitas organizações filiais a rede não contribuem com as cotas mensais; impunidade por parte dos atores estatais denunciados pela organização; compromisso com ideais da organização por parte de seus atores que “atuam voluntariamente na causa social”; acesso limitado a informações, ocultadas, particularmente pelo Estado; insegurança dos membros do movimento no quesito a suas ações; uma capacidade de mobilização comprometida por não haver confiança no movimento por parte dos cidadãos que na maioria das vezes argumentam que o movimento está cooptado; e, uma forte dependência financeira na sua relação com organizações internacionais.

A descrição anterior e o gráfico a seguir demonstram como foi trabalhado esse processo; este último apresentando número de arquivos de entrevista codificados na cor azul e número de referências que remetem a aquele código somando os arquivos. Por exemplo, das cinco pessoas que entrevistamos, quatro manifestaram as suas preocupações com a autonomia da organização em caso de relações com os atores políticos e em caso de uma dependência financeira do Estado; ou ainda no caso de haver permissão que atores da organização tenham múltiplas filiações, isto é, atuando na organização e no âmbito político partidário ou como governante. Portanto,

² O “Código de Conduta e Ética Eleitoral” é um documento elaborado pela organização em parceria com outras organizações da sociedade civil. O documento tem como objetivo criar um acordo entre os partidos durante a campanha eleitoral no que concerne a uso de linguagem divisionista no decorrer da campanha. Para isso, os partidos são convidados a assinar o pacto comprometendo instruir seus atores políticos e militantes a não violar os preceitos constantes no documento. Iremos colocar um anexo no final deste trabalho, no entanto, não conseguimos a versão do documento que contem as assinaturas dos partidos que participaram das últimas eleições legislativas (2023).

somando os trechos das falas em que eles manifestam tal preocupação dá um número total de dezesseis (16) menções codificadas.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Da mesma forma foi feita no caso de “Capacidade de Mobilização”. Três entrevistados argumentaram que a organização perde a sua capacidade de mobilização ao depender do Estado, pois muitos cidadãos que poderiam fortalecer as mobilizações da organização atrelam os eventos como sendo parte do cumprimento da agenda partidária. Somando os trechos das falas em que os três manifestam essa preocupação dá um total de seis (06), conforme podemos ver a coluna vermelha do gráfico. Esse processo foi repetido para outros códigos que afiguram no gráfico.

Para a análise dos dados, deste modo com menção, ou seja, a reprodução de falas e consequente citação dos entrevistados feito no capítulo quatro, preferimos utilizar códigos a partir de letras que representam cada entrevistado. Na figura atrás representada “*Snowball*”, é possível verificar letra e número que representa cada entrevistado. Essas letras variaram entre iniciais dos nomes, inicial da região ou inicial do espaço onde o entrevistado estava aquando da realização da entrevista. Com essa estratégia, procuramos preservar as identidades dos participantes, mesmo que alguns tenham consentido a divulgação de seus nomes. Procuramos seguir as recomendações de Silva; Lionço e Flick, pois conhecendo o contexto político em que estes

atores estão inseridos, buscamos dar proteção no máximo a eles devido forte ondas de perseguição e de repressão (Flick, 2009; Silva; Lionço, 2018).

3. REGIMES POLÍTICOS, OPORTUNIDADES POLÍTICAS E REPERTÓRIOS DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Entender como os regimes políticos, oportunidades políticas e repertórios de organizações sociais interagem em contextos autoritários competitivos é fundamental para compreender como esses regimes condicionam a ação e a estruturação das organizações sociais. Estudos desta temática “emergente” constituem um campo essencial dentro da sociologia e da ciência política, sobretudo no que concerne a estudos sobre a sociedade civil, em particular os movimentos sociais e do ativismo político. Para tanto, neste capítulo exploraremos os principais conceitos que estruturam esse trabalho, como o caso de regime político, regime autoritário, regime competitivo e repertório, além de revisarmos as hipóteses presentes na literatura sobre a relação entre as organizações sociais e instituições políticas em regimes autoritários competitivos. O objetivo principal é identificar características que definem regimes autoritários e competitivos e a dinâmica da sua relação com as organizações sociais.

3.1 ABORDAGEM INICIAL

Em pouco mais de meio século do início da terceira onda de democratização (ver Huntington, 1994)³, houve um crescimento exponencial de países que adotaram a democracia como sistema de governo e, com isso, comprometendo-se em respeitar as regras e os princípios básicos do sistema. A grande maioria desses países se concentra em regiões do sul-global (leste europeu, América Latina, Ásia e no continente africano), espaços onde houve forte influência de organizações multilaterais do norte global que contribuíram para a expansão do sistema democrático liberal, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em meados do início do século XXI, com a prevalência de comportamentos autoritários em alguns países que haviam instituído a democracia como sistema de governo, a agenda de pesquisa sobre esta temática cresceu ainda mais. Muitos pesquisadores se dedicaram a estudar essa temática com o propósito de entender a atuação e o real funcionamento da democracia na grande maioria desses países. Steven Levitsky, Lucan Way e Larry Diamond figuram entre os pesquisadores que se interessaram pelo assunto e conseguiram encontrar uma diversa gama de tipologias de regimes que não se enquadravam em padrões de democracias plenas ou simplesmente autoritários hegemônicos, mas uma pluralidade proveniente da concepção ideal destes

³ HUNTINGTON, Samuel. 1994. *A Terceira Onda: a Democratização no Final do Século XX*. São Paulo: Ática.

(Levitsky e Way, 2002; Diamond, 2002). Essas variações se conformam aos regimes caracterizados como híbridos. São exemplos desse conjunto os regimes pseudodemocráticos, autoritários com eleições, autoritários competitivos, semidemocráticos, democracias eleitorais, regimes ambíguos e autoritários hegemônicos eleitorais (ver tabela 2 em Diamond, 2002). As denominações fazem jus às ações que são acomodadas em cada uma das tipologias, e as variações também expressam a existência de uma pluralidade de comportamento de atores que contribuíram (ainda contribuem) na sua conformação.

Nessa perspectiva, recentemente registrou-se um índice elevado de regimes híbridos⁴, uma alta tendência em direção à desdemocratização (no sentido que o Charles Tilly usa o termo), um crescimento de regimes caracterizados como autoritários e competitivos, e uma alta taxa de ascensão de grupos conservadores ao poder, além de mobilizações com o objetivo de defender pautas conservadoras que, na sua grande maioria, são amparadas por atores políticos que defendem a mesma ideologia.

Diante dessas condutas e diferentes tipologias de regimes, este capítulo examinará as produções da literatura com enfoque em análises sobre as relações entre organizações sociais e regimes políticos, considerando as oportunidades políticas e repertórios mobilizados por essas organizações. Nosso interesse, em específico, é de tentar situar as abordagens que analisam como os regimes autoritários competitivos condicionam as organizações sociais a partir das oportunidades e das restrições políticas na Guiné-Bissau, sobretudo a pertinência desse conceito para o caso deste país africano. Segundo Tarrow as oportunidades políticas constituem as dimensões sólidas – embora não necessariamente formais, frequentes ou racionais – das lutas políticas que movem as pessoas de uma direção a outra, em um engajamento na luta por mudanças (Tarrow, 2009).

As oportunidades políticas, portanto, são possibilidades criadas pelo partido ou pela coalizão governante para as organizações sociais, podendo ser oportunidades – no sentido literal da palavra – reais, que oferecem aos desafiantes canais políticos para fazer avançar as suas pautas, ou ainda restrições que advertem e inibem as oposições (Tilly e Tarrow, 2015). A perspectiva teórica da Teoria de Processos Políticos (TPP) destaca esses dois elementos (oportunidade e restrição) como condicionantes que estimulam ou dificultam (e, no limite, impedem) as ações coletivas (Goldstone; Tilly, 2001; Almeida, 2003).

⁴ Disponível no relatório sobre democracia de 2023 da V-Dem. Disponível em <https://www.v-dem.net/>. Acesso em 07 ago 2023.

Importantes explicações sobre o assunto foram dadas com as contribuições de Charles Tilly, Doug McAdam e Sidney Tarrow (literatura estadunidense) – o *Political Process Model* (PPM) – que contribuíram para a estruturação da TPP. Em suas obras, Goldstone, Tilly, Tarrow, e McAdam procuraram explicar como as características estruturais de estruturas governamentais condicionam as atuações de organizações sociais e consequente mudança ou não de repertórios (Goldstone, Tilly, 2001; Tarrow, Tilly, Mcadam, 2001; Tilly, 2006; Mcadam, Tarrow, Tilly, 2009). Muitas explicações dadas por esses autores, tanto em suas obras conjuntas quanto em particulares, acentuam-se para os contextos de países que são dominados por regimes autoritários, em que os eventos de confronto e repressão são entendidos como alternativas na relação entre governos e organizações sociais devido às altas de restrição de acesso político por parte do/s governo/s. Os confrontos são motivados pelos interesses opostos das organizações e do/s ator/es governante/s.

Paralelamente ao enfoque teórico norte-americano, surgiram outras perspectivas teóricas, como é o caso particular das abordagens sobre o Brasil, na qual autores/as debateram o contexto político deste país, a configuração de organizações sociais e a sua relação com os atores políticos. O debate neste contexto identifica a interação e a mútua influência entre organizações sociais e governos ou partidos políticos facilitado pela democratização; isto é, a partir da redemocratização observou-se a inserção institucional de ativistas de organizações sociais em partidos, por vezes, assumindo cargos governamentais. Portanto, apesar de existir um confronto político motivado por interesses opostos entre os atores políticos e sociais, no caso brasileiro identificou-se uma outra dimensão dessa relação, a da mútua influência, desta forma, as hipóteses do confronto político enaltecido pelos norte-americanos, não é predominante nas explicações de pesquisadores/as brasileiros/as sobre a realidade brasileira (ver Abers, Serafim e Tatagiba, 2014).

Os dois contextos fazendo o uso da mesma abordagem teórica (o *Political Process Model*) identificaram dinâmicas diferentes na relação estado vs sociedade que conformam as características e os contextos políticos de países analisados. Esse esforço teórico e avanço em explicações dessa relação contribuiu para o enriquecimento do PPM, uma vez que conseguiu captar contextos políticos diferentes, explicados pela mesma abordagem teórica, motivando muitas produções que buscam trazer diferentes variáveis para explicar a hipótese de cada enfoque.

Entretanto, há um quadro em particular que ainda permanece sem muitas explicações: a relação entre organizações sociais e regimes autoritários competitivos, em países do sul global, sobretudo do continente africano, um debate “emergente” ao qual esta pesquisa se enquadra. Alguns autores, como Giersdorf e Croissant; Vladislavljević; e Çüngürlü tentaram responder de

forma indireta ao que pretendemos discutir neste capítulo (Giersdorf e Croissant, 2011; Vladislavljević, 2016; e Çüngürlü, 2021). Contudo, as conclusões enfatizadas por estes são particularmente diferentes com o que encontramos ao longo desta pesquisa para o caso do MNSCPDD na Guiné-Bissau. Desta forma, percebe-se que os dois pressupostos acima apresentados não são generalizáveis, uma vez que cada contexto político (cada tipo de regime político) apresenta uma peculiaridade na relação entre estado e organizações sociais. Portanto, a mudança de tipo de regime político influi diretamente nas formas de pressões das organizações sociais; isto é, uma mudança de repertório.

Assim, considerando os contextos políticos a serem analisados, resultados de pesquisas tendem geralmente a apresentar conclusões diferenciadas. Isso porque, como enfatizam Tilly e Tarrow, regimes políticos variam de contextos para contextos e em suas formas de ação, isto é, as suas gramáticas políticas não são homogêneas, com efeito oferecem oportunidades/restrições políticas diferentes e essas oportunidades ou restrições são exploradas de formas distintas pelas organizações sociais (Tilly; Tarrow, 2015).

Como ressaltado por Paul D. Almeida, enquadrar os modelos de análise política em contextos diferentes da que originalmente foi aplicada constitui um desafio (Almeida, 2003). Então, desde já se reconhece esse desafio e a complexidade que é a análise de uma realidade social tão heterogênea que é a Guiné-Bissau, sua cultura política, organizações sociais, grupos étnicos etc. Porém, a história das lutas políticas, as instabilidades internas e a frequência com que decorrem os modos operandi do autoritarismo político e as intermináveis transições forçadas incentivam o uso do conceito de autoritarismo competitivo para a análise da relação do Movimento Nacional com diferentes governos, considerando as variáveis do repertório condicionado pelas oportunidades *versus* ameaças que esses governos proporcionam ao movimento.

3.2 REGIMES POLÍTICOS

Antes de prosseguirmos em termos analíticos de como os regimes políticos condicionam a atuação de organizações sociais, é importante examinar o próprio conceito do que se denominou de “regime político”, com o propósito de aproximar-se de determinantes da sua variação e, conseqüentemente, formas de interação com outros atores. Concordamos com Mateus José de Lima Wesp quando disse que:

O significado do termo “regimes políticos” varia de cultura para cultura. A sua evolução passa por uma diversidade de [fatores]. Alguns autores consideram

que os regimes políticos se referem à Forma do Estado, outros, aos regimes de governo, de modo que não existe unanimidade doutrinária sobre o tema. Os regimes políticos envolvem a equação das relações entre os detentores do mando e os que a ele se submetem. É o modo como se relacionam entre si o Estado-Órgão e a Sociedade-Comunidade, ou seja, o Estado enquanto aparelho institucionalizado de poder e a Sociedade como o conjunto dos cidadãos que formam o corpo político (Wesp 2013, p. 16).

Desta forma, reconhecemos que o conceito de regime político perpassa uma compreensão ampla da relação entre quem governa e aqueles que são governados. Sendo assim, acompanhamos o forte predomínio da literatura no reconhecimento do conceito proposto por Charles Tilly desde o começo da estruturação da TPP, em meados da década de 1970, que posteriormente foi aprimorado, na primeira década do século XXI, em sua obra *Regimes and Repertoires* de 2006. Para ele, regime político é um conjunto de relações estabelecidas entre o agente detentor de poder (o governo) e os que se submetem a este, ou seja, aqueles que estão por fora da esfera governamental, como é o caso de organizações e da própria sociedade civil, incluindo os opositores políticos. As relações que conformam o conceito de regime político têm que ser frequentes e vinculadas, bem como é condição o envolvimento do governo. Assim, é concebido um regime político a partir de uma relação de conjuntura de atores, envolvendo governo, atores políticos ou instituições políticas e a sociedade.

É em função da compreensão profunda dessa relação estabelecida entre quem exerce o poder e sobre quem é exercido que se pode analisar um regime político e definir o tipo ao qual este se enquadra. Este pode ser autoritário, na medida em que usa da sua estrutura coercitiva do Estado para restringir liberdades civis; de comunicação e direitos políticos, em que, na maioria de vezes, o governo ou a figura do chefe de Estado toma decisões unilaterais; ou ainda democrático, quando há uma ampla tolerância a liberdades civis, direitos políticos, uma participação ativa da sociedade civil na governação e o direito de cidadãos escolherem seus governantes (ver Democracia de Charles Tilly, 2013). Por meio dessa análise, também podemos encontrar os híbridos, regimes que conformam os extremos dessas duas características, autoritários e democráticos.

A partir dessa perspectiva, podemos encontrar dois tipos de regimes políticos para o caso de Guiné-Bissau desde a independência. O primeiro é qualificado como autoritário, que conforma o período de 1973 a 1991, com um governo monopartidário liderado pelo PAIGC, caracterizado pela forte repressão aos opositores e predominantemente ocupado pelos militares combatentes da liberdade da pátria, membros desse partido (Carvalho, 2014). O segundo é motivado principalmente pela oportunidade facilitada na transição política em 1991, em que o

PAIGC foi impulsionado a “abrir mão de seus privilégios” para aceitar a formação de outras forças políticas no país e com isso realizar eleições multipartidárias.

Conforme Mendy, essa transformação no caráter do sistema político guineense, apesar de ser importante para o surgimento de forças políticas da oposição e na estruturação de novas organizações sociais no país, não se conformou às peculiaridades do sistema recém-instituído que o país passou a adotar como arquétipo de governação, a democracia (Mendy, 1996). Por conseguinte, isso motivou o surgimento de um regime híbrido que perdura até a presente data, em que os princípios teóricos da formação de governos e relações com atores sociais e oposição são democráticos, mas a conquista deste e o exercício prático do poder frequentemente se situam distantes da democracia.

Os dois contextos compreendem características diferentes de governos e distintos também no que concerne a formas de relações com atores de organizações sociais. Em contextos autoritários há poucas oportunidades políticas afetando a organização e atuação de organizações sociais, que enfrentam repressões por parte dos governos (Koopmans, 1997; Lorentzen, 2013); enquanto isso, em contextos democráticos ou em vias de democratização, observa-se o contrário, há uma existência de oportunidades políticas e canais de diálogo estabelecidos na interação Estado e organizações sociais, na qual pode ocorrer as mútuas influências e/ou confronto político entre os dois atores (Matos, 2012). Neste sentido, Tilly constata que as mudanças internas no caráter de estruturas governamentais impõem nas transformações de ação coletiva das organizações sociais. Isso porque, conforme citado anteriormente, é a forma como os governos organizam as suas estruturas e estabelecem relações com a sociedade civil que contribui na definição de um regime político (Tilly, 2006).

Governos se estruturam; conectam e interagem com atores políticos/institucionais e sociais e, por meio disso, buscam atingir objetivos delineados independentemente de procedimentos que propuserem para materializar tais objetivos (Wesp, 2013). Entretanto, a compreensão dos regimes políticos se afigura na etimologia das relações sociais, da forma como os governos se estruturam e interagem, não apenas nos resultados da sua ação – pois constroem um percurso, seja longo ou curto –, mas também há trajetórias sólidas que facilitaram a sua essência. A sua mensuração deve incorporar formas de ação, estrutura coercitiva, divisão de poderes, níveis burocráticos e fundamentalmente os modos de interação entre estes e os cidadãos agrupados em Sociedade Civil. Tilly mencionara que, a diferença entre os regimes vai muito além de espaço e tempo; os regimes se diferem na medida em que as razões da sua existência e os princípios da organização de seus atores se diferenciam (Tilly, 2006). Na opinião de Tilly e Tarrow

dois elementos sintetizam tipos de regimes que existem atualmente, são eles: a Capacidade de governamental e a sua tendência Democrática, conforme citamos logo abaixo:

- Capacity means the extent to which governmental action affects the character and distribution of population, activity, and resources within the government's territory. When a high-capacity government intervenes in population, activity, and resources, it makes a big difference; it raises taxes, distributes benefits, regulates traffic flows, controls the use of natural resources, and much more. Low-capacity governments may try to do the same things, but they have little effect.
- Democracy means the extent to which people subject to a given government's authority have broad, equal political rights, exert significant direct influence (e.g., through competitive elections and referenda) over government personnel and policy, as well as receive protection from arbitrary action by governmental agents such as police, judges, and public officials. A regime is undemocratic to the extent that political rights are narrow and/or unequal, consultation of citizens is minimal, and protections are fragile (Tilly 2007 *apud* Tilly; Tarrow 2015, p. 57).

Combinados, esses dois elementos (Capacidade e Democracia) dão origem a quatro subcategorias de governos feitas pelos autores, entre as quais estão governos de alta e/ou de baixa capacidade antidemocrática e governos de alta e/ou baixa capacidade democrática, os quais são concebidos a partir do século XXI. A figura 04 sintetiza esses quatro tipos de governos:

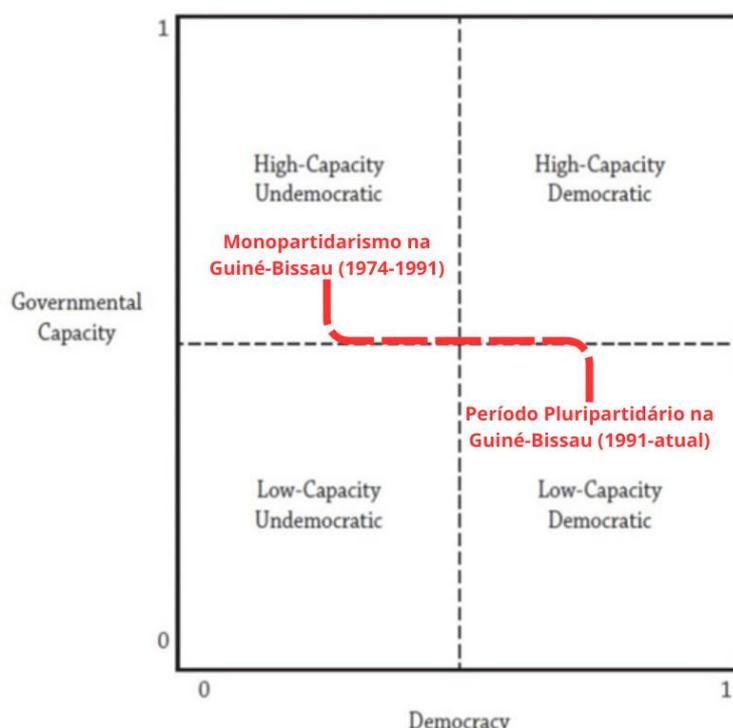


Figura 04: Tipos de Regimes. Adaptado pelo autor de: Tilly; Tarrow 2015.

Esses governos conformam diferentes tipos de regimes na medida em que desenvolvem capacidades distintas de responder às pressões dos *outsiders*. Apesar de todos serem sujeitos a confrontos políticos, quanto mais capacidade de dar respostas satisfatórias a seus opositores, maiores são as chances de se aproximarem da linha extrema do 1/1, isto é, “democráticos de alta capacidade”, pois são esses governos que têm maiores probabilidades de atender às demandas de organizações sociais.

Segundo os autores, em governos antidemocráticos de alta capacidade – antidemocráticos nesse quesito teriam as características de governos autoritários – as oposições se apresentam em formas clandestinas e, às vezes, em breves confrontos que geralmente terminam em repressão. Em antidemocrático de baixa capacidade, há, na maioria das vezes, guerras civis fomentadas por atores políticos com intervenções militares. Os democráticos de baixa capacidade reúnem mais do que uma parcela de golpes militares e frequentes lutas entre grupos religiosos ou étnicos; lutas a todo custo para aceder a poder, portanto há uma aproximação de características desses regimes com os autoritários competitivos. Por último, os democráticos de alta capacidade fomentam a maior parte de movimentos (Tilly; Tarrow, 2015).

Na figura acima readaptada de tipos de regimes apresentada pelos autores percebe-se que a Guiné-Bissau está demarcada em dois períodos, o monopartidário com duração de 1974-1991 que se enquadra a regimes antidemocráticos de alta capacidade, e a segunda que permeia o período da abertura democrática até data atual, sendo este democrático de baixa capacidade caracterizada por diversos golpes de Estado e luta constante pelo poder, contexto na qual, as garantias democráticas são sistematicamente violadas.

É importante essas explicações preliminares para poder mensurar tipos de variações de repertórios em cada contexto político. Segundo estes, as variações de repertórios na interação Estado/movimento se explicam pelas trajetórias históricas dos governos. Os governos com longas tradições tendem a desenvolver capacidades mais sofisticadas para lidar com oposições. Em outras palavras, quanto mais duradouros, maiores são as chances de estes acumularem experiência de lidar com protestos/marchas ou pressões de atores que se situam por fora do governo.

Ao diferenciarem governos por esses quadrantes, de certa forma, os autores tomam em consideração as subdivisões de regimes políticos identificados por diversas pesquisas, por exemplo, Levitsky, Way, Diamond e Robert Dahl, para citar apenas alguns. Entretanto, apesar de variações de regimes, estes podem ser relacionados já que não apresentam diferenças expressivas. Contudo, compreender as relações entre atores sociais e políticos em contextos que diferem destes exige análises que considerem as peculiaridades do tipo de governos que existem

nesses espaços e como estes se relacionam com outros atores (Levitsky; Way, 2002; Diamond, 2002; Robert Dahl, 2005).

Enquanto a literatura procura de forma predominantemente explicar as especificidades das relações entre governos e organizações sociais em regimes democráticos e autoritários, as realidades marcadas por regimes que não se enquadram nessas características – aqueles que não são democracias plenas e nem autoritários hegemônicos – emergem como espaços que ainda não foram muito explorados, sobretudo quando se diz respeito ao contexto político africano e, em particular, para o caso de Guiné-Bissau. Conforme Diamond; Bunce; Wolchik e Lorentzen o século XXI tem registrado em larga escala um decréscimo de regimes autoritários hegemônicos dando lugar a regimes híbridos, entre esses os autoritários competitivos (Diamond, 2002; Bunce; Wolchik, 2010; Lorentzen, 2013).

É nessa perspectiva que o conceito de regimes políticos é aplicado para o caso guineense com o propósito de entender as diversas esferas de relações que atravessam os atores sociais – no caso organizações sociais como associações, movimentos, entre outras, cuja ação tem como alvo o Estado – e as instituições estatais – como forças de defesa, justiça, parlamento e ministérios. Para compreender como estes se relacionam, usamos o conceito de “autoritarismo competitivo”, que nos permitirá caracterizar o contexto político e as relações entre os atores marcadas por instabilidades e violações de direitos além da falta de apreço às regras democráticas (Levitsky; Way, 2002; 2010). Por exemplo, as garantias constitucionais são confrontadas com ações autoritárias que emanam dos atores político-estatais e muitas vezes materializadas pelas forças de defesa e segurança.

Como alertam Howard e Roessler, os regimes autoritários competitivos são um tipo particular de regimes políticos, não diminutos de outros (como autoritário ou democrático). Isso porque estes não estão em transição, visto que atores que assumem o poder mediante disputas políticas adotam o mesmo modelo de governação do antecessor, tendo apenas pequenas transformações. Diante disso, essas mudanças consistem em formas institucionais relativamente estabelecidas que provavelmente vão permanecer num futuro próximo (Howard; Roessler, 2006).

A partir de agora nos dedicaremos a especificar características dos regimes autoritários competitivos, conceito e pressupostos, para assim poder situar a sua relação com organizações sociais e, na sequência, tratar da pertinência do conceito para o caso guineense, uma realidade marcada por constantes transições forçadas e repressões, resultados de luta pelo poder entre atores políticos. Atualmente, o autoritarismo competitivo apresenta desafios expressivos para a promoção do sistema democrático e dos direitos humanos em nível global.

3.3 AUTORITARISMO COMPETITIVO: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS

O final do século XX reserva um marco singular no cenário político mundial com as transições políticas que levaram à introdução de novos países no sistema democrático liberal, contemplando diversos países pelo mundo e grandemente no continente africano, em particular na região Subsaariana. Essas transições inauguraram uma série de expectativas, levando muitos a acreditarem que essa região haveria de se democratizar e, com isso, teria novos rumos diferentemente da que vinham seguindo (Levitsky; Way, 2002; 2010; Diamond, 2002; Walle, 2002; Bunce; Wolchik, 2010).

No começo do século XXI, constatou-se que essas expectativas se situavam mais em superfícies ilusórias em vez de realidades objetivas, pois muitos desses países retornariam a sua velha política autoritária. Contudo, conciliariam essa prática com uma nova abordagem, a competição eleitoral e a existência legal de preceitos democráticos. A democracia como sistema de governo, em muitos desses países, caiu em desuso e serviu-se como mero mecanismo para legitimar antigos governos autoritários. Foi o que aconteceu também no caso guineense, em que o partido que havia monopolizado os espaços de disputa política não permitiu existências de oposições durante quase duas décadas, apropriou-se de oportunidades da transição política para legitimar sua base de poder, realizando “eleições competitivas”, as quais efetivamente venceu com uma maioria absoluta.

A partir dessa constatação, inaugura-se o conceito de autoritarismo competitivo, introduzido pela primeira vez no artigo *“The Rise Of Competitive Authoritarianism”*, de Steven Levitsky e Lucan Way, em 2002, em que procuraram explicar como as transições políticas para democracia de inúmeros países que anteriormente viviam em sistemas autoritários hegemônicos, constituiriam rituais em falso, e que, na verdade, muitos destes inaugurariam esse novo tipo de regime que seria caracterizado pelos extremos da democracia e o de autoritarismo. Esses regimes contêm possibilidades reais de competição eleitoral entre os atores políticos (uma condição democrática), no entanto, essa competição não procederá de forma justa, pois aqueles que detêm o poder, que têm acesso a recursos estatais, abusariam desse privilégio, utilizando esses recursos e outras estratégias para criar uma desigualdade competitiva com a oposição (o caráter autoritário). Este último podendo ser constatado em forma de perseguições da oposição, dos meios de comunicação independentes, além de sequestro da instituição responsável por controlar o pleito eleitoral (por meio de nomeações baseadas em clientelismo).

Assim, o conceito de autoritarismo competitivo remete a “civilian regimes in which formal democratic institutions exist and are widely viewed as the primary means of gaining power,

but in which incumbents' abuse of the state places them at a significant advantage vis-à-vis their opponents" (Levitsky; Way, 2010, p. 5). Apesar de não constituir a única característica desses regimes, o campo da disputa eleitoral é um dos elementos centrais na sua definição. Segundo os autores, deve haver um campo de disputa razoavelmente nivelado tanto para os membros do governo quanto para a oposição, uma vez que a predominância exclusiva do Estado por um grupo não é saudável em uma convivência democrática.

Considera-se como um campo de disputa eleitoral saudável quando a entrada no campo político não é barrada por motivos de interesses alheios, a liberdade civil e direito político é uma realidade objetiva, tanto para os apoiadores quanto para os candidatos de diferentes partidos políticos que têm toda liberdade para pedir votos e quando os eleitores, experimentam pouca ou nenhuma coerção no exercício de suas escolhas eleitorais (Daimond, 2002). A esses critérios, complementam-se o não uso abusivo ou exclusivo de recursos públicos por parte dos governantes com a finalidade de tentar a sua reeleição, por exemplo, as viaturas estatais, instituições públicas, dinheiro público etc. em suas expedições. Ou ainda, como resumido por Levitsky e Way, quando tanto a oposição quanto os membros dos governos que lutam pela sua reeleição fazem campanhas em pé de igualdade e contam com acesso aos meios de comunicações tradicionais – geralmente regulamentadas pelo Estado – de forma igualitária (Levitsky; Way, 2002).

Por se situarem de forma sólida entre os extremos de dois tipos de regimes, os autoritários competitivos se distinguem tanto do autoritarismo hegemônico – porque existem canais constitucionais por meio dos quais os grupos de oposição competem de maneira significativa pelo poder executivo – quanto de democráticos, pois essa competição além de não ser justa e nem integralmente transparente, é combinada por diversos mecanismos autoritários, como perseguições sem fundamentos e violências que a oposição é sujeita. Para Levitsky e Way, em conjunturas autoritárias e competitivas, as eleições são realizadas regularmente e legitimamente os partidos da oposição não são impedidos de contestar os resultados das urnas (Levitsky; Way, 2002; 2010). Estas organizações ainda podem abrir escritórios/sedes, recrutar candidatos e organizar campanhas, e os políticos raramente são exilados ou presos. Como constatado por Bunce; Wolchik, “[...] however struggles for power take place on an uneven playing field where incumbents use a variety of techniques to ensure their reelection; these range from harassment of the opposition and civil society organizations to control over the media to manipulation of vote tabulations” (Bunce e Wolchik, 2010, p. 43).

Os regimes autoritários competitivos diferem-se de outros tipos de regimes, sobretudo os democráticos, na medida em que nos primeiros, apesar de permitirem a ampla concorrência,

o abuso do Estado viola pelo menos uma das três qualidades que determinam os princípios democráticos: eleições livres, ampla proteção das liberdades civis e um campo de jogo razoavelmente nivelado (Levitsky; Way, 2002; 2010, Giersdorf; Croissant, 2011; Çüngürlü, 2021). Entre esses campos, a esfera da competição eleitoral inclui ainda três precondições, os meios de comunicação, a esfera judicial e os recursos estatais.

Antes de prosseguirmos com o debate sobre as oportunidades/restrições políticas de organizações sociais em contextos autoritários competitivos, convém, nas subseções a seguir, sintetizarmos as características que permeiam esse tipo de regime para enquadrar tais características e ações no contexto Bissau Guineense.

3.3.1 Os Pleitos Eleitorais

Em contextos democráticos, os períodos eleitorais são marcados por intensas emoções, diversas críticas entre governantes e oponentes; os atores de partidos políticos vão ao encontro dos cidadãos para fazer promessas, demonstrar interesses em resolver os problemas do país, elencar as fragilidades do oponente com a finalidade de captar os votos dos eleitores. Ao final de tudo, o pleito decorre de forma razoavelmente livre e justa, usando os termos de Levitsky e Way, tanto para o governo quanto para a oposição. No entanto, os padrões de exercício político em contextos de regimes autoritários hegemônicos não permitem a existência de nenhuma disputa política eleitoral multipartidária para acessar as instituições do poder político (Diamond, 2002). As decisões ficam centralizadas em um indivíduo ou em um pequeno grupo que determinam de forma unilateral o que deve ou não ser feito.

Entretanto, apesar de existir em conjunturas marcadas por regimes autoritários competitivos, as competições eleitorais nessas realidades procedem, na maioria das vezes, sob intensas pressões, não apenas da parte dos atores no governo (que procuram se reeleger), mas também dos opositores, que buscam chegar ao poder. Por mais que não sejam totalmente justas e nem amplamente transparentes, as competições eleitorais nessas conjunturas são uma realidade. Na maioria das vezes, as eleições são usadas como disfarces para legitimar governos, uma vez que, em alguns contextos, o governo pode interferir, mesmo que indiretamente, na nomeação de membros das comissões eleitorais para controlar o processo; pode processar ou influenciar na cassação de candidaturas dos oponentes que o governo considera forte; ou ainda influenciar na contagem e atribuição dos votos e conseqüentemente na alteração dos resultados, isso facilita o clientelismo e descaracteriza o verdadeiro sentido da disputa eleitoral (Diamond, 2002; Giersdorf e Croissant, 2011).

No próximo capítulo, poderemos observar que tanto as primeiras quanto as posteriores eleições na Guiné-Bissau foram fundamentalmente importantes para caracterizar o país como autoritário e competitivo. Os eventos eleitorais na Guiné-Bissau são marcados por confrontos e constantes acusações sobre fraudes, que refletem tanto na atribuição de votos em mesas, quanto na publicação final de resultado do pleito, bem como no uso de recursos públicos para se beneficiar ou prestar apoio a um aliado político.

As eleições em conjunturas de países autoritários e competitivos comportam duas características: de um lado elas são competitivas, pois formalmente a oposição não é impedida de participar dos processos eleitorais; por outro, corre-se o risco de serem fraudadas a favor de quem controla a máquina pública (Levitsky; Way, 2010).

3.3.2 As Liberdades Civas

Enquanto mantêm de forma dissimulada o sistema democrático, os regimes autoritários competitivos restringem gradualmente as liberdades civis e os direitos individuais. Em alguns casos, instituem formas legais para restringir as liberdades individuais e coletivas. Isso é frequentemente justificado em nome da estabilidade ou segurança nacional. Portanto, nesses contextos, não somente as liberdades civis, como também os direitos políticos costumam ser legalmente garantidos, na maioria das vezes, pela Carta Magna do país. Entretanto, existe uma afronta à lei por parte dos governos e das autoridades estatais que reprimem, perseguem e conseqüentemente perpetram abusos de poder para neutralizar as oposições, sejam emergentes sejam consolidadas. Liberdades civis para Tilly (2013) dizem respeito a liberdades de escolha que vão desde religiosa, expressão e pensamento até de se associar a organizações e de organizar/participar de reuniões públicas, desde que não infrinja direitos dos de terceiros.

São a partir desses quadrantes que em contextos de regimes autoritários e competitivos se desenvolvem formas de perseguição, sequestros e de repressão a manifestações/protestos que vão contra os interesses do governo (Lorentzen, 2013). Como proferido por Levitsky e Way, nesses contextos, “opposition politicians, independent judges, journalists, human-rights activists, and other government critics are subject to harassment, arrest, and – in some cases – violent attack. Independent media are frequently threatened, attacked, and – in some cases – suspended or closed” (Levitsky e Way, 2010, p. 8).

Após a transição política em 1991, na Guiné-Bissau, no ano seguinte instituiu-se um documento⁵ cujo viés é meramente de controlar as oposições que pretendessem realizar protestos populares. O documento foi elaborado após o governo ser confrontado por ondas de protestos de profissionais de saúde e da educação que exigiam melhores condições de trabalho e da remuneração. Basicamente, o documento dá poder de controle dos protestos ao governo, por meio do setor da defesa e segurança, pois orienta aos cidadãos que desejam realizar manifestações a avisarem previamente as autoridades de segurança, informando local, dia, hora e trajeto da manifestação. Essas autoridades podem, dentro de 48 horas antes do evento, informar ao grupo sobre a não autorização em caso de estes constatarem que tal manifestação irá ocasionar perturbação pública, contrarie a lei, a moral ou perturbe a pessoas singulares, tudo isso sem detalhar essas pré-condições. Esse fato é somado a ondas crescentes de repressão a críticos de governos, sobretudo de ativistas sociais e políticos que se empenham em expor a falta de compromisso dos governos com os direitos dos cidadãos.

3.3.3 Campo de Disputa Nivelado

Compreende-se por campo de disputa política nivelada como um espaço no qual não há desigualdade exorbitante no quesito ao acesso de recursos público-estatais; não existe uma vantagem clara no sentido de que as instituições políticas funcionem a favor de determinado grupo. Levitsky e Way consideram como campo de jogo desigual quando: “(1) state institutions are widely abused for partisan ends, (2) incumbents are systematically favored at the expense of the opposition, *and* (3) the opposition’s ability to organize and compete in elections is seriously handicapped” (Levitsky e Way, 2010, p. 10).

Assim, o campo de disputa política desigual reflete diretamente nos resultados eleitorais, pois além de prejudicar a oposição política, tende a perpetuar diversas ações que tendem a incomodar ou criar desigualdade entre o governo (ou quem controla efetivamente as forças do poder) e os atores da oposição. Essa desigualdade também tende a contribuir para moldar o debate público em favor do governo na medida em que o ator que controla o poder desenvolve a capacidade de controlar os meios de disseminação das informações (Walle, 2002). O campo de jogo desigual prejudica a oposição em alguma/s das três instâncias citado por Levitsky e

⁵ 2º suplemento ao boletim oficial da republica, de 06 de abril de 1992, disponível aqui: https://gw.amba-france.org/IMG/pdf/lei_3-92_reunions_et_manifestations.pdf?823/e765a86fb39235379de97f70929224f95ddd053d acesso em 22/09/2023

Way, no judiciário, no acesso as mídias controladas pelo governo e no acesso a recursos do Estado (Levitsky, 2002; Way; 2010).

3.3.3.1 Controlando o Judiciário

O judiciário, em contextos de regimes autoritários e competitivos, torna-se um espaço de disputa entre oposição e atores no governo. Primeiro, porque essa instância é legitimada para julgar problemas existentes no país que tenham a ver com as infrações de leis. Em segundo lugar, porque a instância é responsável por arbitrar a disputa eleitoral. Em muitos países que se enquadram nos contextos autoritários e competitivos os governantes procuram ter influências no judiciário para facilitar ou diminuir o peso de problemas que têm que resolver na justiça. A estratégia geralmente é conquistada por vias de chantagem, suborno ou intimidação e pode ser efetuada nos momentos em que há necessidade de perseguir judicialmente os opositores; facilitar as candidaturas dos governantes; ainda apoiar na manipulação de resultados eleitorais fazendo vista grossa a fraude no processo (Levitsky e Way, 2010).

Em eleições recentes, ficou evidente que o setor judiciário guineense torna-se um palco de disputa de influências entre diversos atores quando o PAIGC foi intimado a alterar a sua bandeira, caso contrário a sua candidatura não seria aprovada⁶, ou quando o supremo tribunal reativa o caso de “ex-militante” de PAIGC para impedir a realização do Xº congresso do partido⁷, faltando apenas um mês para a realização das eleições legislativas, o que diretamente impossibilitaria a concretização da sua candidatura. O setor judiciário guineense há anos tem demonstrado ser não plausível para resolver problemas judiciais, acumulando processos inconclusivos sobre assassinatos de opositores políticos e processos movidos sobre investigações de fraudes eleitorais⁸. Em todo caso, a esfera judicial em contextos de países autoritários e competitivos são palcos nos quais o governo procura ser influente para de alguma forma controlar todos os setores da vida pública e política.

⁶ <https://www.rfi.fr/pt/guin%C3%A9-bissau/20230419-paigc-acusa-justi%C3%A7a-guineense-de-tentar-impe-dir-a-sua-participa%C3%A7%C3%A3o-nas-elei%C3%A7%C3%B5es> acesso em 21/09/2023.

⁷ <https://www.radiobantaba.com/caso-bolom-conte-supremo-tribunal-da-justica-reativa-o-processo-contr-paigc/> acesso em 22/09/2023

⁸ https://www.rtp.pt/noticias/mundo/sanha-denuncia-fraude-nas-eleicoes-na-guine-bissau_n113282 acesso em 22/09/2023

3.3.3.2 Monopólio dos Meios de Comunicação

Os meios de comunicação e os profissionais que fazem a máquina de informação funcionar são alvos preferidos pelos governantes autoritários em contextos autoritários e competitivos. Apesar de existirem leis ditando a sua liberdade de ação, informar e cobrar ao governo, esses veículos são escandalizados, profissionais perseguidos, em alguns casos assassinados, ou mudam-se as leis, aumentando ainda mais a burocracia para a legalização daquele meio de informação. Como consequência, muitos órgãos de comunicação social simplesmente deixam de existir e, em substituição a isso, o governo cria seu canal de comunicação investindo mais em marketing da sua imagem.

Por outro lado, os meios de comunicação são também monopolizados por meio de financiamentos diretos ou indiretos para que, de vez em quando, a estação emissora divulgue informações que favoreçam o governo ou o partido no poder. Também podem ocorrer impulsos no sentido de boicote do acesso a oposição a esses meios de comunicação (Giersdorf e Croissant, 2011). Como constatam Levitsky e Way,

[...] Media access may be denied in several ways. Frequently, the most important disparities exist in access to broadcast media, combined with biased and partisan coverage. In many competitive authoritarian regimes, the state controls all television and most – if not all – radio broadcasting. Although independent newspapers and magazines may circulate freely, they generally reach only a small urban elite (Levitsky; Way, 2010, p. 11).

A luta pelo controle de meios de comunicação que resultaram, em 2016, na guerra de decretos de nomeações e exonerações dos diretores da rádio e televisão pública guineense constitui um dos efeitos desse processo. Por outro lado, as constantes violências contra profissionais de comunicação e invasões e depredações das estações emissores é, mais uma vez, o resultado do desejo que governos têm de controlar o que deve ou não ser divulgado.

Desafios atuais implicam em não apenas domínio e controle de os meios de comunicação tradicionais, mas também de saber manejar as redes sociais e formas de se comunicar por meio delas, atingindo uma parte significativa da população/seus apoiantes, ao mesmo tempo em que procura minimizar impactos da oposição nessa esfera.

3.3.3.3 O Uso Abusivo dos Recursos Públicos

O uso dos recursos públicos para fins eleitorais são frequentes em contextos nos quais o governo controla a maioria das instituições sociais e políticas. Em regimes autoritários e competitivos, os governos que procuram se reeleger podem usar os recursos monetários estatais para financiar suas campanhas ou de aliados; ainda utilizar-se de viaturas do Estado para facilitar seus deslocamentos, resolvendo assuntos que não têm nada a ver com os interesses do próprio Estado, como geralmente acontece em períodos eleitorais no cenário guineense e denunciados pela sociedade civil.

Em alguns contextos, os governantes podem aproveitar-se do controle que têm sobre os mercados financeiros sobre o crédito para se enriquecerem e com isso financiar seus partidos; podem beneficiar-se de contratos estatais, beneficiar empresas de compadrio que então contribuem com dinheiro de volta aos cofres do partido e controlar o mercado de doações ou do setor privado (Levitsky e Way, 2002).

3.4 ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM CONTEXTOS AUTORITÁRIOS E COMPETITIVOS

O debate até aqui estabelecido explica como é a configuração dos regimes e, em particular, os regimes autoritários competitivos, as características de um regime político e como os governos procuram monopolizar os espaços de tomada de decisão, apropriar-se dos meios de comunicação e fraudar pleitos eleitorais. Visando articular esse debate para continuar a debater à pergunta inicial desta pesquisa, esta seção sintetiza as percepções sobre a mútua influência entre organizações sociais e regimes autoritários competitivos. A seção procura especificar a existência e atuação de organizações da sociedade civil em contextos desses regimes e as oportunidades políticas por estes explorados ou não.

Há décadas que as abordagens sobre a relação entre política institucional e não institucional têm sido foco da teoria de processos políticos. Merecendo atenção de muitos/as pesquisadores/as, moveu-os em direção à procura por uma resposta que pudesse explicar os seus

cenários políticos, como fizeram pesquisadores/as norte-americanos⁹ e brasileiros¹⁰. Apesar de esse esforço ter sido muito importante, algumas hipóteses avançadas nesses estudos não podem ser integralmente generalizadas para outros contextos sociopolíticos, dado que as peculiaridades de relações em cada país e região tende a se demonstrar diferente do contexto analisado por esses pesquisadores, daí que permanecem algumas dimensões de discussão que a teoria não tem explorado com maior ênfase. Todavia, antes é importante frisar um ponto central no debate sobre as oportunidades políticas, que ganhou atenção de vários pesquisadores ao ser interpretado pelos teóricos da PPM.

Inicialmente o modelo de oportunidades políticas sugeria que as oportunidades políticas crescem influenciadas tanto por fatores internos quanto pelo ambiente externo que atuam no enfraquecimento do Estado, podendo ser as alterações no acesso a recursos ou no ambiente social que aumenta a confiança dos grupos sociais desafiantes. Assim, o Estado responde, na medida do possível, com repressões ou concessões, tentando procurar a forma de recuar a oportunidade das organizações. Isto quer dizer que, uma vez que as oportunidades crescem, a ação dos movimentos sociais cresce junto; e na medida em que os espaços da oportunidade política se fecham, as ações dos movimentos sociais diminuem em consequência disso.

Goldstone e Tilly demonstraram que essa hipótese não consegue captar o engajamento das organizações desafiadoras, pois, muitas vezes, repressões tendem a incentivar mais protestos. Em seus argumentos, ilustraram que, apesar de o Estado ser determinante de oportunidades/restrições, a depender das causas dos movimentos, as ações repressivas podem ainda mais intensificar os protestos, portanto ameaças assim e oportunidades podem ser mecanismos essenciais para que organizações sociais impulsionem as suas pautas (Goldstone e Tilly, 2001). Por outro lado, Lorentzen (2013) percebeu que, fornecer pequenas oportunidades aos *outsiders*

⁹ As abordagens norte-americanas para o estudo de processos políticos são diversas e têm um alto escopo no campo de estudos tanto da ciência política assim como na sociologia. Aqui, neste estudo, tomamos em consideração as perspectivas de três autores muito influentes na academia, Charles Tilly, Doug McAdam e Sidney Tarrow.

A partir da percepção desses autores, a teoria de processos é conhecida pela tentativa de explicação da relação complexa entre Estado e sociedade com um potencial destaque para as organizações de movimentos sociais, concebidas como uma forma particular de fazer política. Os três acadêmicos oferecem uma perspectiva única sobre os processos políticos e a mobilização social, contribuindo para o campo da sociologia e da ciência política, com acentuado destaque para a teoria de movimentos sociais.

¹⁰ A literatura brasileira sobre estudos da relação entre atores político-institucionais e não institucionais ganha uma acentuada atenção a partir da década de 1960-1970. A essa altura o Brasil estava sob comando do Regime Militar autoritário que comandava toda a esfera da vida pública e política do país. Os pesquisadores, nessa altura, estavam preocupados em entender como as organizações sociais atuavam mediante aquele contexto político. Em “A arte da associação: política de base e democracia no Brasil” publicado em 1987, por Renato Raul Boschi, emana dessa preocupação. Foi a partir dessa e de obras similares que os pesquisadores começaram a perceber uma certa dinâmica no padrão da relação entre estado e organizações da sociedade civil. A transição política no país ajudou a evidenciar e consequentemente consolidar a ideia da interação entre Estado e Organizações sociais.

para eventos/protestos em pequenas escalas pode ajudar a estabilizar um governo autoritário, pois por meio destes protestos, o governo é capaz de identificar os potenciais opositores e com isso procurar mecanismos de neutralizá-los antes que elas consigam realizar ações de alto escopo.

Entretanto, o debate em questão explorou muito pouco os países do sul global, particularmente aqueles cuja história política tem sido marcada por conflitos internos e sucessivas disputas de poder, conformando os países que acomodam os regimes híbridos, entre estes, os autoritários competitivos Diamond (2002), objeto de debate na seção precedente. Apesar de estar crescendo interesses de autores/as, são poucas pesquisas que estão buscando explicar a existência e atuação de organizações sociais em países com esses regimes e, entre os estudos disponíveis, existem uma controvérsia em termos conclusivos. É o caso de Giersdorf e Croissant (2011) estudando a Malásia, Vladisavljević (2016) abordando sobre a Sérvia e Çüngürlü (2021) falando da Turquia e da Hungria. Estes autores trouxeram explicações diferentes sobre o impacto de organizações sociais nesses países e as consequências da relação entre instituições políticas e estas organizações.

A partir das explicações destes autores, percebe-se que não existe fórmula única de os governos, em regimes autoritários competitivos, impactarem as atuações das organizações sociais e vice-versa. Apesar de disso, há um acentuado consenso de que nestes regimes os atores no governo procuram fortemente diminuir o impacto da ação de organizações opositoras por meio de cooptação ou adotar políticas de perseguição e repressão contra estes atores para que a sua existência incida apenas no aspecto formal enquanto a sua capacidade mobilização é comprometida.

Assim, em ambientes autoritários competitivos, as organizações sociais muitas vezes enfrentam expressivos desafios para operar, mobilizar recursos, explorar oportunidades e atingir seus objetivos, porque a institucionalização formal de modos de perseguição das organizações opositoras por parte dos governos tende a se mostrar eficaz (Jenkins, Jacobs e Agnone, 2003; Meyer, 2004), ou como diz Koopmans (1997), a repressão institucionalizada tende a acompanhar fortemente a repressão situacional. Logo, essas organizações frequentemente buscam o apoio internacional para pressionar o governo local a respeitar os direitos humanos e a democracia Levitsky; Way (2010), como tem feito a grande maioria das organizações sociais no contexto africano, em particular, o MNSCPDD da Guiné-Bissau.

As organizações nacionais, muitas vezes articuladas em coalizações, procuram garantir financiamento alternativo usando as suas redes de relações e cooperação com as parceiras internacionais com o propósito de garantir a sua autonomia em relação ao financiamento advindo

por parte do governo local (ver Vladislavljević, 2016). Essa estratégia garante às organizações maior potencialidade de explorar os espaços de ação disponíveis para construir alianças com outros grupos e a adotar estratégias de resistência não violenta, explorando as oportunidades para a defesa dos direitos humanos e a promoção da justiça social.

Uma das proposições das abordagens da oportunidade política é que, na maioria das vezes, o acesso às instituições políticas, por parte das organizações sociais, tende a diminuir o aspecto crítico destas, por exemplo, a redução de protestos (Meyer, 2004; Jenkins, Jacobs, Agnone, 2003; Reuter; Robertson, 2015). Desta forma, as oportunidades políticas em regimes autoritários competitivos, apesar de existirem e serem explorados de diversas formas por parte das organizações sociais, uma relação de cooperação com as instituições políticas formais não tem sido priorizada por elas, isto é, estas procuram não depender exclusivamente de financiamentos do governo local. Assim sendo, não raro nessas conjunturas, observar “aversão” a uma relação de cooperação entre as organizações sociais e a esfera político institucional por parte dos primeiros como mecanismo para evitar riscos de serem cooptados pelo segundo grupo.

Almeida considera que o acesso institucional e eleições competitivas em contextos de governos autoritários são duas dimensões de oportunidades que geralmente os governos autoritários concedem a organizações sociais e políticas opositoras (Almeida, 2003). Esse acesso, por vezes, pode desencadear efeitos reversos em que governos autoritários conseguem usar do potencial influência dessas organizações para expandir e consolidar a sua aceitação no meio público (Çüngürlü, 2021; Reuter; Robertson, 2015). Por outro lado, também, o acesso institucional e a formação de coligação entre organizações sociais e partidos políticos, sobretudo de oposição, podem contribuir para a transformação do tipo de regime e, segundo Howard; Roessler, quanto mais divididos e afastados dos partidos políticos da oposição, mais suscetíveis as organizações sociais estarão à manipulação, cooptação e repressão governamentais (Almeida, 2003; Howard; Roessler, 2006).

A descrição de alguns casos a seguir ilustram exemplos de como as organizações sociais podem, direta ou indiretamente, auxiliar organizações políticas autoritárias a consolidar um governo com o mesmo viés na compreensão destes autores. Outro caso elucidado como estas conseguem explorar as oportunidades políticas disponíveis para contribuir na transformação do regime.

Segundo Giersdorf e Croissant (2011), o quadro institucional do autoritarismo competitivo no contexto malaio restringiu fortemente o engajamento cívico militante e o estabelecimento das associações cívicas no país, produzindo, em alguns casos, efeitos reversos e reacionários para a sociedade civil naquele país asiático. Ao tentarem explorar as oportunidades

políticas disponíveis, a sociedade civil foi confrontada pelo governo, que se encontrava melhor em termos organizacionais e estruturais, soube agregar uma franja da própria sociedade civil que passou a defender as pautas do governo. Logo, a institucionalização da sociedade civil foi fortemente comprometida no caso desse país, pois ao se aliar ao governo ela se desfez de seu propósito, passando a defender os interesses dos atores políticos e suas siglas partidárias em pautas que não tinham nenhuma correlação aos valores que defendia a sociedade civil.

A relação entre organizações sociais – em específico os movimentos sociais – com atores políticos no caso húngaro e turco, segundo constatações de Çüngürlü, não se diferem significativamente do caso malaio. Nesses dois países, os movimentos sociais foram utilizados por partidos políticos para se perpetuarem no poder e desencadear políticas autoritárias. Os movimentos sociais serviram como instrumentos principais para legitimar ações autoritárias que os partidos aliados engendraram depois que estiveram no poder. Na Turquia, o Partido da Justiça e Desenvolvimento surge de um movimento social islâmico, ganhando notoriedade e tendo em mãos o controle do poder, ao mesmo tempo em que abusava do poder que controla, usava sua base de movimento social para alimentar a sua influência perante a sociedade. Enquanto isso, no caso húngaro, o Fidesz, União Cívica Húngara, apesar de não surgir de movimento social, ao perder as eleições em 2002, seus líderes fundam um movimento denominado Movimento Social dos Círculos Cívicos, que teve uma contribuição significativa na consolidação e influência do partido no circuito social turco e foi fundamental para o partido chegar ao poder em anos posteriores (Çüngürlü, 2021).

Reuter e Robertson descrevem como o Poder Legislativo da Rússia criou a estratégia de cooptar os membros de partidos políticos da oposição para diminuir as insurreições e protestos de organizações opositoras ao regime Putin (Reuter e Robertson, 2015). Isto é, quanto mais acesso a um cargo privilegiado a elite da oposição tiver, maior é o engajamento desta na tentativa de reduzir as mobilizações para protestos, tentando convencer os líderes das organizações aliadas à sua formação partidária a abdicarem dos protestos.

Em ambos os casos, as relações foram fundamentalmente determinadas pelos governos, que viram nas oportunidades políticas da existência formal dessas organizações e possibilidades de efetivas relações com elas, uma armadilha eficaz para se associar aos atores da sociedade civil, o que permitiu-lhes ganhar maior influência e controle, enquanto cumpria a sua agenda política autoritária. Nestes casos, os repertórios de interação mobilizados pelos atores sociais não foram articulados por um forte quadro organizacional por parte das organizações sociais, o que, em grande medida, desencadeou a sua fraca influência no cenário político destes países. Jenkins, Jacobs, Agnone; Howard, Roessler destacaram as configurações estruturais das

organizações sociais como um diferencial e, conseqüentemente, uma vantagem que as organizações sociais podem ter em contextos autoritários competitivos (Jenkins; Jacobs; Agnone, 2003; Howard; Roessler, 2006). Isso quer dizer que, quanto mais articuladas e seus atores comprometido com a defesa dos interesses da organização, mais hábeis estas estarão para dar respostas as demandas ou desafios impostos pelos governos.

Entretanto, apesar de todo o cenário acima descrito, constata-se também que os partidos políticos podem ser potenciais aliados das organizações sociais em contextos autoritários competitivos, auxiliando estas a transformarem o tipo de regime em vigor no país, sem que ao menos estes abandonem suas agendas. E, para que isto se torne uma realidade, é preciso uma organização cujos atores têm um imenso comprometimento com as pautas da sua agenda.

As organizações político-partidárias da oposição, se aliadas a organizações sociais desafiadoras do sistema político, podem atuar no incentivo e financiamento destas, além de poder ser intermediário da organização com a esfera estatal através de debates no parlamento, ajudando a aprovar leis ou se aliando durante os períodos eleitorais para controlar o processo (Almeida, 2003; Jenkins; Jacobs; Agnone, 2003; Howard; Roessler, 2006). Foi o que se observou no caso sérvio, em que as organizações sociais, associando-se a partidos políticos da oposição, aproveitaram das oportunidades políticas determinadas pelo governo, tolerando protestos populares que pressionavam o presidente Milosevic a deixar a presidência. Os partidos da oposição exploraram estas oportunidades realizando sucessivas manifestações de rua coordenadas com organizações sociais, barricadas e usando a tribuna do parlamento para protestar contra o presidente Milosevic, que estava no poder há quase quinze anos (Vladisavljević, 2016).

Para este último caso, destaca-se o engajamento dos atores e a configuração da estrutura das organizações sociais e partidárias para atingir o objetivo após anos de resistência contra a política Milovena. Jenkins, Jacobs e Agnone identificam que a configuração estrutural dos grupos sociais pode ser muito relevante para produzir efeitos positivos e explorar oportunidades políticas perante governos autoritários, ajudando a se precaver de ciladas destes (Jenkins, Jacobs e Agnone, 2003). Neste caso, o acesso institucional para organizações sociais do gênero pode constituir um pré-requisito para que estas, em alianças com atores políticos, procurem reverter situações políticas, quiçá transformar o próprio regime (Howard; Roessler, 2006).

Estes resultados opostos sobre a relação entre atores político-institucionais e não institucionais em contextos de regimes híbridos, desperta atenção para uma questão fundamental a se considerar nas abordagens de oportunidades políticas/processos políticos: o contexto político a ser analisado e as variáveis sobre tipos de oportunidades fornecidas por governos (Meyer, 2004). Esse autor defende a necessidade de adoção de um modelo dinâmico para examinar

oportunidades políticas e como elas funcionam para uma variedade de atores sociais. Isso porque os fatores contextuais a serem analisados em diferentes pesquisas geralmente não dispõem das mesmas configurações sociais e políticas, daí a simples refutação, ou incorporação de outras variáveis identificadas em outros estudos não seria a melhor escolha para responder qualquer problema de pesquisa.

Estas questões nos induzem a considerar as organizações sociais em conjunturas autoritárias competitivas como atores que enfrentam dois desafios no que concerne ao acesso/exploração das oportunidades políticas: o primeiro tem a ver com a falta de acesso delas incentivado por forças políticas predominantemente autoritárias que tendem a não criar mecanismo para existências de EOP's que as organizações sociais possam explorar; e, em segundo lugar, tem a ver com o/a acesso/exploração parcial das oportunidades por parte dos atores das organizações sociais, estratégia adotada como forma de conter as possíveis existências e avanços estratégicos de políticas de cooptação ou algo equivalente desenvolvido por atores políticos no governo. É nessa direção que Tilly (2006); Tarrow (2009); Tilly; Tarrow (2015) compreendem que o conceito de oportunidades políticas deve ser entendido como ocasional e não formal; sendo assim, ativistas se submetem a uma consciente e cuidadosa escolha ao explorarem as oportunidades em contextos de regimes híbridos (Jenkins, Jacobs, Agnone, 2003; Meyer, 2004).

Em resumo, as organizações sociais em contextos autoritários e competitivos enfrentam desafios expressivos, mas ainda assim podem desempenhar um papel importante na tentativa de promoção de direitos humanos, da justiça social e da democracia. Suas estratégias são adaptadas à realidade local e às condições específicas do contexto em que operam e, sobretudo, a tipos de oportunidades políticas que pretendem explorar. Tomando em conta a esses pressupostos, poderemos constatar que a relação do MNSCPDD com os governos no caso guineense tem apresentado suas peculiaridades, não sendo caracterizada nem pelas formas de confronto político tradicionalmente destacadas pela literatura de movimentos sociais norte-americanos, nem pelas formas de inserção e participação institucional destacadas pela literatura de movimentos sociais brasileira. Isto é, a organização não se encontra emergido dentro do sistema político governamental e seus membros não assumem cargos políticos enquanto estiverem filiados à organização. As regras que orientam seus militantes são incisivas sobre o assunto, caracterizando como desvio de conduta e dos valores que a organização defende. Por outro lado, não tem ocorrido conflito aberto e sustentado com esses governos. Isto é, as suas ações não decorrem predominantemente em formas de protestos na qual decorrem confrontos e conflitos disruptivos. O Movimento procura se colocar como intermediador de conflitos, desempenhando um papel significativo na promoção de diálogo entre atores em conflito e cobrando do governo

ações concretas sobre as garantias de necessidades básicas dos cidadãos – as suas demandas (Cardoso, 2008).

3.5 ABORDAGEM SOBRE REPERTÓRIOS

O conceito de repertório é importante para a análise de processos políticos, pois ele ajuda a entender como os atores sociais e políticos adotam diversas estratégias para conseguir seus objetivos e promover suas demandas. A sua compreensão implica que os atores não agem de forma aleatória e sim tomam em consideração uma variedade de fatores internos e externos, que vão desde o contexto político e oportunidades políticas, até os recursos disponíveis e possibilidades de alcance ou não de suas metas.

A literatura sobre repertórios está presente em obras de teóricos estadunidenses (Tilly 2006, Tilly; Tarrow 2015, Mcadam; Tarrow; Tilly 2009) e é grandemente abordado no Brasil, Abers; Serafim; Tatagiba (2014). Essas abordagens têm como foco interpretar as formas plurais de interação entre grupos da sociedade civil (sobretudo os movimentos sociais) com o Estado. Para essa finalidade, diferentes hipóteses foram lançadas nessas obras; as hipóteses enfatizam, em grande medida, as singularidades de locais analisados por cada autor/a, o que tem sido o artefato principal que caracteriza a pluralidade de percepções sobre os repertórios.

Para Tilly (2006) os repertórios caracterizam-se por uma diversa gama de ações que envolvem no mínimo dois atores em que um é detentor do poder e o outro (o desafiante), busca influenciar as ações do primeiro, e a depender do contexto político em que estes se envolvem, as suas interações são predominantemente caracterizadas por meio de confrontos e conflitos de interesses.

Ângela Alonso (2012) dedica a sua obra para abordar a história e transformação do conceito de ‘repertório’ a partir das obras de Charles Tilly e de alguns seguidores da TPP como é o caso de Sidney Tarrow, Doug McAdam, entre outros que também contribuíram significativamente na estruturação desta teoria. A autora identifica três formas de enquadramentos do conceito: repertório da Ação Coletiva, repertório de Contenção Política e repertório de Performance, ambos presentes nas obras de Charles Tilly que, ao longo do tempo, ao tentar consolidar a interpretação do conceito, tomaram proporções e especificações progressivas a partir das explicações do autor em muitas de suas obras. Segundo a autora, Charles Tilly procuraria o conceito de repertório no campo musical “para designar o pequeno leque de maneiras de fazer política num dado período histórico” (Alonso, 2012, p. 22).

Em “*Regimes and Repertoires*” de Charles Tilly, o conceito de repertórios é descrito como sendo toda e qualquer ação que é executada por um grupo organizado e cujo seu propósito se opõe aos interesses de outro ator. Em suma, os repertórios seriam “um conjunto de formas de ação” (Alonso, 2012, p. 23), que coloque em confronto interesses de dois ou mais atores, e entre esses o governo ganha um destaque particular, podendo desempenhar o papel de desafiante, desafiador ou ainda como intermediário.

A compreensão de repertórios nesta acepção nos possibilita entender as mobilizações sociais levadas a cabo pelo Movimento Nacional da Sociedade Civil, além disso, nos permite a situar tais eventos como sendo parte de um repertório cuja características se diferem de outras formas de ação e interação até aqui identificadas pela literatura.

Tilly; Tarrow (2015) enalteceram a necessidade de observar tipos de regimes e consequentes repertórios mobilizados neles. Porque, segundo os autores, em cada regime político apresenta-se um padrão característico de ação de contenção política. Com base a essa interpretação, concordamos com a hipótese de que os tipos de regimes definem tipos e formas de interação com os atores sociais. Conforme enaltecido pela TPP, devido a existência de oportunidades políticas em regimes democráticos os atores sociais tendem a imergir em interações cooperativas (atendendo simultaneamente as demandas, tanto do estado, quanto as da organização) e, por vezes, em confrontos disruptivos (quando suas demandas não são atendidas). Isto acontece porque, há respeito pelo direito à existência e ação de organizações sociais e, por outro lado, as políticas contenciosas dos governos nesses tipos de regimes não são caracterizadas por constantes repressões, nem por repressões situacionais ou institucionais, como ocorre em grande maioria de regimes autoritários ou autoritários competitivos.

Ampliando a percepção para o caso brasileiro, onde até os meados da década de 1970 havia certa predominância na compreensão de confrontos e cooptação como sendo principal instrumento que conforma a relação entre organizações sociais e governos, motivado por conflitos de interesse entre os dois atores dado o longo período da ditadura militar no país, poderemos a partir da literatura observar uma consolidação na mudança de percepção sobre o assunto. Essas mudanças já haviam emergido nos meados do final do século XX, concretamente nos finais da década de 1970 para início de 1980, quando pesquisadores começaram a investigar essa temática. “A Arte da Associação: Política de Base e Democracia no Brasil” de Renato Raul Boschi (1987) é uma das obras que nasceram desse propósito, o autor destacou a necessidade de se atentar às políticas das associações comunitárias e o impacto nas mudanças democráticas proporcionadas por tais atores. Um olhar mais específico para as interações entre organizações sociais e partidos políticos, assim, além de destacar a sua importância, mas também os efeitos

positivos resultantes dessa interação. As obras de Silva; Oliveira (2011), Abers; Serafim; Tata-giba (2014), Carlos (2015), Oliveira (2021), Pereira (2022) elucidam a hipótese de que a interação/cooperação entre organizações sociais e atores políticos não se resumem em processos de cooptação e confrontos constantes como em alguma medida pretende a literatura do confronto político, mas também haveria um processo de mútua influência entre estes.

Se há uma ênfase maior na concepção norte-americana de estudos sobre a relação Estado-Sociedade como permeados por repertórios de confronto político sustentado pelas organizações sociais contra seu principal oponente: o Estado/governo; o caso brasileiro enaltece outro elemento, que é a mútua constituição entre os dois atores. Ou seja, nesta realidade existe uma fronteira estreita, que Carlos (2015) denomina de “fronteira fluida”, em que atores sociais transitam para a política institucional sem deixar de fazer parte das organizações e nem abandonar suas demandas e agendas de luta.

No entanto, conforme viemos demonstrando ao longo das seções precedentes, em contextos não autoritários competitivos para a compreensão do repertório das organizações sociais é necessário dar atenção às finalidades das ações que a organização tem levado a cabo e com isso tipos de oportunidades disponíveis em seus contextos políticos (Jenkins; Jacobs; Agnone, 2003). Observamos que há uma variedade de hipóteses sobre como as organizações sociais relacionam com governos/Estado em contextos autoritários e competitivos e, conseqüentemente, seus impactos para aquele contexto político. Em alguns contextos, a aliança decorrente entre organizações sociais e partidos da oposição para fazer protestos desencadeou a destituição de figuras autoritárias e de governos como um todo, contribuindo assim para a mudança na direção da governação. Nesses casos, esta aliança não se traduziu em cooptação, uma vez que ocasionou a destituição do regime autoritário e ainda possibilitou que as organizações continuassem atuando com base a demandas próprias.

Entretanto, ao longo do desenvolvimento deste trabalho, constatamos outra dimensão em termos da relação entre o MNSCPDD, governos e partidos políticos que, de certo modo, são distintas das hipóteses oriundas da literatura até aqui descrita. A sua interação com o Estado e as organizações políticas é balizada pelo seu estatuto, impedindo uma relação de cooperação — no sentido da participação institucional de seus membros (como ocorre no caso brasileiro), estando a sua posição destacado como intermediário. Esse facto decorre porque a organização atua em contexto dominado por um regime autoritário competitivo, deste modo, nem a hipótese do confronto político e nem a sua conformação feita no Brasil — na qual é abordado o repertório da interação, especificação feita anteriormente que, na maioria das vezes se enquadra em

contextos predominadas por regimes democráticos — foi capaz de explicar todas as peculiaridades permeadas pelo caso do Movimento Nacional da Sociedade Civil guineense.

O repertório do Movimento Nacional aponta para uma análise de eventos que permitem um diálogo “autônomo” proporcionado pelos esforços de ação impulsionados pelo MNSCPDD. Apesar dos enormes desafios e recorrentes tentativas de desmobilização por parte de diversos governos, essa rede de organizações tem procurado transitar os limites de absoluto controle dos atores governamentais, buscando sustentar a “autonomia” de suas ações, mesmo que a sua interação com o estado seja evidente em alguma dimensão.

Segundo observações de Tilly (2006), o repertório de organizações sociais é condicionado aos contextos políticos em que estas se encontram; portanto, ganham sua eficácia instrumental na medida em que os atores forem capazes de a renovarem temporariamente e com isso auxiliando na pressão aos oponentes ou autoridades McAdam; Tarrow; Tilly (2009). É a partir desta perspectiva de constante inovação que o repertório do movimento se conforma a condições da oportunidade política fornecido por diferentes governos na Guiné-Bissau ao reconhecerem a existência formal da rede e ao ser percebido como ator que luta pela democratização tendo diálogo como sua principal (não exclusivo) ferramenta de ação. Atuando principalmente na prevenção de conflitos sociais e políticos, no monitoramento de violências e, sobretudo, no combate a práticas que violam princípios de direitos humanos Rudebeck (2001); Cardoso (2008), além de procurar estender a presença do Estado para outras regiões e localidades, e através desse processo, sendo apoiado pelas organizações internacionais, conjecturar estruturação de políticas para atender demandas dessas comunidades.

3.6 COMENTÁRIOS

Este capítulo examinou produções científicas sobre organizações sociais e seus repertórios e oportunidades políticas em contextos híbridos, com particular destaque para contextos autoritários competitivos. O conceito de autoritarismo competitivo proporciona uma visão ampla para entender as dinâmicas políticas contemporâneas. Ao analisar as estratégias empregadas por regimes autoritários para conservar o poder enquanto dissimulam processos democráticos, somos provocados a questionar nossas percepções convencionais sobre o equilíbrio entre autoritarismo competitivo e outros tipos de regimes políticos, sobretudo a relação com atores da Sociedade Civil. Parece-nos que a posição do Movimento Nacional de Sociedade Civil como ator intermediário de interesses, se relacionando com o Estado a partir de certos parâmetros, nasce a partir de preocupações com efeitos da relação mais efetiva ou cooperativa com esta

instituição. Portanto, apesar de escolher não se afastar integralmente do campo político, mas também não ser ativo em eventos político-partidários ao ponto de acabar fazendo *lobby* por tais organizações ou figuras políticas, as suas ações têm sido importantes — embora com poucos efeitos sobre os governos — na interiorização da democracia e na fiscalização de direitos cidadãos no país.

No próximo capítulo faremos uma análise da configuração da Guiné-Bissau como um país autoritário e competitivo, regime instalado a partir da transição para o pluralismo político no país. Faremos uma abordagem que se embasa em episódios históricos para afirmações mais ousadas.

4. GUINÉ-BISSAU: DA DESEDIFICAÇÃO DO REGIME MONOPARTIDÁRIO À CONSOLIDAÇÃO DO AUTORITARISMO COMPETITIVO

Nosso principal interesse nesse capítulo é de abordar sobre a dinâmica da história da formação do Estado da Guiné-Bissau e sua consequente “adesão ao sistema democrático” e, com isso, argumentar que a transição para esse sistema foi uma utopia, pois em lugar de os atores políticos se interessarem em respeitar os princípios básicos desse sistema de governo, apropriaram-se de determinadas regras para instituir um novo tipo de regime político, resultando na configuração de um regime autoritário competitivo. A história política do país corrobora para a evidência dessa afirmação.

O capítulo procurará explorar os eventos-chave, a dinâmica política e os fatores que moldaram essa transição, quando Guiné-Bissau passou de uma nação promissora, recém-independente e que havia “superado” a hegemonia de partido único com a instituição formal da democracia, para um lugar onde o autoritarismo competitivo criou raízes e se consolidou. Para entender plenamente essa evolução, é importante observar atentamente as dinâmicas políticas internas que contribuíram para a complexa história política desse país.

Para tal, estruturamos este capítulo em três partes amplas de debate. Iniciamos abordando a formação do Estado guineense fazendo análise sobre os efeitos do monopartidarismo; em seguida, a transição política, suas falhas e seus significados históricos na configuração do autoritarismo competitivo no país; e, por fim, fizemos um enquadramento do país ao autoritarismo competitivo, analisando os pressupostos eleitorais, a falta de liberdade aos meios de comunicação, dois documentos oficiais e a situação da justiça.

4.1 INDEPENDÊNCIA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO GUINEENSE

A história desse país africano é assinalada por um movimento político complexo e conturbado, que viu essa nação africana passar por diversas transformações ao longo das décadas, e que deu início desde quando, em setembro de 1973, os guineenses comemoraram a sua independência. Com esse acontecimento, o país se via livre de imposições por parte de colonos portugueses que se encontravam instalados no território ultramar há mais de quatro séculos (Semedo, 2011). Esse fato coloca Guiné-Bissau no lugar de primeira colônia de Portugal no continente africano a se emancipar do colonialismo da nação portuguesa.

Esse pequeno país está situado na costa Ocidental do continente africano, com uma extensão territorial de 36.125 km², fazendo fronteira com Senegal ao Norte; com Guiné-Conacri

ao Sul e ao Leste; e, com o Oceano Atlântico, na parte Oeste. A sua luta armada de libertação nacional teve uma duração de onze anos e foi liderada pelo PAIGC – sob o comando de seu líder e um dos fundadores, Amílcar Cabral, pai da nação guineense e cabo-verdiana, designação a ele consagrado em razão da coragem e incansáveis esforços que empreendeu no enfrentamento ao jugo colonial nos dois países, processo que lhe custou à vida – e demais organizações que emergiram na época contra o sistema colonial do Portugal (como é o caso da Frente da Libertação da Guiné — FLING), alguns que acabaram unidos ao PAIGC. No dia 24 de setembro de 1973, Guiné-Bissau, de forma unilateral, celebrou a sua independência, sendo essa data histórica marcada como o dia em que os guineenses conseguiram se libertar da colonização portuguesa, embora estes oficialmente somente tenham reconhecido a independência guineense em 10 de setembro de 1974 (Semedo, 2011; Forrest, 1993).

Os primeiros desafios que a Guiné-Bissau teve que enfrentar depois que as autoridades coloniais foram expulsas do país foi o fato de não contarem com pessoal suficientemente formado e qualificado para assumirem a direção administrativa do Estado da nova república. Isso porque, segundo argumentos de Forrest, muito cedo o governo colonial não incorporou guineenses nativos na sua administração para adquirirem experiência e, no mais, a educação escolar era lhes negada como direito (Forrest, 1993). Cardoso enfatiza esse aspecto, na sua obra, afirmando que,

por ter sido o único que assumiu de uma maneira consequente a luta pela libertação nacional e ter praticamente eclipsado os outros movimentos de libertação nacional, os quadros do PAIGC chegaram à independência política comportando-se como a única elite de poder competente para assumir as tarefas de reconstrução do país, isolando ou, em alguns casos, perseguindo, os que não tinham participado nesta luta. O poder político e as posições-chaves foram arrebatadas por indivíduos oriundos, na sua maioria, das camadas mais baixas (camponeses, assalariados, lumpem-proletariado), que na maior parte dos casos tiveram menos possibilidades para se educar durante a época colonial (Cardoso, 2002, p. 18).

Diferentemente do que aconteceu em Cabo-Verde e outras colônias de Portugal, o caso guineense apresenta um aspecto singular. Alguns autores concordam que é a dura resistência da parte dos guineenses que induziu aos colonos a distanciá-los do setor administrativo, sobretudo nas regiões onde o movimento da resistência tinha maior aceitação, pois acreditavam que em qualquer oportunidade os nativos poderiam usar esse acesso para criar revoltas e destituir o poder colonial com maior celeridade.

Forrest considera que, devido a esses acontecimentos, após a independência alguns membros do PAIGC defendiam a ideia de que o país deveria começar o estado novo do zero,

deixando de fora todos aqueles que em algum momento faziam parte da administração colonial, o que excluiria na sua grande maioria os descendentes de Cabo Verde (Forrest, 1993). Apesar de isso não prevalecer como estratégia inicial do partido, seus reflexos posteriormente aparecerem quando o primeiro governo pós-colonização começou a caça aos assim chamados de “traidores da pátria”.

Silva identifica quatro pontos centrais na motivação para a luta pela independência guineense/cabo-verdiano: princípios da liberdade, universalidade, igualdade de direitos e cooperação internacional (Silva, 1997 *apud* Semedo, 2011). Os quatro pontos visam garantir ao país uma guia autônoma, em que guineenses e cabo-verdianos teriam liberdade de se governar, ter igualdade de oportunidades com os cidadãos das colônias, sobretudo onde não haveria uma relação de imposição a normas e regras estrangeiras. Portanto, a formalização do primeiro governo guineense, oficializado pelo decreto lei 3/1973, em 24 de setembro de 1973, revelava uma esperança em concretizar tal “sonho nacional”, partilhado por quase todos os guineenses e caboverdianos. Em outubro do ano seguinte, o PAIGC abandonou as instalações de guerrilha no interior do país e entrou na capital Bissau para lidar com a burocracia estatal, depois do término da negociação dos termos da independência e da transferência de poder por parte de Portugal.

A ascensão ao poder por parte da nova elite política que o país dispunha à altura (uma elite plural) – formada por “assimilados ou civilizados constituídos pela congregação de mestiços e de nativos indígenas subgrupados em operários urbanos, camponeses e desempregados”, em uma mistura de guineenses e caboverdianos provenientes de diferentes estratos sociais – não conseguiu corresponder às expectativas e exigências da administração estatal, pois passaram a se servir de privilégios de estar no governo (Semedo 2011, p. 101-102) em vez de atender as necessidades do povo. Segundo Cardoso, essa elite política, apesar de ter sido capaz de organizar a luta de libertação nacional no país e desafiar o projeto colonial, não teve a capacidade de concretizar o projeto político que incentivou essa luta, que é o desenvolvimento do país, e nem foi capaz de conduzir o país a democratização (Cardoso, 2002).

Portanto, ao invés de garantir as necessidades básicas que tanto almejavam aos cidadãos e que incentivou muitos a aderirem à luta armada – como ter direito à saúde, à educação, ao lazer, à justiça e, mormente, à liberdade de expressão –, o novo governo passou a reprimir e sequestrar esses direitos; ou seja, uma contradição com os princípios que induziram a luta contra o colonialismo português. Em adendo a isso, Forrest afirma que a tarefa primária dos novos líderes do Estado novo foi garantir que o seu poder consolidasse e assegurado que não poderia

decorrer mais ameaças e nem haver revoltas internas, tanto dentro do PAIGC quanto de grupos de oposição no país (Forrest, 1993).

É justamente a questão da liberdade de expressão somada à escassez econômica, que ocasionou um desconforto aos cidadãos, aos opositores do governo de PAIGC e à comunidade e organizações internacionais. A era do partido único revelou uma estrutura de Estado politicamente inábil, que em vez de se preocupar com o essencial na altura, como a reconstrução e recuperação dos tempos perdidos, afundou-se no combate a desafetos políticos e na consolidação do seu poder de feitiço militar, um ajuste de contas, conforme iremos observar na próxima seção sobre o contexto político pós-independência. Os governos de PAIGC, após a independência, buscou se consolidar não como uma alternativa dos colonos, mas como um substituto em termos repressivos desse regime colonial português.

4.1.1 Contexto Político-Social Pós-Independência e as Lições do Monopartidarismo

Após a luta armada, ganha contra Portugal e seu regime autoritário, o país (assim como diversas nações do continente africano) viu-se diante de desafios internos da consolidação do Estado de direito e de promoção da coesão nacional perante figuras autoritárias que assumiram o destino dessa/s nação/ções, tomando como estratégias para consolidação de seus governos à imposição de ordens sob fortes repressões e perseguições contra os cidadãos e oponentes que não atendiam suas vontades (Mendy, 1996; Teixeira, 2008; Carvalho, 2014). Semedo argumenta que “historicamente o processo de construção do Estado guineense foi marcado por disputas violentas de luta pelo poder, um cenário multifacetado de confrontação – quer do ponto de vista social, quer étnico ou político – que contribuiu para inibir [a] construção de consensos em torno da política governativa” (Semedo 2011, p. 114).

Por ser um país com uma multiplicidade étnica e cultural, a conjuntura política depois da independência não se traduziu em uma convivência sã conforme projetado ao longo da luta de libertação. Os conflitos internos do partido, entre alguns grupos étnicos, ganharam a atenção dos membros da elite política que integravam ao governo, temendo a sua destituição que poderia ocorrer a qualquer momento.

Existe uma hipótese de que, após o fracasso dos colonos, o ponto principal que eles exploraram para continuar criando instabilidades no país foi justamente a diferenciação entre quem era etnicamente civilizado e quem não o era (Semedo, 2011). Isso alimentou a guerra interna no governo e no partido, que induziu a adoção de uma política limitada ao aspecto do combate aos inimigos internos do que em se preocupar com questões mais urgentes, o que pôs

em causa a formação do estado guineense nos moldes projetados ainda nos períodos da luta pela independência sob o comando de Amílcar Cabral. Essa dissociação entre o ideal da governação e a preferência pela continuidade da repressão consolidou a ideia de que o projeto político *paigcista* não teve como premissa libertar o povo guineense e conseqüentemente conceder-lhe liberdades no sentido democrático da palavra. Para Forrest, Mendy e Semedo, o PAIGC apenas substituiu o regime colonial, pois manteve a lógica repressora anteriormente dominada pelos colonos (Forrest 1993; Mendy, 1993; 1996; Semedo, 2011).

O PAIGC consolidou um regime autoritário hegemônico, enfrentou conflitos internos incentivados por interesses particulares e de grupos fragmentados dessa organização partidária – colocando em oposição às duas alas que compunham o partido: os cabo-verdianos e os Bissauguineenses – que posteriormente resultou no primeiro golpe de Estado do país em 1980, materializado pelo grupo denominado de “movimento reajustador” encabeçado pelo João Bernardo Vieira, conhecido vulgarmente como Nino ou Cabi Na Fantchamna, que assumiu a presidência do país por mais de quinze anos (contando o período antes e pós-transição). Para esses indivíduos promotores do ato, tratava-se meramente de um reajustamento do poder entre os Bissauguineenses e os cabo-verdianos, um equilíbrio necessário para a representatividade dos primeiros na administração interna do seu próprio país, uma vez que houve uma quebra de compromisso da luta por parte dos cabo-verdianos. Estes últimos poderiam assumir cargos importantes na administração guineense e o fizeram. Contudo, apesar de existir consignaçoão de integração dos guineenses em cargos administrativos em Cabo Verde isso não se verificou em nenhum momento. Esse episódio esteve no epicentro da separação das duas alas, PAIGC e PAICV (Partido Africano para a Independência de Cabo Verde), ou seja, Cabo Verde da Guiné-Bissau (Mendy, 1996; Monteiro, 2019).

Ao justificar a ação do movimento, Nino Vieira afirma que:

Como causas fundamentais que originaram a nossa ação no passado 14 de novembro realçamos a degradante situação econômico-social do país, o desvio da linha ideológica do partido, consubstanciado na progressiva eliminação dos princípios do centralismo democrático, no combate duro a aplicação do princípio da crítica e da autocrítica, na deturpação da unidade de Guiné e Cabo Verde e na introdução do divisionismo dos militantes, dos dirigentes e responsáveis [do partido] (Nóbrega, 2003, p. 220).

Apesar de evocar essas críticas à ala cabo-verdiana, ao assumir a presidência do regime monopartidário, Nino reproduziu o mesmo modelo da perseguição que Luís Cabral havia herdado dos colonos, com fortes perseguições, repressão e assassinatos. Não existe um consenso

entre os autores sobre em qual das duas faces do regime monopartidário houve maiores perseguições e assassinatos a opositores, mas sabe-se que o monopartidarismo continuou seu curso e levando com consigo as mais variadas características da violência, na qual os que eram considerados de traidores da pátria pelo partido, eram presos diante de suas famílias e amigos pela decisão do Tribunal Popular Nóbrega (2003), ou do Tribunal de Guerra de PAIGC Semedo (2009), encarcerados e, em pior das hipóteses, assassinados, como aconteceu com o regulo da cidade de Canchungo, Joaquim Baticã Ferreira, e seu irmão, Cristiano Baticã Ferreira, fuzilados diante de seus familiares que “foram proibidos a chorar seus mortos e obrigados a organizar festas em suas casas para comemorar o que, para as famílias era uma tragédia” (Semedo, 2009, p. 47-48). Essa perseguição aberta e sustentada pelo desejo dos líderes que o regime monopartidário instituiu, contribuíram para o agudizar do ódio e as divisões no interior do PAIGC, assim como no seio da sociedade, que aliás já vinha se sentindo isolada pelos governantes, pois foi transformada em verdadeiro alvo das milícias do regime.

O monopartidarismo guineense comandado pelo PAIGC deixou marcas *ad aeternum* e que são, na verdade, fundamentais para compreender os posteriores acontecimentos à instituição do sistema democrático. Não se deu trégua às sessões terapêuticas repressivas do regime. O PAIGC buscou se afirmar perante uma violência repressiva à oposição. Nóbrega (2003) relata que uma das organizações vítimas do regime foi a FLING. Os membros desta e demais organizações, como a União Patriótica Anti-Colonialista da Guiné-Bissau (UPANG), a Juventude Unificada Revolucionária dos Guineenses (JURG) e outros eram perseguidos e acusados pelo tribunal de serem traidores da pátria (Semedo 2011). A sentença para isso era inevitavelmente conhecida por todos: o encarceramento aos que contarem com a sorte ou fuzilamento para aqueles cuja sorte não tiverem.

As repressões manifestaram-se em todas as esferas e o controle exercido pelo PAIGC desde os primórdios da luta armada conseguiu prevalecer e se expandiu para outros setores. No tocante à estrutura do poder das forças de defesa e segurança até anos posteriores à instituição da democracia, os agentes militares se identificavam ainda com o partido¹¹ e, não raro, atualmente. O partido se confunde com as forças armadas devido às relações históricas das quais não consegue se descolar. A vida e o funcionamento de todo o sistema político se resumiam às decisões tomadas pelos dirigentes dessa organização. O poder organizacional da sociedade civil

¹¹ São exemplos disso o emblemático discurso do general das forças armadas, Tagme Na Waie, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V2FPUn50pfl>. Acesso em 18/04/2023. O general afirma que o PAIGC é seu (e nosso) partido, logo ninguém teria o direito de instituir conflito entre os membros do partido, fazendo uma alusão direta ao ex-primeiro-ministro guineense, Carlos Gomes Júnior, popularmente conhecido como Cadogo.

foi incorporado e manuseado para atender aos desejos do partido desde os primórdios da sua criação, e isso fazia parte do projeto político do partido.

Sobre esse assunto, nos primórdios da sua existência, o partido criou e fortaleceu organizações que respondessem por ele, que estivessem sob seu controle e que atuassem exaltando o seu nome e elevando suas demandas aos cidadãos guineenses. Após a conquista gloriosa da independência, o PAIGC ceifou os espaços de livre participação dos cidadãos e todas as outras formas de organização populares que almejavam se envolver diretamente no âmbito político-institucional, preferindo manter intactas as organizações que estivessem a seu dispor e poder de controle naquela altura. É o caso da União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG – líder de sindicato dos trabalhadores no país que, após a instituição do sistema democrático, desvinculou-se do partido); a União Democrática das Mulheres (UDEMU), conjugando com a organização juvenil a Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC) e a Organização dos Pioneiros Abel Djassi (OPAD), ambas ligadas diretamente ao PAIGC (Mendy, 1996; Nobrega, 2003; Teixeira, 2007 e 2015; Carvalho, 2014). Por outro lado, foram controlados todos os meios de expressão, como é o caso dos jornais e das rádios. Porém, sabe-se que clandestinamente existiam resistências ao PAIGC. Semedo (2011) constatou que a UPANG e a JURG utilizavam panfletos tanto para divulgar seus princípios ideológicos, quanto para manifestar sua oposição a governação do PAIGC.

Cada uma das organizações que tiveram relação com o PAIGC em conjunto com os comitês de tabanca servia ao partido e foram fundamentais na expansão das raízes dessa organização partidária para outros setores, ajudando a atingir diversas camadas da população, desde a mobilização para a luta de libertação nacional até períodos posteriores. Os comitês de tabanca eram nomeados pelo PAIGC para representá-lo em diferentes regiões, setores e secções do país, a sua tarefa principal consistia em acolher as preocupações e demandas dos populares, em particular dos camponeses e transmitir tal preocupação aos órgãos máximos do Estado. Em seus argumentos, Forrest (1993) considera que à primeira vista, o governo naquela altura procurou, por meio de influências diretas aos comitês de tabanca, ter controle sobre as comunidades sem recurso à violência. Os comitês de tabanca respondiam aos comitês das secções, estes respondiam a comitês de setor. No nível hierárquico seguinte vinham os comitês regionais que se situavam mais próximo do topo, portanto transmitiam informações que haviam chegado eles ao conselho dos ministros.

Ao consolidar e controlar quase que a totalidade das organizações sociais, políticas e culturais, o regime autoritário implantado pelo PAIGC, após a independência, desviou-se do programa radical idealizado por Amílcar Cabral, o que contribuiu grandemente para a erosão

no seio do partido (Mendy, 1996). O programa radical incentivado por Cabral centrava-se em abolir a dominação colonial e promover uma sociedade plural e democrática, em que os “novos” cidadãos teriam direitos de participarem da vida política do país. No entanto, como podemos certificar desde os primórdios da independência, os espaços participativos para o exercício da democracia foram se desfazendo a partir de um ineficaz funcionamento dos governos, causando uma desintegração entre o partido e a sociedade.

O contexto político pós-independência, sobretudo ao final da década de 1980, reservou à Guiné-Bissau eventos importantes. Um deles foi a preparação para a adesão à democracia. Nesse cenário, nos finais dessa década, com todos os problemas e tensões entre a elite política e econômica do partido conjugado com as pressões das organizações internacionais, procedeu-se com a revisão constitucional. Essa transição causou, mais uma vez, divisão no seio do partido, colocando de um lado a ala favorável à transição e, de outro, aqueles cuja crença se assentava na ideia de que a democratização do país ameaçava seus interesses, portanto os interesses do partido (Forrest, 1993; Cardoso, 2002).

4.2 IMPOSIÇÕES À DEMOCRATIZAÇÃO E ÀS TRANSIÇÕES FORÇADAS

Levitsky e Way argumentam que as transições políticas de regimes autoritários para sistema democráticos em grande maioria de países do sul global foram possíveis apenas por meio de pressões externas e algumas instabilidades domésticas (Levitsky e Way, 2010). Os países do sul que tinham uma forte ligação com os do norte global foram influenciados diretamente pelas ameaças de corte das ajudas econômicas que recebiam destes. Na verdade, a interpretação que fica sobre os argumentos desses autores é de que quanto mais interesse os países ocidentais tivessem em um determinado país do sul, maior seria o empenho na promoção da democracia naquele país. Souza Cordeiro também enfatizou esse argumento em seu trabalho, no qual analisou a convivência entre autoritarismo e democracia na Guiné-Bissau (Souza Cordeiro, 2009). Para esse autor, os Estados Unidos de América (EUA), reconhecido até um tempo como vanguarda da democracia liberal no mundo, não deu tanto apoio e atenção aos países africanos que buscavam se democratizar igual fez em países do sul da Europa.

O fato é que o continente africano nessa corrida recebeu pouca atenção no sentido da qualidade das ajudas por parte das nações ocidentais. Aliás, as lições que emanam dessa corrida da democratização, no caso particular do continente africano, são de que as agências de fomento apenas se interessavam em conquistar seus espaços, endividar nações e assegurar que realizassem eleições, sem ao menos se atentarem à essência e às normas democráticas que o governo

no poder seguia para cumprir tais requisitos. Essa “desatenção” originou, em diversos países, um regime autoritário competitivo.

O caso guineense retrata bem essa questão. Os argumentos de Cardoso ajudam a clarificar essa situação (Cardoso, 1995 e 2002). Segundo ele, o país aderiu aos ventos da mudança política após uma experiência fracassada do estado monopartidário, que se afundava em constantes confrontos internos do PAIGC. Em conformidade com esses acontecimentos, emergia no seio do partido uma nova elite política formada por intelectuais da nova geração na altura, que pressionavam a abertura democrática inclusive dentro da estrutura partidária e, em consonância com isso, as pressões das agências exteriores de fomento, Banco Mundial e FMI ajudaram a consolidar a ideia da transição política (Forrest, 1993).

Juntas, estas fizeram sentir os ecos dos fracassos do partido em toda a Guiné-Bissau: a violência não era mais solução. Tanto interna quanto externamente, o PAIGC não tinha mais suporte que pudessem estancar as pressões. A solução era ceder, “abrir mão” de seus privilégios. O engajamento do BM e o FMI, parceiros de longa data do país, exigiram que a democracia fosse implementada, caso contrário deixariam de investir em setores-chave que faziam a fraca economia funcionar, agitou ainda mais o clima político. Neste sentido Cardoso assegurou que

[...] os finais da década de oitenta foram marcados por acontecimentos que mexeram profundamente com as estruturas políticas de quase todos os países, particularmente com as do Leste europeu. Na mesma altura a África encontrava-se mergulhada numa profunda crise económica. Alguns países como a Guiné-Bissau, o Ghana, a Costa do Marfim, o Senegal vinha tentando ultrapassar esta crise apelando às ajudas de organismos financeiros internacionais como o FMI (Fundo monetário internacional) e o Banco mundial (Cardoso, 1995, p. 259).

Deste modo, em partes, a necessidade de suprir a escassez interna facilitou uma pressão externa que o país vinha sofrendo das agências financiadoras que pressionavam os Estados do sul global a adotarem o sistema democrático como pré-requisito para continuar a sua parceria (Carvalho, 2014). Todavia, a pressão interna de grupos descontentes com os nortes em que o país estava sendo direcionado deu um impulso complementar para que se efetivasse a transição política. Estas seriam causas justas que conduziram o país à aquisição do *laissez-passer* do sistema democrático liberal.

Alguns autores argumentam que o processo da adesão ao sistema democrático na Guiné-Bissau não foi movido pela necessidade da garantia de liberdade de expressão e da participação política cidadã, ou da ampliação de políticas públicas para os setores populares com maiores carências (Sousa Cordeiro, 2009; Semedo, 2011; Teixeira, 2015). Ao contrário disso, a

democratização, no caso desse país, foi impulsionada pelo BM e FMI a partir de duas promessas: a de negociação de dívidas de países, sobretudo esses da periferia (como é o caso guineense); e a do financiamento de novos créditos a estes. Assim, aderir ao sistema democrático seria condição primeira para que tal promessa fosse cumprida (Mendy, 1996). Também existe outro fator muito importante atrelado às pressões do BM/FMI e à emergência da nova elite política no PAIGC, que são as questões étnicas (Teixeira, 2007). As disputas entre militares e civis, impulsionadas por questões étnicas, foram fundamentais na consolidação da contradição entre as elites do partido e, conseqüentemente, sustentou, em partes, a transição política. Por conseguinte, a continuidade dessas disputas também refletiu nas instabilidades da democracia guineense ao longo do tempo e ainda se faz presente!

Em 1991, por meio da supressão de alguns artigos da Constituição de 1984 – sobretudo o artigo quatro¹², que consagrava o PAIGC como única força dirigente do país –, criou a possibilidade de pluralismo político e multipartidarismo, esse marco deveria ser também o início da conquista do exercício de liberdade de expressão e de participação política cidadã a partir de propostas de projetos para a criação de políticas sociais, além da garantia de direitos aos cidadãos, como as de reivindicação, de livre organização, de criação de organizações sociais e associações, etc. Porém, como argumenta Mendy, “um dos desafios enfrentados pelas democracias no continente africano é a ampliação de direitos e espaços conquistados” (Mendy, 1996, p. 21). Ou como nos diz a Carvalho:

Se a democracia na maior parte dos casos - falando do Ocidente - serviu para acabar com as ditaduras e efetivar o cumprimento das leis e o respeito pela Constituição, na Guiné-Bissau, infelizmente, [...], trouxe novo tipo de abusos graves e atropelos sistemáticos à Constituição, assim como pouco zelo pelo princípio da separação de poderes, autoritarismo, a par da confusão entre o público e o privado e o dirigismo [...] (Julião Soares, 2012; *apud* Carvalho 2014, p. 52).

Na Guiné, mudou-se a constituição e “acalmaram-se os ânimos”, mas mantiveram-se os mesmos atores no governo e, inclusive, venceram as primeiras eleições conquistando uma maioria absoluta, isso foi um problema.

Esse fato motivou Teixeira a considerar que, no âmbito político, alguns países do continente africano, após os processos de transições de regimes autoritários para democráticos, da década de 1970 aos primórdios de 1990, não se concretizou os efeitos aspirados dessas

¹² Na República da Guiné-Bissau, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) é a força política dirigente da sociedade e do Estado. Constituição da República da Guiné-Bissau, 1984.

transições, porque a classe política foi movida pela tendência de instalação de regimes autoritários de modelo Marxista-Leninista, impedindo e reprimindo toda e qualquer organização popular (Teixeira, 2008). Assim, percebe-se que, na Guiné, a instituição da democracia não aboliu os costumes do monopartidarismo, mesmo com a realização das primeiras eleições em 1994 o Estado guineense continuou reproduzindo condutas autoritárias (Forrest 1993; Teixeira, 2008; 2015; Cordeiro 2009). Isto é, “embora se procure incessantemente a implementação de um regime democrático efetivo, constata-se que as inúmeras eleições não têm sido suficientes, pelo menos por enquanto, para a sua verdadeira implementação” (Carvalho, 2014, p. 52).

A transição do monopartidarismo para a “democracia” criou oportunidades para a existência de organizações sociais e partidos políticos da oposição que agora podiam atuar por meio de protestos contra o governo de Vieira. Iniciou-se, portanto, as mobilizações por parte das organizações juntamente com os sindicatos de trabalhadores de diversas áreas de serviço que se organizaram para pressionar o governo no sentido de melhorar as condições de trabalho em que se encontravam.

Mendy assevera que os primeiros grupos a reivindicarem foram os de médicos nacionais, que se mobilizaram para apresentar, junto ao “recém-Estado democrático”, suas demandas. Em seguida, os professores e demais setores de serviço público. Não atendidas essas demandas, organizaram-se protestos de rua, que porventura foram mediados por meio de repressões das autoridades de segurança. Segundo esse autor, a realidade evidenciou que apenas se mudou o sistema do governo, mas mantinha-se a elite política e os governantes com todas as suas barganhas violentas e autoritárias (Mendy, 1996; Sousa Cordeiro, 2009; Teixeira, 2015). Nascia, assim, o regime autoritário competitivo.

Não se poderia esperar menos de um governo/partido que viveu quase vinte anos “sem enfrentar nenhuma oposição” e que foi forçado a desistir de ser única força política do país. Desde os finais da década de 1980, Guiné-Bissau começou a se preparar para essa transição, mas as raízes dos conflitos haviam se cristalizado e eram demasiadamente profundas, muitos problemas mal resolvidos ou mesmo não resolvidos. Posteriormente, esse fato desencadeou o conflito civil em 1998. Como bem resumido por Souza Cordeiro, “após a transição política na Guiné-Bissau, o Estado não [conseguiu] no mínimo [assegurar] o estado de equilíbrio democrático, muito menos impossibilitar a deposição dos governos e presidentes constitucionalmente eleitos” (Souza Cordeiro, 2010, p. 2).

Quatro anos após as primeiras eleições, no dia 7 de junho de 1998, o país se viu mergulhado em uma guerra civil militar motivada por discórdia entre duas figuras importantes do PAIGC, General Ansumane Mané e João Bernardo Vieira. Alguns meses após o início dessa

sangrenta guerra civil, foi criada o MNSCPDD, com o objetivo de contribuir para a pacificação do país e, ao mesmo tempo, criar saídas para que os efeitos dessa guerra não durassem por longos períodos. Buscava-se a reconciliação entre os atores envolvidos e a criação de canais de diálogo democrático.

Apesar dos esforços empreendidos por essa rede, atos violentos e sangrentos, golpes de Estado, assassinatos e perseguições aos opositores continuaram acontecendo. A consolidação do autoritarismo competitivo impõe desafios significativos para a governança democrática e o desenvolvimento do país. Além disso, o autoritarismo competitivo no país parece ganhar cada vez mais raízes e, com isso, seguindo normalmente o curso da sua expansão. Aliás, isso já era evidente nas leis do país, desde a constituição da república até a aprovação de leis que buscavam controlar a massa popular, as regras sobre protestos no país.

4.2.1 Sociedade Civil em Meio ao Caos Autoritário

A sociedade civil guineense empreendeu muitos esforços antes e durante a luta de libertação nacional, sobretudo nos aspectos da mobilização e de incentivo aos cidadãos para participarem diretamente no combate ao colonialismo português. Esse fato foi constatado no modelo de ampliação da mobilização popular que o PAIGC, como “movimento” de guerrilha, criou no decorrer da luta. Forrest entende que o modelo de sociedade civil, que hoje se reconhece como tal por atores político-estatais no território guineense, foi forjado ainda no decorrer da luta para a independência, quando o partido investiu em campanhas de incentivo aos residentes, mormente aos mais jovens das zonas rurais a aderirem e a incentivar demais comunidades para participarem na luta de libertação nacional (Forrest, 1993). Por esta razão, durante o monopartidarismo o Estado alargou a sua base por meio de comitês das tabancas.

Entretanto, no final da década de 1980, instalou-se um conflito entre a elite política do governo e os segmentos das estruturas dos comitês. Esse conflito foi incentivado pelo distanciamento entre os dois. Isso em razão de os governantes não solucionarem os problemas das comunidades apresentado a eles pelos comitês. Os governantes não consideravam essas demandas como importantes e urgentes (Forrest, 1993). Por esse motivo, nas comunidades, os comitês passaram a perder a sua autoridade diante dos residentes, fragilizando os encontros comunitários organizados por eles.

Com esse conflito instalado e com os segmentos dos comitês das tabancas que eram líderes perdendo aos poucos a credibilidade no meio de suas comunidades e não sendo acolhidos pelo governo, passaram a mudar o foco das suas ações. Para Forrest (1993) isso demonstrou

que a sociedade civil que era um instrumento de proteção do Estado e que buscava estabelecer comunicação entre governantes e governados, passa então a não exercer mais esse papel. Isso incentivou a recomposição desta como uma estrutura de pressão, cobrando dos governantes ações imediatas sobre as demandas urgentes da sociedade.

Nessa recomposição, a sociedade civil começou a estabelecer “cooperação” com as organizações internacionais e passou a receber financiamentos dessas agências para executar projetos que se voltam aos objetivos de desenvolvimento nacional. Essa atuação não se limitou apenas ao estabelecimento de cooperação com os atores internacionais. No âmbito nacional, foram realizados eventos de diálogo com o governo, sendo um dos agentes de mediação de conflitos internos no país. Isso se evidenciou em 1998/1999, quando em meio à guerra, a sociedade civil procurou unir as partes depois de muitos esforços e protestos de apelo à paz, e conseguiu pôr a mesa para negociação, o que foi muito importante para colocar fim aos confrontos armados (Cardoso, 2008; Carvalho, 2014; Semedo, 2020). Cardoso (2008); Carvalho (2014) entendem que é no conflito civil militar que a capacidade de ação da sociedade civil foi testada. O MNSCPDD, a CNBV e a CGC deram respostas contundentes ao “teste” que demonstraram a capacidade de organização e de ação da sociedade civil guineense.

Não somente nesse momento, mas também em períodos posteriores, a sociedade civil foi fundamental na mediação de conflitos entre os atores políticos. Em abril de 2010, com sua intervenção, que contou grandemente com a participação do presidente da república, foi possível evitar o derramamento de sangue na tentativa de golpe de Estado. Por meio de diálogo influenciaram na liberação do primeiro-ministro na altura, Carlos Gomes Júnior, que reassumiu seu cargo depois de ser detido pelos militares. Também em 2015 foi personagem principal na tentativa de negociação do conflito entre o presidente da república e o PAIGC – que incentivou a interrupção do mandato desse partido – para apaziguar a crise instalada naquela altura, cujo reflexo se vivencia até a data presente. Também, em outros momentos, este segmento social demonstra a sua capacidade de intervenção.

Esse constante reinventar do espaço participativo fez com que Koudawo afirmasse que a natureza da relação entre a sociedade civil e o Estado tem sido por vezes conflitual e de outras vezes cooperativo, e que isso muitas vezes é influenciado por tipos de atores políticos no governo (Koudawo, 1996), ou seja, uma relação de confiança e desconfiança. De acordo com as constatações Cardoso, uma das principais

tarefa[s] da sociedade civil africana tem sido a de [re]inventar espaços de comunicação e de negociação de consensos, tendo como pano de fundo os

interesses gerais da sociedade. Esta negociação tem sido um processo permanente, incluindo por vezes [atos] de prevenção e gestão de conflitos. As formas de que se reveste o seu envolvimento na prevenção de conflitos têm sido muito variadas, determinadas [n]a maior parte das vezes pela própria natureza dos mesmos, mas igualmente pelo tipo de atores neles envolvidos. A sua participação [ativa] nas tentativas de gestão e resolução do conflito de 1998/99 e, sobretudo, a criatividade de que fez prova para responder aos desafios que se colocavam em termos de emergência humanitária, ilustram bem a existência, criatividade e autonomia de uma sociedade civil guineense (Cardoso, 2008, p. 24).

Cabe salientar que nesse conflito a sociedade civil se organizou para realizar protestos e, também promoveu diálogo entre as partes; por outro lado, empreendeu ações de solidariedade com os refugiados (Carvalho, 2014). Por se adequar e se reinventar em meio ao caos constante, a sociedade civil guineense conta com legitimidade tanto no âmbito nacional quanto internacional, como um ator/juiz de causas comuns. A sociedade civil não tem sido apenas um ator de pressão, mas também um veículo de mediação entre atores sociais e militares, assim como atores políticos ou vice-versa. Ou seja, conforme atrás descrito, a sua atuação tem sido facilitada por um repertório de intermediação.

4.2.2 Ciclos de Instabilidade, Golpes e Tentativas de Golpe de Estado

A seguir apresentaremos resumidamente quadros que de forma sintética expõem os eventos que mais criaram/criam instabilidades políticas no país. Os quadros são separados em tipos de eventos e contemplam desde a formação do Estado guineense. A sua construção está embasada em informações disponíveis em jornais nacionais e internacionais, em documentos de organizações internacionais, em artigos e livros produzidos sobre a Guiné-Bissau e, também, em nossos conhecimentos empíricos sobre o assunto neste país. Acreditamos que estes merecem maior atenção em relação a outros eventos ocorridos, apesar de estes não deixarem de ser relevantes para a compreender a história de conflitos no país.

Quadro 01: Golpes de Estado na Guiné-Bissau concretizados por intervenções militares

Nº	Mês/ano	Deposto	Líder do golpe
01	11/1980	Luís Almeida Cabral	João Bernardo Vieira
02	06/1999	João Bernardo Vieira	Ansumane Mané
03	09/2003	Kumba Yalá	Veríssimo Correia Seabra
05	04/2012	Carlos Gomes Júnior	António Indjai/comando militar

Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com uma referência a Sousa Cordeiro (2009).

Esse pequeno quadro é uma expressão de constantes intervenções militares na arena política do país. Intervenções que, além de concretizar golpes de estado, também fazem vítimas inocentes. Sousa Cordeiro (2010) argumenta que as constantes intervenções militares na esfera política se devem a heranças históricas do autoritarismo colonial e do monopartidarismo. Segundo ele, “o regime autoritário fora derrocado, mas não a “doutrina” que sustenta o legado autoritário em pleno processo democrático” (Souza Cordeiro, 2010, p. 2), isso aponta para a pertinência do conceito de autoritarismo competitivo na Guiné-Bissau. Vejamos o quadro a seguir:

Quadro 02: Destituições de governos/parlamento por meio de decretos presidenciais na Guiné-Bissau

Nº	Mês/ano	Órgão deposto/líder	Presidente	Evento
01	03/1984	Governo/Victor Saúde Maria	João Bernardo Vieira	Demissão do governo
02	03/2001	Governo/Caetano Intchama	Kumba Yalá	Demissão do governo
03	12/2001	Governo/Faustino Fudut Imbali	Kumba Yalá	Demissão do governo
04	11/2002	ANP ¹³	Kumba Yalá	Dissolução do parlamento
05	10/2005	Governo/Carlos Gomes Júnior	João Bernardo Vieira	Demissão do governo
06	08/2008	ANP	João Bernardo Vieira	Dissolução do parlamento
07	08/2015	ANP	José Mário Vaz	Dissolução do Parlamento
08	12/2023	ANP	Umaro Sissoco Embaló	Dissolução do Parlamento

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Este quadro explicita o grau da conflitualidade instalada no país e como os chefes de Estado exploram os vazios constitucionais para monopolizar o poder. Na verdade, uma das causas que têm incentivado os constantes conflitos no contexto político guineense tem haver com a interpretação desse documento vanguarda da república guineense — a constituição da república. Há quem argumente sobre o presidente ter a total liberdade de destituir o governo quando está em causa uma grave crise política que põe em causa o normal funcionamento das instituições da República. A própria constituição, cujas leis são poucas esclarecedoras, de certo modo legitima ações do gênero. Esse documento foi estruturado para atender desejos da estrutura política autoritária que em 1991 decidiu renunciar de seu isolamento como única força política legítima de governar os guineenses para permitir que outras organizações sociais e políticas existissem. A par deste documento, estão diversas outras leis que são a face do

¹³ Assembleia Nacional Popular.

autoritarismo monopartidário. O exemplo concreto disso é o 2º suplemento ao boletim oficial da república, de 06 de abril de 1992¹⁴, que mais adiante merecerá a nossa atenção e análise.

4.3 SITUANDO AUTORITARISMO COMPETITIVO NA GUINÉ-BISSAU

Este capítulo como um todo se fundamenta na construção de um enquadramento da Guiné-Bissau como um país no qual o autoritarismo competitivo está presente desde a destituição do monopartidarismo. Esse fato está sendo exposto por meio de eventos históricos que marcaram a história da transição política guineense.

Para tanto, é importante situarmos aqui algumas perguntas que motivam esta seção: Por que o conceito de Autoritarismo Competitivo para compreender o caso guineense? Ou, ainda, como as características de um regime autoritário competitivo explicam o cenário sociopolítico guineense? Talvez duas respostas sejam possíveis para essas questões. A primeira tem a ver com o percurso histórico do país, que vem de uma sequência de conflitos e disputas de poder muito antes da instituição formal do sistema democrático no ano de 1991, e, com essa transição, as disputas ganharam outras dimensões, por exemplo, as eleitorais e a luta pelo controle dos meios de comunicação. Em segundo lugar, está a instituição formal de meios de controle das massas populares, as organizações sociais em protesto e a forte instrumentalização do judiciário guineense. Logo iremos especificar esses aspectos.

Segundo a literatura, tentativas de fraudes e irregularidades nos processos eleitorais; criminalização e constantes repressões de organizações sociais em protesto contra as ações dos governantes; perseguições a jornalistas de veículos de comunicação independentes ou mesmo a profissionais de comunicação sob tutela do governo; assassinato ou tentativa de assassinato a opositores políticos; perseguições a ativistas sociais e políticos; uso de recursos públicos para fins pessoais e eleitorais; e, forte instrumentalização do judiciário são aspectos que caracterizam os regimes autoritários competitivos (Levitsky, 2002; Way, 2010; Diamond, 2002; Giersdorf e Croissant, 2011). Essas características fazem jus à realidade sócio político guineense, em que disputas pelo poder e perseguições aos opositores e críticos é cada vez mais evidente.

¹⁴ Disponível em: https://gw.ambafrance.org/IMG/pdf/lei_3-92_reunions_et_manifestations.pdf?823/e765a86fb39235379de97f70929224f95ddd053d. Acesso em 09/10/2023.

4.3.1 Aspecto Histórico-Eleitoral e a Caça aos Meios de Comunicação

A partir de diversas características, situadas nas seções precedentes e no capítulo anterior sobre os regimes autoritários competitivos, podemos encontrar eventos e características semelhantes para o cenário sócio-político guineense, um país que, como vimos, também aderiu ao sistema democrático nos primórdios da última década do século XX, realizando sua primeira eleição três anos depois da instituição do sistema. Essas eleições marcaram uma enorme controvérsia, dado que além das alegações por parte da oposição de que houve irregularidades e tentativas de fraude – como ocorre na grande maioria dos regimes híbridos – serviram para a manutenção no poder o antigo governo liderado pelo PAIGC e do presidente João Bernardo Vieira. Esse partido e o presidente governaram o país há mais de duas décadas, isto é, desde os períodos do monopartidarismo – de 1973 a 1991.

Desde a instituição do multipartidarismo, foram realizados dez processos eleitorais, entre legislativos e presidenciais, com menos de trinta e cinco anos experimentando o sistema democrático. Em todas elas houve uma crescente tensão entre a oposição e o governo, observada em denúncias sobre fraudes em contagens e atribuições de votos que em todos os pleitos eleitorais são frequentes. Nas primeiras eleições multipartidárias, por exemplo, houve inúmeras ações do tipo por parte dos partidos políticos da oposição. A Resistência de Guiné-Bissau-Movimento Bafatá (RGB/MB), por meio de seu vice-presidente na altura, Helder Vaz, denunciou aos meios de comunicação em conferência de imprensa sobre tentativa de fraudes nas eleições de 1994¹⁵. Ele aponta irregularidades no processo e falta de funcionamento de mesas de voto em círculos-chave, nos quais a oposição se considerava favorita. No dia seguinte à conferência do RGB/MB, outros partidos da oposição se reuniram para relatar casos similares. Estes ressaltaram que, ao longo do dia da votação, foi constatada forte intimidação por parte dos militares aos eleitores, uso abusivo de recursos públicos pelo PAIGC e seu candidato à presidência (Nino) para propósitos de sua reeleição, além dos atrasos na abertura das mesas de voto. Também foi verificado que, em uma das mesas de votação, o nome e número de cartão de um eleitor se repetiram dezessete vezes; isto é, o mesmo cartão foi usado por dezessete indivíduos para votar na mesma urna.

Na verdade, as primeiras eleições multipartidárias do país decorreram em um clima de tensão entre o governo do PAIGC que controlava todo o *establishment* político do país e a oposição emergente na altura, pois uma grande franja do partido nunca quis abrir mão do

¹⁵ <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/eleicoes-na-guine-bissau-2/> acesso em 20/09/23.

controle integral do poder no país. As eleições terminaram com a vitória deste partido, que conseguiu alcançar maioria absoluta no parlamento (elegendo 62 de 100 deputados da nação – que eram eleitos na altura)¹⁶ e com seu candidato à presidência da república reeleito ao cargo. Além do PAIGC, apenas quatro partidos da oposição conseguiram eleger deputados para aquela legislatura, a RGB/MB (19), Partido da Renovação Social (PRS) 12 – que conquistou o poder nas eleições de 1999/2000 – a União para Mudança (UM) 06 e a FLING (01). Para essas eleições não faltaram alegações de fraudes e intimidações a grupos sociais e étnicos que não eram predominantes no seio do PAIGC e/ou que tinham conflitos com o partido e o presidente Nino durante o monopartidarismo.

Por mais que as vozes fossem notórias naquele contexto político, suas denúncias deveriam merecer atenção dos observadores e da comunidade internacional, pois explicita a face de um governo que até então era conhecido pelas fortes repressões e perseguições aos opositores políticos, sobretudo ao monopólio da disputa do campo político, no relatório dos observadores internacionais daquela eleição afirmava-se que não se averiguou violências, perturbações, intimidações e nem interferências militares no processo eleitoral que pudessem comprometer o pleito eleitoral, assim as eleições decorreram em clima de paz e tranquilidade, de forma justa e transparente¹⁷, mesmo que a realidade evidenciasse o contrário.

Essa contradição entre as constatações dos observadores e as denúncias dos partidos políticos da oposição acende um alerta sobre a eficácia ou ineficácia de observações eleitorais. Em diversos casos, esses observadores só se atentam aos espaços em que decorrem a votação e os desenrolares das ações que possam comprometer o processo em outras esferas não despertam a atenção por parte desses observadores, ou por não conhecerem as ocorrências ou por entenderem que tais eventos não comprometem o processo. Na Guiné, as intimidações aos chefes de tabanca no interior do país e de líderes da oposição em suas residências foram aspectos denunciados grandemente em conferências de imprensa da oposição. Além do mais, os observadores na Guiné não conseguem percorrer todo o território nacional em razão do difícil acesso a setores e regiões mais distantes do país, o que reforça a tese de que o papel dos observadores na fiscalização das corridas eleitorais no país não é ao todo eficaz, uma vez que estes não contam com condições para atingir todo o território nacional durante o período curto de tempo em que fazem se presentes no país, limitando-os a visitar os espaços mais próximos de Bissau e regiões com fácil acesso.

¹⁶ https://www.cne.gw/images/docs/EG_1994_1_resultados.pdf acesso em 04/09/23

¹⁷ https://www.cne.gw/images/docs/EG_1994_2_volta.pdf acesso em 04/09/23

Findo a corrida eleitoral de 1994, consubstanciou-se uma retomada em massa de repressões contra organizações sociais e sindicatos dos trabalhadores, além de cortes abusivos de benefícios desses trabalhadores e dos combatentes da liberdade da pátria. Essas são algumas das causas que, somados ao conflito não resolvido do monopartidarismo, irão desencadear a queda daquela legislatura com a guerra civil de junho de 1998 que só veio a terminar no mês de maio de 1999 após a expulsão do presidente por um grupo de antigos combatentes comandados pelo General Ansumane Mané, que se radicalizou em face às opressões e à desvalorização que a sua classe vinha sofrendo por parte do governo e da presidência¹⁸. Nino Vieira se exilou em Portugal até a data de seu retorno ao país para concorrer às presidenciais em abril de 2005.

As eleições gerais de 1999/2000 simbolizavam uma retomada de estabilidade política, em que organizações políticas e sociais lutavam em busca da reconstrução e de recuperação da confiança de cidadãos e dos atrasos que o país foi vítima com a guerra civil. A vitória do PRS e de seu candidato à presidência da república, Kumba Yalá, marcavam este virar de página, pois agora se experimentava um novo governo, sobretudo novos atores políticos no cenário, houve duras contestações por parte do PAIGC e de seu candidato à presidência, Malam Bacai Sanhá, alegando que o pleito eleitoral fora fraudado.

O PRS explorou as fragilidades contidas no seio do PAIGC ocasionadas pela guerra civil e das constantes disputas internas de poder no partido para ganhar a corrida eleitoral. Além do mais, a coligação entre os principais partidos da oposição que apoiaram o Kumba Yalá na segunda volta das eleições e o envolvimento da sociedade civil na campanha de conscientização e incentivo à participação popular no exercício da cidadania pelo voto, contribuiu grandemente para a derrota do PAIGC e seu candidato. O PRS (primeiro mais votado da eleição com 38 mandatos) não conseguiu obter uma maioria absoluta, precisando se aliar ao RGB/MB (segundo mais votado) para alcançar a maioria e aprovar seu plano de governação.

Essa aliança não durou tanto e incentivou a destituição do governo. Kumba Yalá e seu partido tomaram posse e, em poucos meses de governação, começaram a enfrentar problemas internos, motivando constantes nomeações e demissões de figuras políticas e do judiciário; o

¹⁸ Existe um debate mais amplo em torno dessa questão. Há quem acredite que a guerra civil foi incentivada principalmente, não exclusivamente, por questões étnicas, fazendo com que os militares da etnia balanta, cuja briga com o presidente Nino durante o monopartidarismo não havia sido resolvida, apoiassem grandemente o brigadeiro Ansumane Mané (de origem Mandinga/Beafada) na destituição de João Bernardo Vieira (de etnia pepel) (Teixeira, 2007). Também, há quem postule hipótese contrária a isso. Segundo Carlos Sá Martinez, a guerra civil foi incentivada pelo apoio de uma franja de militares aliados ao general Ansumane Mané na venda de armas a rebeldes de Casamança, conclusão que uma comissão do parlamento chegou depois do inquérito aberto para investigar sobre o caso resultando na demissão do general e pôr fim a sua revolta contra o presidente da república (Carlos Sá Martinez, 2023).

presidente da república exonerou os juízes do Supremo Tribunal de Justiça para evitar o plano de sua destituição que estava sendo orquestrado por esta instância em colaboração com o parlamento, períodos depois o presidente Yalá destituiu o parlamento, convocando novas eleições legislativas em 2003. Em poucos anos como presidente, Yalá nomeou e exonerou mais de três primeiros-ministros. Todavia, com o crescente clima de tensão no seio político e militar, a legislatura foi obstruída pelo golpe de Estado no mesmo ano, foi nomeado um presidente da república interino cuja tarefa era a de conduzir o país para as eleições legislativas e depois presidenciais.

Em argumentos de Cardoso, a inexperiência da maior parte dos eleitos e nomeados como governantes naquela legislatura fora explorado pelo PAIGC que se viu parcialmente excluído das nomeações no governo, o que semeou conflito entre atores, pressionou e questionou constantemente a sua exclusão, principalmente buscou mecanismos para integrar ou destruir a coligação (Cardoso, 2002). Por outro lado, também, a falta de diálogo entre os poderes naquele governo e uma escalada de ondas de corrupção, violência e perseguições a opositores políticos (alguns assassinados), meios de comunicação invadidos, e jornalistas ameaçados, induziu sua caracterização como não democrático, pois conforme Cardoso, “mudaram-se os [atores governantes], mas as práticas continuam a ser as mesmas” (Cardoso, 2002, p. 26). Isso caracteriza a continuidade do projeto político autoritário competitivo instalado na Guiné-Bissau quando da instituição formal da democracia.

Em 2004 foi realizada a eleição legislativa que devolveu o poder ao PAIGC e em 2005, após o retorno de Nino Vieira, foi a vez das eleições presidenciais que também conduziram Vieira de novo ao trono presidencial mesmo sem apoio de seu antigo partido. Essas eleições foram marcadas por protestos e acusações de fraudes eleitorais. Não obstante, Nino tomou posse e, em seguida, exonerou o primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior da PAIGC e nomeou seu aliado político de longa data, Aristides Gomes. Em pouco menos de quatro anos, Nino trocou quatro primeiros-ministros, alegando muitas vezes que a intenção era garantir a estabilidade política no país.

Ao longo dos anos, a Guiné-Bissau conheceu poucas transformações em termos de triunfos em pleitos eleitorais, sobretudo em eleições legislativas. O PAIGC só perdeu uma eleição, a de 1999/2000, e nas presidências os seus candidatos foram derrotados em três oportunidades, 1999/2000, 2005 e 2019. As mudanças de governos no país, motivadas frequentemente por interferências nas legislaturas por meio de golpes de Estado ou ainda pela destituição de governo por iniciativa do chefe de Estado, pouco influenciou para a promoção da estabilidade política e consolidação democrática, aliás, atitudes como essas colocaram em causam a

consolidação deste sistema de governo. Por outro lado, essas transições forçadas impulsionaram ainda mais as guerrilhas de poder, que continuam sendo uma realidade, induzindo à consolidação de políticas de perseguição e de repressão aos opositores.

Em seguida, um quadro que expressa essa situação apresentando as inúmeras eleições já realizadas no país. Até o momento, nenhuma das legislaturas conseguiu chegar ao fim e apenas um presidente eleito terminou o seu mandato, também permeado por inúmeros conflitos. As contradições políticas se evidenciam justamente nessas devotadas instabilidades, fomentadas por lutas pelo poder.

Quadro 03: Eventos Eleitorais na Guiné-Bissau

Ano Eleitoral	Eleição geral	Legislativas	Presidenciais	Vencedor	Apoiado pelo:
1994	X			PAIGC/ João B. Vieira	PAIGC
1999/2000	X			PRS/Kumba Yalá	PRS
2004		X		PAIGC	
2005			X	João B. Vieira	PRS e oposição
2008		X		PAIGC	
2009			X	Malam Bacai Sanhá	PAIGC
2012			X	Inconclusivas	Inconclusivas
2014	X			PAIGC/José M. Vaz	PAIGC
2019	X			PAIGC/Umaro S. Embalo	MADEM/G15
2023		X		PAIGC	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Todas as eleições nos anos seguintes¹⁹ seguiram o mesmo roteiro, com fortes indícios de irregularidades e fraudes no pleito, usos irregulares de recursos do Estado para fazer campanhas ou para financiar aliados políticos, o que em diversas ocasiões foi denunciado pelo MNS-CPDD. O alto índice de violação de direitos cidadãos, sobretudo de profissionais dos meios de comunicação, progrediu de forma aberta. Os meios de comunicação que são espaços essenciais para denúncias e críticas ao governo permaneceram como alvos primordiais, isso se evidencia com as sucessivas invasões, perseguições e depredações desses espaços ao longo do tempo²⁰.

¹⁹ 2004, 2005, 2008, 2009, 2012 (não concluído), 20014, 2019 e 2023.

²⁰ Invasão a rádio Kassumay em 2005: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/guine-bissau-radio-kassumay-encerrado-na-sequencia-de-invasao-da-policia_n120220 acesso em 21/09/2023.

Invasão a radio Capital 2020: <https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-r%C3%A1dio-%C3%A9-vandalizada-por-homens-armados/a-54323197> acesso em 21/09/2023.

A perseguição aos profissionais dos meios de comunicação se dá pelas vozes críticas que despertam na sociedade guineense. A rádio Nacional, Bombolom, Capital FM, entre outras estações emissoras, têm audiências consideráveis e programas que visam despertar a consciência crítica dos cidadãos. Com uma absoluta certeza, esses programas trafegam em contramão com as aspirações dos governantes. Ficou claro que os meios de comunicação são ferramentas importantes para o governo guineense e, por consequência, ter o potencial controle é uma prioridade deste em 2016, quando em meio à crise política motivada pela destituição do governo de PAIGC foram nomeados mais de três governos em pouco menos de um ano, estes concentraram suas disputas em cargos de diretores das estações emissoras públicas do país, a Rádio Difusão Nacional (RDN) e a Televisão de Guiné-Bissau (TGB)²¹. Todos os primeiros-ministros nomeados tomavam como primeiras providências nomear um novo e, desse modo, exonerar os antigos diretores desses dois meios de comunicação controlados pelo governo. Assim, ficou evidente que ter o controle dos meios de comunicação por parte desses governos não era uma mera questão de ocupar a esfera da comunicação, o quarto poder, mas o desejo de controlar e consequentemente moldar as informações que chegavam ao público. E a única forma de concretizar isso seria ter em mãos os profissionais chefes dessas duas estações emissoras. Outro exemplo que se aplica à questão é quando o procurador geral da república, recém-nomeado pelo José Mário Vaz, deu ordens para que a RDN suspendesse o seu programa semanal, Cartas na Mesa – que tem um viés da reflexão sobre temas políticos – alegando “a necessidade de proteger a “ordem pública, a paz, a estabilidade e a segurança institucional” do país”²².

Invasão a radio Capital 2022: <https://cpj.org/pt/2022/02/homens-armados-voltam-a-atacar-a-emissora-guine-bissau-radio-capital-fm-e-destroem-equipamento/> acesso em 21/09/2023.

Invasão a radio Bombolom pelo deputado de PRS em 2018: <https://www.faapa.info/blog/conselho-nacional-da-comunicacao-social-considera-invasao-de-deputado-a-radio-bombolom-de-atentado-a-liberdade-de-imprensa/> acesso em 21/09/2023.

Militares controlam a radio nacional na sequencia de golpe em 2012: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/04/militares-tomam-ruas-de-guine-bissau-e-controlam-radio-nacional.html> acesso em 21/09/2023.

²¹ Novo primeiro ministro nomeia novos diretores da Radio e televisão publica: <https://www.odemocratagb.com/?p=9181> acesso em 22/09/2023.

Baciro Djá afasta diretores de RDN e TGB: <https://tchogue.blogspot.com/2015/08/novo-primeiro-ministro-da-guine-bissau.html> acesso em 22/09/2023.

²² <https://uniogbis.unmissions.org/pt/cronologia-dos-principais-eventos>, acesso em 22/09/2023.

4.3.2 Protestos Populares e a Manipulação da Esfera Judicial na Guiné-Bissau

Para Levitsky e Way alguns Estados africanos autoritários experimentaram a transição política devido a sua fragmentação interna e a fragilização na capacidade de sustento por parte dos governos, nomeadamente dos atores das forças de defesa e segurança (Levitsky e Way, 2010). Em alguma dimensão, no caso guineense, isso também se verificou, apesar de não ser apenas no setor da defesa e segurança, mas também em âmbito político, econômico e social (Forrest, 1993; Mendy, 1996; Koudawo, 1996; Carvalho, 2014). A fragmentação interna do PAIGC nos finais da década de 1980, causado pelo processo da democratização, criou oposições internas no partido, colocando, de um lado, membros veteranos de guerra que não queriam o fim do monopartidarismo e, na outra ala, militantes que viam na democracia a solução para o desenvolvimento e estabilidade, pois assim permitiria que agências financiadoras ocidentais investissem no país.

A transição política ainda evidenciou um problema raiz que o país precisava enfrentar e procurar mecanismos para superar o domínio/monopólio do espaço público e da justiça que a elite política proveniente do monopartidarismo mantinha. Esse monopólio fez com que tais governantes instituíssem mecanismos legais que garantem a continuidade de seu controle sobre as massas populares que agora emergem com uma imensa agilidade. Carlos Sá e Martinez constatam que as alterações constitucionais e de algumas outras leis no país, principalmente as de 1973²³ e 1980 a 1984²⁴, foram inspiradas frequentemente no modelo constitucional do regime colonialista. Assim, mesmo com a transição política, os reflexos do monopartidarismo continuaram uma realidade em leis que deveriam incorporar e se adequar ao sistema democrático; isto é, estas leis procuram centralizar o poder dando poderes, muitas vezes plenos, à figura do chefe de Estado ou aos comandos das autoridades político/militares (Carlos Sá e Martinez, 2023). Como disseram os autores acima citados sobre a revisão da Carta Magna,

[...] a Revisão constitucional feita de 1991 a 1993 foi revisão apenas em caráter pontual, porque o que interessava era implementar o regime democrático e a abertura democrática no país, que permitiram a criação das normas que abrissem as portas para a criação dos partidos políticos e a realização das primeiras eleições. [...] Com a eleição do PAIGC foi constatado, mais uma vez, que o partido ainda tinha domínio sobre o Estado (Carlos Sá e Martinez 202, p. 10).

²³ Primeira constituição da república da Guiné-Bissau e a formação do Estado guineense.

²⁴ Essa “nova versão” da constituição resultou da ruptura de Guiné-Bissau e Cabo Verde na qual foram feitas alterações pontuais que concentraram os poderes na figura do presidente da república.

Isso quer dizer que, nos primórdios da transição, percebeu-se que não bastava controlar os meios de comunicação ou ter a garantia de vencibilidade em pleitos eleitorais, era imperativo controlar a massa popular e impor limites do que este deve/pode ou não fazer. A escalada de ondas de repressão contra sindicatos e outras organizações nasce com o intuito de impor medo e da manutenção de controle das massas populares por parte do grupo que domina o Estado e isso refletiu na criação da lei sobre manifestações/protestos populares. A lei sobre protestos estabelece parâmetros para que um grupo/movimento organize e realize sua manifestação.

Em síntese, o documento orienta os grupos descontentes com as ações do/s governo/governantes e que queiram realizar protestos contra os atores no governo, avisem com antecedência ao setor da defesa e segurança para que, segundo o documento, as autoridades garantam-lhes segurança ao longo do seu trajeto. A experiência evidenciou que isso nunca deu certo. Os atores políticos quanto militares não permitem que esse direito seja cumprido²⁵. Nestes casos, o aviso prévio serve de alerta para que autoridades de segurança procurem mecanismos para impedir que ocorra a ação do grupo, especialmente quando o alvo é uma figura aliada à corporação. Nesse viés, a maioria dos protestos que tiveram como alvo o governo foi reprimido com base em justificativas de que o grupo não foi autorizado. Em alguma medida, o documento dá poderes às autoridades de segurança para impedir protestos, o que deve ser comunicado ao grupo promotor em um “prazo máximo de 24 horas” com as devidas justificativas. A seguir, iremos trazer breves e pontuais ponderações sobre este documento, que tem marcado controvérsias entre quem pretende ocupar as ruas e aquele cuja tarefa a ele cabível é garantir a proteção aos ativistas em protesto.

Segundo o documento, os eventos de protesto só podem ser realizados em domingos e feriados; nos sábados depois das 13 horas e nos dias úteis da semana depois das 19 horas. No entanto, a partir das 13 horas de um sábado e 19 horas de dias úteis da semana, a função pública já encerrava o expediente a mais ou menos uma ou duas horas antes. Portanto, duas interpretações são possíveis sobre esse ponto que transpõe as justificativas contidas em outros artigos do documento. Por um lado, que os atores políticos queiram manter o total distanciamento entre os funcionários de Estado alvos de protestos (considerados a classe de “elite” nos primórdios da transição política) com a classe trabalhadora ou com as organizações da sociedade civil,

²⁵ Em 2016 a 2019, houve um crescimento exponencial de ondas de protesto no país e, com isso, também as repressões. O Movimento dos Cidadãos Conscientes e Inconformados (MCCI), O Cidadão e posteriormente o Carta 21 (C21) foram os principais movimentos sociais protagonistas desses eventos de protesto. As principais demandas dessas organizações eram educação, saúde e exigir o fim do conflito político instalado no país aquando da destituição do governo de PAIGC em 2016.

como os sindicatos e os movimentos sociais; de salientar que este distanciamento já estava sendo consolidado desde o monopartidarismo, quando os comitês das tabancas se viram isolados e as demandas de suas comunidades não atendidas. Por outro lado, como nesses horários não haveria mais quem atendesse as reivindicações dos atores em protestos nas instituições estatais, presumiu-se que isso desestimularia as reivindicações e conseqüentemente poderia possibilitar um controle mais efetivo destes atores. Ou seja, as negociações poderiam ocorrer por outras vias de gabinetes — como mencionado pelo entrevistado B1 —, em que os promotores poderiam ser cooptados ou ameaçados ao ponto de se resignarem de suas lutas.

Uma interpretação minuciosa deste documento nos reserva distintos pontos contraditórios com a realidade social e política a qual se insere. O artigo 9º, alínea 01, do documento é uma prova disso, segundo o qual,

as autoridades só poderão interromper a realização de reuniões, comícios, manifestações ou desfiles realizados em lugares públicos, quando estes se afastem da sua finalidade pela prática de atos contraditórios a lei ou a moral ou que perturbem greve ou efetivamente a ordem e a tranquilidade públicas, o livre exercício dos direitos das pessoas ou infringem o disposto no número 01 do artigo 4^{o26}.

Em suma, apesar de essas diversas palavras indefinidas, o documento não especifica qual o sentido atribuído a cada uma; isto é, não explica, por exemplo, o que quer dizer “atos contraditórios a [...] moral”. Portanto, em diversas ocasiões esse artigo serviu de argumento para impedir que cidadãos usufruam de seus direitos de reuniões públicas e, em algumas oportunidades, as resistências e confrontos com as autoridades de segurança eram inevitáveis e pareciam como recursos adequados para a expressão popular – como ocorreu grandemente em protestos do Movimento Carta 21. O problema nesses casos não é meramente da lei em si (o documento), mas de seu uso para finalidades que transpõem as exigências democráticas, é por esse motivo que há a necessidade de clarificar certas expressões e definir claramente o papel das autoridades em eventos de protesto.

A par desta estratégia de controlo cidadã está a forte instrumentalização da esfera judicial. O setor da justiça tem sido o palco de disputas políticas, mesmo sendo incapaz de impor e nem de resolver problemas que envolvem atores políticos e militares. São inúmeros processos acumulados e não concluídos, uma justiça parcial e, muitas vezes, desacreditada pelos cidadãos

²⁶ O artigo 4 do documento trata sobre limites ao exercício do direito à manifestação:

em razão de sua anêmica atuação. Esse fato incentivou Gomes (2010) a afirmar que o Estado de direito no caso guineense está em crise. Ou seja, em suas palavras

[...] a Guiné-Bissau é um Estado de não Direito, porquanto não estão garantidos os direitos à vida, à integridade física dos cidadãos, à justiça, à liberdade e à segurança, senão pela Constituição. [...] A justiça é um “paradigma zero”. Desde os primórdios da independência, as prisões arbitrárias, os assassinatos dos ex-comandos, ex-milícias e fuzilamentos públicos de civis, acusados de terem colaborado com o regime colonial português, demonstraram que a edificação do Estado de Direito na Guiné-Bissau, era uma utopia (Gomes, 2010, p. 7).

No entanto, a transição para o sistema democrático não foi capaz de acabar com essas práticas, apenas assumiu uma fórmula diferente. A justiça do país não consegue intervir como sendo um poder independente e imparcial para julgar e punir infratores. A justiça “na Guiné-Bissau [...] não é um consenso racional e as leis não se impõem a todos” (Gomes, 2010, p. 7). Desta forma, vive-se em um Estado que além de frágil, a luta pelo poder sequestra qualquer iniciativa que visa garantir preceitos básicos aos cidadãos.

Segundo a autora, a Guiné-Bissau apenas garante formalmente o direito, a legalidade e a independência das instituições estatais que deveriam atuar longe das influências políticas, mas na prática, a realidade tem se mostrado diferente. Temos assistido uma justiça instrumentalizada e incapaz de evoluir e se desconectar com as experiências do monopartidarismo. “O poder judiciário, [...], algumas vezes, teve que se submeter ao poder político, abdicando de sua real independência à revelia da Constituição e da lei” (Gomes, 2010, p. 12-13).

No próximo capítulo apresentaremos o MNSCPDD, sua estrutura, suas formas de funcionamento, as representações regionais e as principais normas que constam no estatuto da organização.

5. MOVIMENTO NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL PARA PAZ DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO-MNSCPDD

O Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (MNSCPDD), ou Movimento Nacional da Sociedade Civil, ou simplesmente Movimento Nacional, é uma coalizão de organizações não governamentais formado por grupos de defesa dos direitos humanos, sindicatos e outras entidades da sociedade civil que procuram promover os direitos humanos, a democracia e o desenvolvimento no país. Esta rede de organizações desempenha um papel importante na articulação de demandas da sociedade civil e na mobilização de cidadãos em torno de questões sociais e políticas. Criado em 27 de novembro de 1998, o movimento tem como objetivo principal contribuir para a construção da paz e da estabilidade na Guiné-Bissau e estabelecer mecanismos para que os cidadãos participem no processo de democratização e desenvolvimento de forma organizada e responsável.

A organização foi instituída nos arredores da capital Bissau, concretamente em *Bissalanca*, numa conferência que reuniu diversas organizações da sociedade civil, tendo participado um total de 149 representantes/delegados de 132 organizações do país e não só. Nessa conferência foi delegado o então presidente da Liga Guineense de Direitos Humanos (LGDH), Fernando Gomes, para presidir o Movimento e procurar alcançar os objetivos traçados naquele encontro. Entre os objetivos estava a articulação e definição de estratégias que visavam auxiliar na reconstrução do país após o conflito civil-militar (Rudebeck, 2001).

Assim como diversas outras organizações da sociedade civil, o movimento contém documentos que procuram reger seu funcionamento, balizando direitos e deveres dos atores associados e suas organizações. Um desses documentos – aquele com maior peso – é o seu estatuto²⁷. Dividido em diversas seções, desde direitos, deveres, princípios, objetivos etc., esse documento é a guia principal de todas as ações do movimento, contendo informações necessárias para que os membros afetos a ela se orientem a partir de suas determinações.

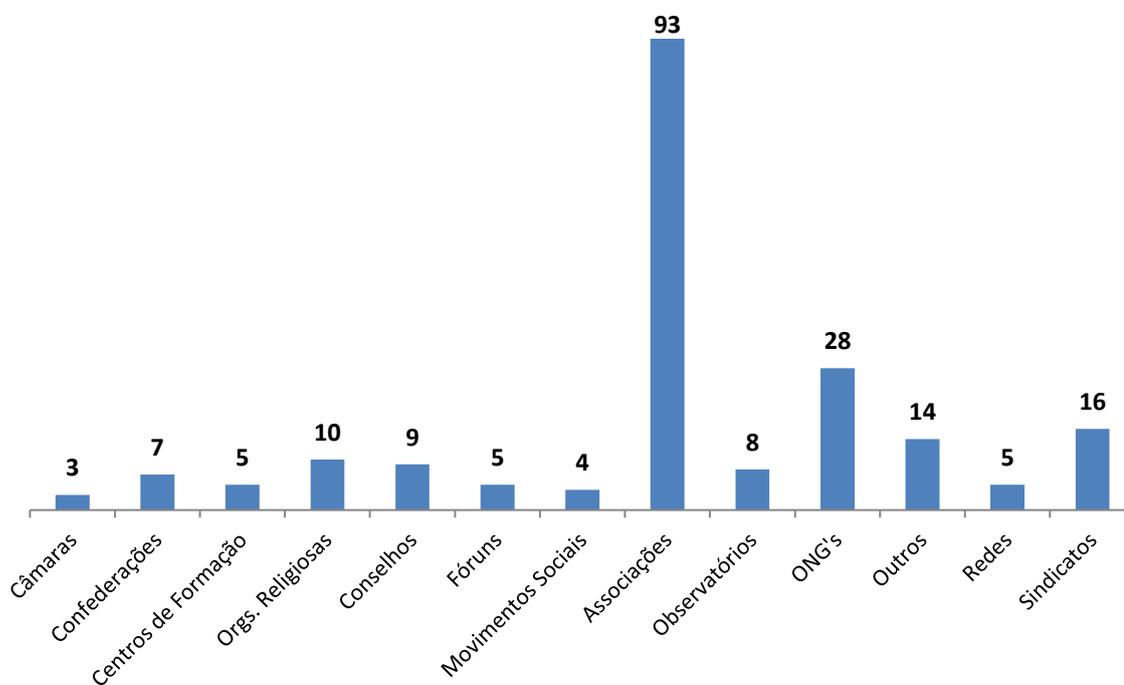
Conforme a alínea um do artigo 1º do estatuto afirma-se que, “é constituído por tempo indeterminado, o Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Paz, Democracia e Desenvolvimento, abreviadamente designado MOVIMENTO”. No ponto 2 observa-se que “o movimento é uma pessoa colectiva de direito privado, de natureza associativa, apartidária, sem fins lucrativos, constituído pelas organizações da sociedade civil, residente ou na diáspora, e as organizações não governamentais nacionais e estrangeiras que operam no país”. Destarte, o

²⁷ <https://sociedadecivil.gw/estatutos/>, acesso em: 23/11/2023.

movimento tem na sua estrutura não apenas as organizações da sociedade civil nacionais, mas também internacionais que atuam no país, que não estejam vinculadas a partidos políticos e nem figuras políticas, sobretudo aqueles que se encontram em plenos exercícios de funções como membros governamentais.

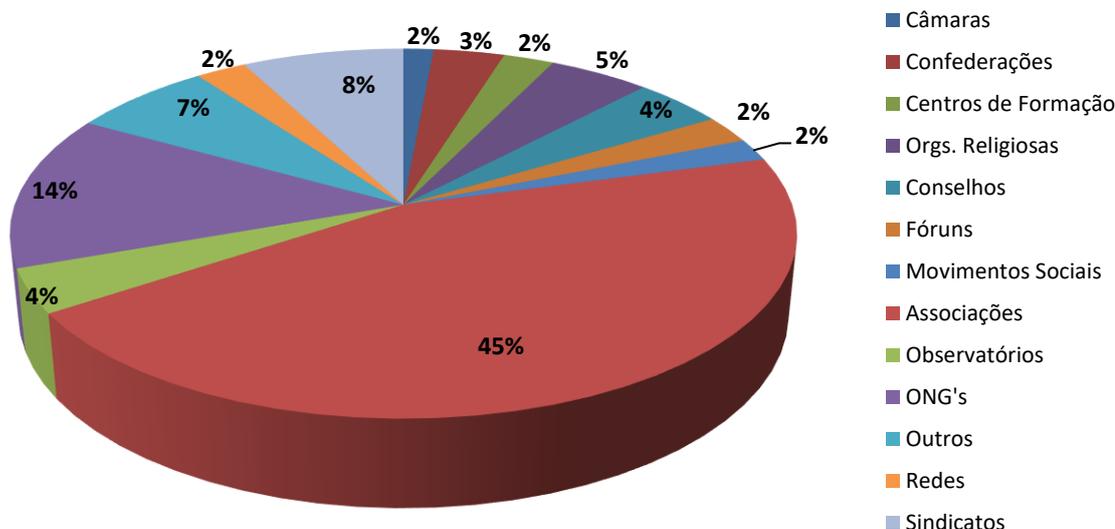
Atualmente a organização conta com mais de duzentas organizações filiais, entre as quais, Associações de Bairros, Organizações Não Governamentais (ONG's), Fóruns, Câmaras, Redes de Organizações, Centros de Formações, Confederações, Organizações Religiosas, Conselhos, Movimentos Sociais etc., conforme detalhamos nos gráficos a seguir.

Gráfico 02: Total e tipos de organizações filiais ao Movimento Nacional da Sociedade Civil



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Gráfico 03: Percentual de tipos de organizações membros do Movimento Nacional da Sociedade Civil



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Percebe-se, nos dois gráficos, que há uma enorme disparidade entre as organizações filiais. Existem mais associações – ocupando quarenta e cinco por cento do total – do que todas as outras organizações; seguido por ONG's, Sindicatos, “Outros” organizações religiosas e assim por diante. Este facto se deve a um elevado número de associações locais de bairros e comunidades que foram criadas após o processo da abertura democrática, e nesse mesmo viés as ONG's que viram na abertura democrática o gatilho para seu crescimento (ver Koudawo, 1996).

Para que uma organização possa ser considerada como membro do MNSCPDD, é preciso passar pelo ritual da formalização do processo de sua adesão cumprindo certas condições preestabelecidas. A parte requerente tem que enviar uma carta de intenção para a direção nacional anexando junto à carta algum documento que comprove a sua existência. A direção encaminha o processo ao Conselho Fiscal e de Jurisdição para dar seu parecer. Uma vez aprovada por esse segmento, a organização solicitante é informada a prosseguir com o processo da adesão pagando uma “joia” (expressão usada pelos entrevistados) de entrada. Conforme os entrevistados, os valores da joia variam de acordo com o potencial de arrecadação da organização que pretende se filiar.

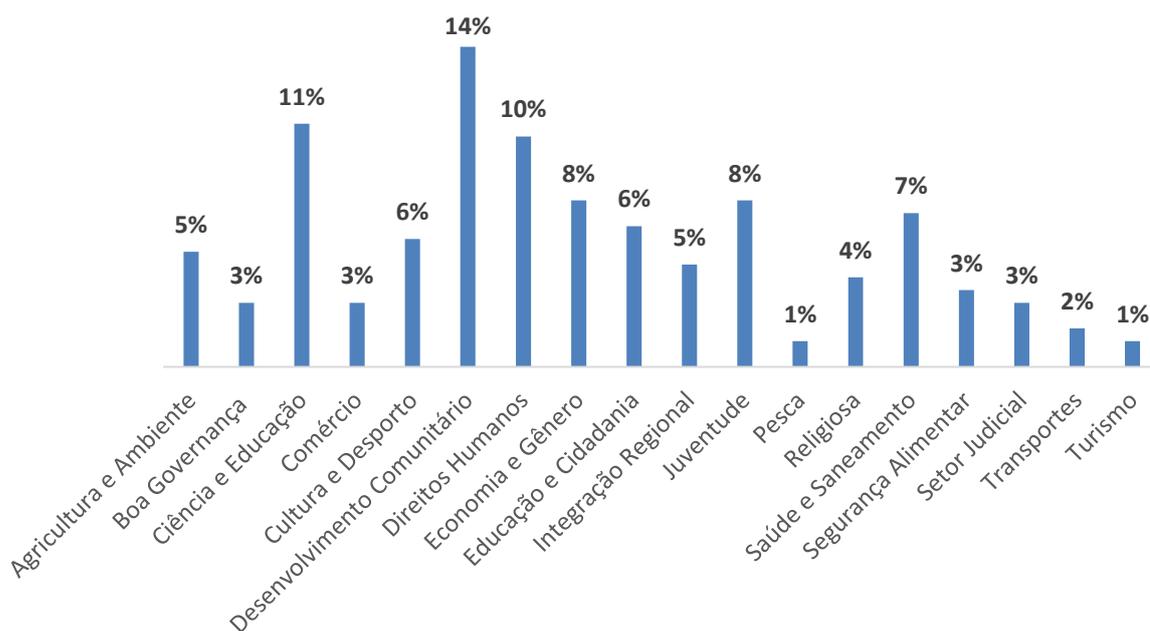
Por exemplo, para as ONG's, a joia é de quinze mil francos (15.000 fca) e pagam uma quota mensal de dois mil francos (2.000 fca). Para as Associações de Base e outras organizações com menor potencial de arrecadação, o valor da joia é de dez mil francos (10.000 fca) e uma

quota mensal de mil francos (1.000 fca). Esses valores são estipulados considerando que as Associações de Base dependem, geralmente, de contribuições de seus membros do que de financiamentos de organizações internacionais ou do Estado, e mesmo que consigam financiamentos, os valores, geralmente são menores em comparação com as ONG's, e são destinados à execução de projetos “menores”.

Esta burocracia no processo de adesão ao movimento constitui um dos potenciais desafios na integração de outras organizações ao movimento. Esse fenômeno pode ser observado no gráfico atrás apresentado na qual se destacam as Associações, as Organizações Não Governamentais e os Sindicatos como potenciais membros e conseqüentemente os que contribuem, em partes, para o sustento do movimento por meio de suas cotas. A confiança na organização pode também estar na causa da escassa adesão de outras organizações na rede, isso porque segundo um dos presidentes regionais, muitos membros de outras organizações sociais “dizem que somos a favor de um governo, porque não realizamos sempre protestos públicos, e que nós só preferimos reivindicações por outras vias”.

Diferentemente dos dois gráficos acima anexos, que contêm uma larga hegemonia de determinados tipos de organizações sociais como predominantes entre as filiais ao movimento, o gráfico a seguir demonstra um equilíbrio relativo às áreas temáticas de intervenção dessas organizações. Desta forma, podemos perceber uma pluralidade de campos ocupados por organizações afetos ao movimento.

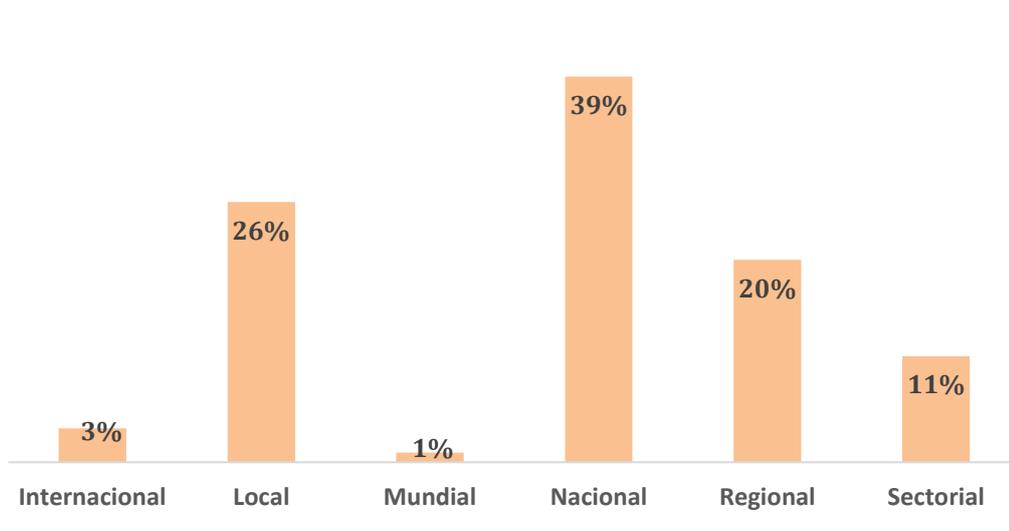
Gráfico 04: Áreas Temáticas de Intervenção de organizações filiais ao MNSCPDD



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Quanto a espaços geográficas ocupadas por estas organizações, percebe-se um predomínio de organizações que atuam no âmbito nacional seguida das que centralizam suas ações na esfera local, na sequência as que atuam no âmbito regional, assim sucessivamente. O gráfico a seguir demonstra a distribuição geográfica de atuação das organizações filiadas ao movimento.

Gráfico 05: Área Geográfica de Intervenção de organizações filiais ao MNSCPDD



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Sendo uma rede de organizações, o movimento nacional possui uma estrutura nacional com representações em todas as oito regiões do país e também no setor autônomo, nomeadamente as regiões de Bafatá, Biombo, Bolama-Bijagós, Cacheu, Gabu, Oio, Quinara e Tombali; e do Setor Autônomo de Bissau. Há estruturas representativas do movimento em todas essas localidades, tendo em cada região uma direção que é eleita por organizações filiais do movimento daquela região em assembleias quadrienais convocadas localmente com esse propósito. Estas direções têm suas autonomias, promovem e participam em eventos, participam da mediação de conflito entre o Estado e as comunidades regionais, entre as comunidades, entre as organizações sociais ou, ainda, entre os atores políticos.

Em outras palavras, as direções regionais são responsáveis por representar a direção nacional do movimento em suas respectivas regiões, mantendo informado o presidente nacional e sua direção dos eventos a serem desenvolvidos. As direções regionais também mobilizam recursos próprios para execução de projetos em suas respectivas regiões, podendo assinar acordos de cooperação e de financiamento com outras organizações multilaterais. A direção

nacional do movimento atua buscando recursos para executar projetos, desta forma, a maior parte dos recursos financeiro-materiais mobilizados a partir da direção são compartilhados de forma igualitária, respeitando as necessidades de cada uma das direções regionais. A seguir um modelo de estrutura das direções do movimento nacional da sociedade civil.

ESTRUTURA DIRETIVA DO MNSCPDD

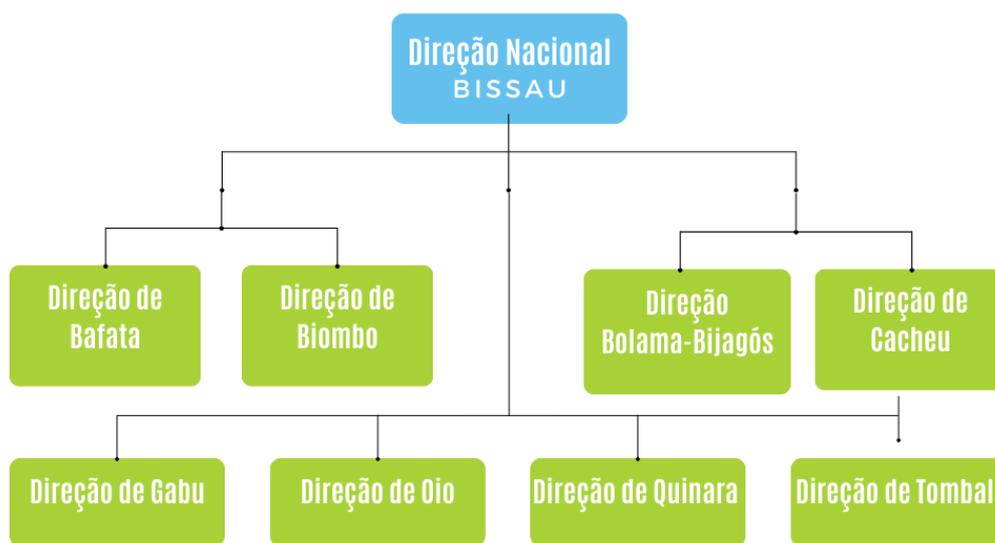


Figura 05: Elaborado pelo autor (2023).

Tanto nas regiões assim como em Bissau, o movimento atua fiscalizando atores políticos e a sociedade em geral, buscando ouvir as necessidades destes últimos e em colaboração com as organizações multilaterais/internacionais e, em partes, o Estado, buscam suprir as demandas destes. Em casos de denúncia sobre determinados problemas, como desvios de fundos (corrupção), as estruturas diretivas regionais, além de tomar providências imediatas, comunicam à direção nacional cuja sede se encontra em Bissau, reportando-lhe minuciosamente todos os detalhes e esta, por sua vez, produz um comunicado geral sobre o posicionamento da organização como um todo.

Em razão desta estratégia de ação, o estatuto da organização manifesta uma clara preocupação com a autonomia do movimento, proibindo o exercício de funções/cargos políticos/políticos a seus membros. Portanto, um dos primeiros requisitos a serem avaliados quando uma organização requer adesão ao movimento é se está vinculada a partidos políticos ou não; se seus

objetivos estão atrelados a cumprimento de alguma agenda partidária; ou, ainda, se seus membros têm históricos de filiação em partidos²⁸.

Porém, as formas de fiscalização deste processo tendem a demonstrarem ineficazes, isto porque, nem todas as organizações possuem estatutos alinhados e as filiações partidárias por parte dos atores podem ser ocultadas pelos mesmos, sem possibilidades de os atores do movimento saberem de suas filiações.

5.1 Objetivos

Já dizia Simin Fadaee em *Bringing In The South: Towards a Global Paradigm For Social Movement Studies* que a luta exercida pela grande maioria de organizações sociais em contextos de sul global está pautada em democratização; isto é, a autora destaca quatro pontos importantes para estudos de movimentos sociais nestes contextos (Simin Fadaee, 2017). Em um desses pontos, no caso o último, está a importância de entender os movimentos sociais como organizações que na sua grande maioria são movidos a lutas pela democratização de contextos sociais em que fazem parte. Essas organizações atuam em múltiplas dimensões e nessas há uma conexão de forma implícita com os processos de democratização. Segundo o argumento da autora, isso pode ser constatado porque, em grande maioria da região do sul global, há uma constante instabilidade política. Além do mais, há uma diversa gama de regimes políticos, que variam desde não democráticos, e portanto, autoritários, até democráticos e/ou semidemocráticos.

Essa conexão no caso do Movimento Nacional é explícita uma vez que, no seu estatuto, a luta pela democratização através de ampliação de direitos, de acesso a políticas e de promoção da estabilidade social e participação cidadã ocupa um destaque importante. O próprio nome da organização expressa essa ambição. A organização centra a sua ação na luta pela consolidação democrática, promoção da paz e coesão nacional entre variados atores políticos, como também militares, luta pela garantia do direito à liberdade de expressão e de participação política dos guineenses, da justiça social, além de estimular a participação social, trazendo cidadãos para o centro da tomada de decisões sobre a sua vida social e política mediante projetos assegurados

²⁸ Sobre estes detalhes que devem ser apreciadas no momento de filiação, os entrevistados informam que, tendo em conta as dificuldades de acesso a um banco de dados de todos, ou mesmo por falta de condições de trabalho que ajude a identificar todos esses detalhes, muito do que fazem se limita apenas a observar os objetivos do movimento.

por organizações internacionais e destinados a estes. A organização constrói a sua agenda através da colaboração de cidadãos em diversas comunidades, que participam de encontros realizados pelo movimento que convida organizações internacionais e representantes estatais.

A seguir destacamos alguns dos principais objetivos do movimento que poderão ser encontrados no seu estatuto:

- a.** Contribuir para o reforço e solidariedade entre as organizações apartidárias da sociedade civil na luta pela Paz, Democracia e Desenvolvimento,
- b.** Congregar e coordenar todos os esforços da sociedade na luta para o restabelecimento e a preservação da Paz e a criação de uma sociedade mais tolerante e solidária, onde jamais haverá lugar para a guerra,
- c.** Estimular a sociedade civil para o combate à impunidade, a perseguição e o medo, contribuindo na descoberta de instrumentos legais, educacionais e políticos para promoção e defesa de uma cultura valorativa dos direitos humanos,
- d.** Combater todas as formas e manifestações de preconceitos e discriminação, especialmente por razões de identidade étnica, cultural, credo, opção política, ideológica, sexual, condição física ou mental, econômica e social,
- e.** Lutar para a participação ativa da sociedade civil na vida socioeconômica pública e no destino de país,
- f.** Lutar pelo respeito e preservação dos direitos fundamentais, e pela salvaguarda das liberdades e garantias, individuais e coletivas dos cidadãos,
- g.** Lutar contra a violência e criar mecanismos de prevenção e resolução de conflitos sociais,
- h.** Sensibilizar e mobilizar a participação das organizações estrangeiras para o processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau.
- i.** Organizar os meios técnicos, financeiros e humanos para apoiar os seus membros, nomeadamente, fomentando a constituição de um fundo de solidariedade.

Observando atentamente aos destaques dos objetivos, percebe-se a intersecção e pluralidade de ação dessa organização que abrange diversos campos. Quase todos esses pontos dizem respeito à ambição de correção dos erros ao sistema democrático no país, pois atores políticos usam e abusam de seus poderes para oprimir cidadãos, negando a estes seus direitos fundamentais.

O segundo ponto em destaque na obra de Fadaee é importante para a compreensão de “por que” uma grande maioria de organizações sociais em países sob domínio de governos autoritários tendem a pautar pela autonomia em relação ao envolvimento político com atores políticos institucionais. Conforme a autora, os movimentos sociais no Sul emergem em contextos caracterizados por uma variedade de estruturas e de regimes políticos, e há uma predominância de regimes não democráticos. Em países como a Guiné-Bissau, no qual o conflito político é movido não pela vontade de “fazer bem ao e para o povo”, mas por ambição de monopólio de poder, suscitando espancamentos, perseguições, repressões a adversários etc. as

organizações sociais “tendem a atuar nas margens da política institucional”, evitando um envolvimento direto e cooperativo.

Portanto, atuando em um espaço dominado por instabilidades políticas motivadas por governos que tendem a operar desrespeitando princípios democráticos, no capítulo três do artigo um de seu estatuto, este se considera independente do Estado, dos partidos, de congregações religiosas e de demais organizações de caráter político. Mais adiante, no mesmo documento, constata-se uma regra que enfatiza a incompatibilidade de representação de membros da organização pelos indivíduos que estejam em exercício de cargos políticos, nomeadamente como deputados, governadores setoriais ou regionais, membros do governo, entre outros cargos políticos e militares.

Mesmo com essas regras explicitadas pela organização, constadas no estatuto, ambos os entrevistados mencionaram conhecer um ou mais pessoas ativas no Movimento que tinham relações com formações político-partidárias. Uma escolha que, além de colocar em causa a militância do ator que assume tal papel, diverge das linhas de atuação do movimento e põe em causa os princípios do movimento.

5.2 Princípios

Três elementos constituem princípios fundamentais do Movimento, que são: a “Independência/Autonomia”, conjugado com a “Solidariedade” e “Liberdade de Ação”. Com a Independência e Autonomia, o movimento destaca uma atuação fora de dois campos. O primeiro diz respeito a sua autonomia com princípios religiosos. Compreende-se, a partir disso, que há uma relação boa e saudável com qualquer que seja religião e que o movimento não advoga em favor de uma ou outra religião e nenhum ator poderá ser discriminado pelo seu pertencimento religioso. É em razão disso que há diversas organizações religiosas filiadas a ela, ocupando ao todo 5% do total de organizações filiais ao movimento. Em segundo lugar, há um enorme destaque sobre a autonomia relativamente às instituições políticas. A organização expressa seu profundo afastamento no jogo da complexidade política institucional/partidária. Em tese, não há nenhuma relação de dependência e cooperação com partidos e atores políticos que possam afetar a ação da organização. Contudo, conforme poderemos observar no próximo capítulo, a sua interação com esses atores e instituições está balizado em mediação de conflitos, na participação como testemunho/representante da sociedade em eventos, como os congressos, assembleias e outros encontros feitos por estas organizações.

No que tange à Liberdade de Ação, o movimento concede a todas as organizações filiais a ela uma total independência de atuar no campo que não transcenda e nem infrinja as normas gerais de seu estatuto, ou seja, que não esteja vinculada a exercício de atividades político-institucionais. Essas organizações podem promover suas ações, aderir ou atuar em outros grupos desde que não contrastem as garantias dadas e limites impostos pelo Movimento Nacional através de seu principal documento.

Por último, a solidariedade é fortemente incentivada que todas as organizações filiais ao movimento exerçam, desde que tenham condições, princípios de solidariedade com as comunidades em seus respectivos locais. A solidariedade aqui perpassa todos os campos, desde apoio material até financeiro e trabalhos de voluntariado. Como é perceptível no caso guineense, muitas comunidades e projetos sobrevivem por meio da solidariedade de organizações nacionais e internacionais, e as associações são principais organizações que atuam na dinamização dos bairros. Organizando desde competições desportivas, limpezas de bairros, reparação de algumas vias públicas e outras atividades que essas organizações desempenham. Abaixo, uma figura que sinaliza a relação entre os três princípios da organização:

Princípios do MNSCPDD

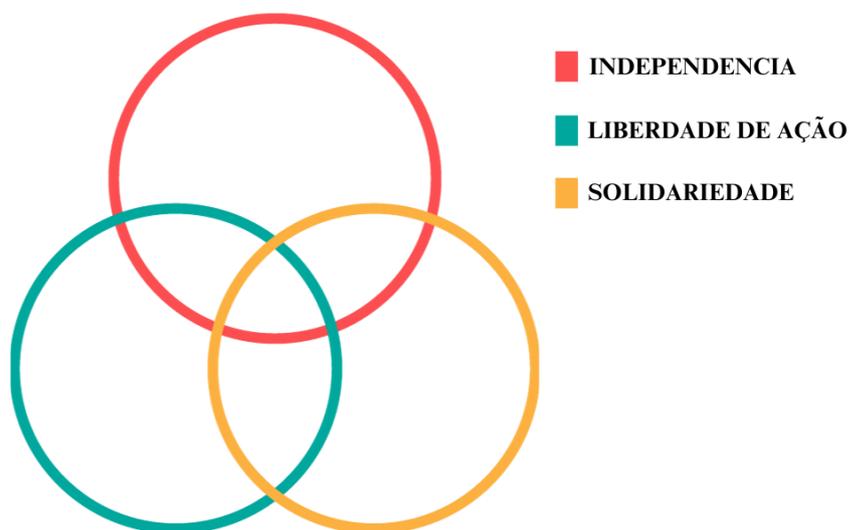


Figura 06: Elaborado pelo autor (2023).

As três dimensões de princípio da organização enfatizadas no seu estatuto estão mutuamente relacionadas, e são fundamentais para compreender a atuação do movimento, sobretudo,

a sua posição em relação a determinados assuntos, como é o caso da política partidária. O artigo 14^a – da incompatibilidade – esclarece essa questão; restringe a possibilidade de seus membros atuarem no campo político partidário, conforme podemos previamente explicar. Desta forma, à medida que se cumpre uma dimensão do princípio não se pode descolar da outra. Em caso contrário, corre-se o risco de desvio de princípio.

Entretanto, vale frisar que o movimento nacional vem se reatualizando em alguns aspectos, acrescentando e eliminando alguns pontos de seu estatuto, buscando enquadrar o documento a realidade atual e também de adequá-lo ao contexto político. Recentemente fez-se alterações pontuais do estatuto, acrescentando pontos como as competências diretivas, separação de poderes e responsabilidades de cada ator no funcionamento da organização. Essa atitude visa ampliar os espaços de tomada de decisão e evitar a concentração de poder que pode ser fatal à sua existência.

A relação do movimento com o Estado tem suscitado questionamentos sobre a sua independência em certas ocasiões. Devido a essa questão, no próximo capítulo examinaremos, por meio das entrevistas que realizamos com os membros da organização, as formas com que se relaciona com esse ator e qual tem sido sua estratégia mediante uma estrutura política autoritária no país.

6. A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL NA GUINÉ-BISSAU: REPERTÓRIO DE INTERAÇÃO, CONFLITOS, DESAFIOS E ESTRATÉGIAS.

Neste capítulo, examinamos as formas de atuação do Movimento Nacional da Sociedade Civil e sua relação com os atores estatais e organizações internacionais no curso de suas ações. Nosso principal enfoque está na análise dos eventos desenvolvidos pela organização, alguns que têm uma participação direta ou indireta dos dois atores. Esse exercício será feito por meio de análise das entrevistas feitas com atores do movimento. Em complementaridade, dialogamos com algumas literaturas que abordam sobre o movimento ou a sociedade civil no contexto guineense. A partir da dinâmica da ação do movimento, propomos a analisar de forma efetiva e separadamente os eventos que constituem seu repertório. Nossa percepção será apresentada na parte conclusiva deste estudo. Contudo, convém situarmos que, apesar de adversidades e diversas tentativas de controle da organização por parte de sucessivos governos e atores políticos, existem dinâmicas de ação instituídas que ainda asseguraram a existência e, conseqüentemente, a atuação do movimento em meio aos sucessivos conflitos de natureza política e militar. Essas dinâmicas são asseguradas, em grande parte, por organizações internacionais parceiras do movimento que o financiam contribuindo na sua manutenção e na simplificação da logística de suas atividades ao arcar com algumas despesas como o transporte, financiamento de projetos e os aluguéis de algumas sedes. Por outro lado, os atores da organização têm procurado readaptar suas ações ao contexto político cada vez mais repressivo e autoritário. Essas estratégias vão sendo fundamentais para a sobrevivência da organização.

Como anteriormente afirmamos, as atividades do movimento remetem a iniciativas que procuram expandir a democracia por meio de intermediação de políticas públicas e de resolução ou prevenção de conflitos. Todavia, podem ser compreendidas como uma ambição de combate ao autoritarismo estatal/partidário/governamental. Aliás, a própria criação do movimento explica as suas finalidades diante do que foi/é a atitude de governantes guineenses que atuaram/atuam com o uso recorrente da força, violando preceitos democráticos. Os primeiros passos do movimento foram dados em meio ao conflito civil militar, mas a sua sobrevivência foi possível pelas dinâmicas de seus atores, criando estratégias de ação, reinventando-se perante o contexto de crescente repressão e perseguição. Isso se percebe em atividades instituídas posteriormente para garantir essa sobrevivência. As dinâmicas e a expansão do movimento para todo o território nacional, contendo representantes em diferentes setores, seções, regiões e tabancas

do país (vide a sua estrutura no capítulo anterior) possibilitam o acesso à informação e à dinamização da sua ação.

Na opinião de alguns autores, a importância da ação e existência do movimento nacional é acentuadamente percebida quando o assunto é a mediação de conflitos. Uma parte dessa visão foi identificada na obra de Cardoso, quando este considera também de que “a tarefa da sociedade civil africana tem sido a de inventar espaços de comunicação e de negociação de consensos, tendo como pano de fundo os interesses gerais da sociedade” (Cardoso, 2008. p. 24). De fato, a sociedade civil guineense, em particular o movimento nacional, tem desempenhado papel importante no que concerne à resolução de conflitos, tanto sociais quanto de natureza política, organizando/participando de mediações e negociações de consenso entre atores em conflito. Isso se deve a experiência de mediação de recorrentes levantamentos militares e conflitos entre instituições e de constante luta pelo poder no país. Entretanto, um olhar mais específico nas ações da organização poderá identificar ambições e iniciativas que não se limitam apenas a resolução de conflitos. Em particular, quando atentarmos às iniciativas de intermediação entre atores estatais/organizacionais e a sociedade feitas pelo movimento; ou quando analisarmos as iniciativas de controle/fiscalização de pleitos eleitorais feitas por uma célula da sociedade civil liderada pelos atores do movimento nacional.

Por outro lado, Bussotti e Mutzenberg identificaram três elementos que seriam característicos a ação da sociedade civil africana, em particular os movimentos sociais (Bussotti e Mutzenberg, 2016). Segundo seus argumentos, essas organizações têm suas lutas demandas por democratização (sobretudo no tocante a liberdade da expressão), na luta por respeito a princípios constitucionais como a liberdade política e na demanda econômica, que têm feito por meio de cooperações internacionais com organizações não governamentais. Segundo estes, as lutas da sociedade civil nessa região, são feitas por meio de protestos públicos motivando enfrentamentos entre os movimentos e o Estado, que muitas vezes tem procurado minar o campo da participação cidadão e sequestrado as liberdades de expressão.

Como mais adiante teremos oportunidade de discutir, inclusive em falas de participantes da pesquisa, o movimento nacional apesar de ser ativo no meio a complexa situação política guineense, a organização não tem priorizado a realização de protestos públicos como uma de suas principais formas de ação. Claro, essa escolha é feita por razões óbvias que lhe são expostas: respostas frequentes com uso da força repressiva do Estado aos protestos anteriores realizadas pela organização e perseguições aos seus atores que lideram o evento.

Em seguida analisaremos o repertório de interação do movimento, constituído por um conjunto de eventos realizados frequentemente por este. Esse repertório é formado por

Estratégias de Denúncias, Encontros (*Djumbai*) comunitários, Diálogos Civil Militar, Espaços de Formação, Monitoração das Eleições e Protestos de Rua (que aos poucos tem perdido espaço como evento priorizado pela organização).

6.1 Estratégias de Denúncias

Para começarmos, vamos rapidamente abordar as formas de denúncia, o propósito, a dinâmica e conseqüentemente os impactos dessas denúncias no aparelho estatal e no interior do movimento. Em primeiro lugar, é preciso entender que os atores do movimento se vêm como “porta-vozes” e “advogados” do povo, como relatado pelo entrevistado J2 ao ser questionado sobre o papel que desempenham no movimento. De acordo com ele, “nós estamos fazendo apenas trabalho voluntário para defender o nosso país em busca de bem-estar e defesa de direitos da nossa população [...] eu poderia te falar que nós somos advogados desse povo”. É nesse sentido que as denúncias do movimento fazem questão de realçar os problemas inerentes à corrupção, violência estatal e perseguições políticas. Além disso, merecem atenção do movimento crescentes índices de violências comunitária. Estes constituem objeto principal de atenção para a organização que denuncia os atos por meio de conferências de imprensa ou comunicados distribuídos para diferentes estações emissoras do país.

O principal objetivo de efetuarem as denúncias à existência destes fenômenos no país deve-se à pretensa ação de construção de uma democracia saudável e por acreditarem que a transparência constitui um mecanismo fundamental na governação de um país. Isso se manifestou nas visões de entrevistados B1, J1 e J2 quando nos informaram que as denúncias servem para alertar não apenas a comunidade internacional, mas também a população guineense sobre qualquer assunto que esteja ocorrendo e que não se conforma com os princípios democráticos ou confronta os interesses dos cidadãos.

Desta forma, em alguma medida, as denúncias que o movimento faz sobre a corrupção, violações de direitos e outras ações desviantes promovidas por governantes, suscitam reações imediatas tanto por parte do governo assim como de uma parte da comunidade internacional e de algumas entidades nacionais, o que atende aos propósitos pelos quais foram feitas. Ao atingirem a esfera pública, elas suscitam agitações no seio de organizações sociais, motivando repúdios e, por vezes, pressões às entidades governamentais.

As denúncias são feitas por meio de conferências de imprensa e, frequentemente, pela divulgação de comunicados a esses meios. Os atores do movimento fazem-nas, às vezes, de forma anônima, salvo em algumas ocasiões em que o membro, autor da denúncia, decide

divulgar a sua identidade. O B1 decidiu se expor ao denunciar o roubo de cem milhões²⁹ no setor da saúde numa das regiões, afirmou que:

[...] fazemos uma denúncia responsabilizando as autoridades. Se o estado for culpado afirmamos no comunicado que quem arcará com as consequências daquela ação é o próprio Estado. O mesmo também acontece quando a comunidade comete um ato de crime, exigimos justiça ou nos intrometemos para apaziguar a situação. Da mesma forma denunciamos qualquer ato de corrupção cometido por um membro de Estado [...] (Entrevista B1).

Ou, como explicado por M1:

Geralmente nós fazemos as denúncias por meio de comunicados, conferências de imprensa e tal. Eu acho que isso não é o suficiente. O movimento reúne a direção central e daí sai um comunicado que é distribuído em diferentes órgãos de comunicação social do país. Mas, mesmo com essas denúncias continuamos tendo índices altos de violações de liberdades civis e corrupção (Entrevista M1).

As formas de denúncias variam conforme a percepção do caso pelo movimento. Neste sentido que o M1 reconhece a deficiência de apenas limitar-se a denunciar os atos em si, tanto de corrupção ou da violência, sem ao menos a organização realizar outras ações que não sejam apenas a denúncias. Essa percepção provém de deficientes impactos que essas denúncias, na maioria das vezes, produzem para quem as faz. Não há uma redução de atos de corrupção ou da violência estatal de todos os géneros que possam ser correlacionados diretamente com impactos da denúncia e, na maioria de casos, aqueles que ousam desafiar o sistema e denunciá-lo são perseguidos, reprimidos ou enfrentam tentativas de cooptação por parte dos que promovem tais atos. O enfrentamento a esses desafios impõe limites no engajamento dos atores e enseja medo e sensação de insegurança para quem pretende realizar qualquer ato de denúncia contra as autoridades.

Por outro lado, é importante enfatizar que a descentralização da organização para todo o território nacional facilitou a sua dinâmica da ação, dando autonomia para que cada direção regional faça suas fiscalizações e, ao mesmo tempo, informe o caso à direção central da organização situada em Bissau, que depois de reunir todas as informações, divulga um comunicado ou faz conferência de imprensa reforçando a preocupação manifestada pela direção regional.

²⁹ Reportagem da DW Voz sobre o assunto. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/pol%C3%ADcia-guineense-det%C3%A9m-respons%C3%A1veis-de-sa%C3%BAde-no-caso-100-milh%C3%B5es-de-francos-fca/5859046.html> acesso em 27/11/2023

Casos parecidos ocorreram nas regiões de Bafatá e Gabú, quando nessas duas foram registradas denúncias que posteriormente foram reforçadas no comunicado da direção nacional.

O B1 relatou sobre os “compromissos de gabinete” ao questionarmos se, em algum momento, ele ou alguém próximo dele ou do movimento recebeu alguma proposta em troca de apoio ou se sentiu ameaçado por ter feito alguma denúncia. Segundo ele, quando fez a denúncia dos cem milhões que desapareceram no setor de saúde na região de Bafatá, recebeu diversas ligações de alguns membros do governo dizendo lhe que o caso deveria ser resolvido por outras vias, que aquele caminho não era propício para resolver problemas do tipo. Afirmou que, no decorrer do processo, o ministro de saúde foi para sua região e convocou os membros do movimento nacional da sociedade civil regional para uma conversa. No decorrer da reunião, o ministro perguntou:

Quem é [nome do entrevistado B1]? Disse-lhe que era eu. Falei a mesma coisa que mencionamos no comunicado. Contei que fui eu que denunciei. Aí ele me disse, por que não foste a Bissau para perguntar e se inteirar mais de perto da situação? Falei a ele que, muitas vezes, quando a gente quer conversar com os responsáveis máximos não conseguimos. E que também, naquele momento, não nos interessava “conversas de gabinete”. Pois, em gabinetes, muitas coisas que não desejamos podem acontecer. Agora, ir lá e assumir compromisso que não iria pôr em prática, não ia fazer isso, e que preferia nem pensar nisso (Entrevista B1).

Dois pontos são importantes a serem destacados: o primeiro tem a ver com o compromisso com os ideais da organização identificado, mesmo que de modo fragmentado, no âmbito dos atores da sociedade civil. Muitos se engajam em trabalhos comunitários mesmo sem formalmente terem salários garantidos. Barros constatara que, por falta de profissionalização de muitas organizações da sociedade civil e por dependerem grandemente das organizações internacionais, os seus atores só têm salários quando suas organizações tiverem projetos aprovados e financiados para serem executados (Barros, 2012). No caso do MNSCPDD, alguns de seus atores são funcionários no setor privado ou autônomos e o pouco que ganham, por vezes, é aplicado no curso da ação para cumprimento dos objetivos da organização. Não raro encontrar aqueles que custeiam suas despesas, por exemplo, comprando combustíveis para abastecer seus meios de transporte para trabalhar em prol da sociedade civil na esperança de que o principal usufruidor de tal esforço seja a população. Logo, assumir “compromisso de gabinete” seria se desviar da conduta, ideais/valores, do perfil que o Movimento Nacional requisita.

Outrossim, estão as constantes tentativas de impor corrupção e, principalmente, desvio de conduta no seio de organizações da sociedade civil por parte dos atores políticos. O

compromisso de gabinete que, por ora, é citado pelo entrevistado, remete-se a isto: são compromissos em que os atores da sociedade civil se vêm atados em fazer cumprir o estatuto da sua organização ou devem trocar seu silêncio por um punhado de valores monetários ou alguns benefícios. Em alguns casos, há aqueles que escolhem a segunda opção, arriscando a sua militância no movimento, uma vez que seu estatuto não admite uma filiação múltipla ou condutas semelhantes. Inclusive, o B1 e o J2, como presidentes regionais, alegaram dispensar membros da organização após descobrirem que estes “mexiam com a política” (expressão usada por eles). Segundo seu relato,

[...] teve cinco membros da minha direção que estavam mexendo com a política e os expulsei imediatamente. Eles confessaram estar trabalhando por uma organização partidária infringindo o estatuto do nosso movimento. Alguns foram avisados através de cartas e outros foram comunicados verbalmente de que estavam sendo expulsos. [...] queria destacar também que, os políticos se esforçam para ter os líderes das organizações em suas mãos. Por exemplo, eu como presidente da sociedade civil na região de [nome da região] pode chegar um partido junto de mim para me pedir apoio e me permitir ou dar logo alguma coisa em troca. E dizem, há certas denúncias que você não deve fazer. Apoie a nossa governação te daremos tudo que você necessitar. São atos que diariamente eles se esforçam para fazer para poder ter as organizações sociais em suas mãos, para que todas as organizações sociais congratulem com eles, mesmo não estando a fazer algo de bom para o país. Mas, eles conseguem com alguns membros ou com outras organizações e há outras que eles não conseguem (Entrevista B1).

Entretanto, a tentativa nessa direção não se limita apenas a ações isoladas dos governantes e muitas vezes envolve ações mais amplas de um conjunto dos governantes, sendo isso percebido como uma das principais estratégias para agregar apoio da sociedade civil. Tanto J2 e B1 quanto G1, por exemplo, explicaram que o governo liderado pelo PAIGC (IX legislatura) propôs financiar o movimento com um valor que varia até um milhão de fcfa trimestralmente. Esse valor seria destinado a despesas com materiais para a organização, direcionado para custear os valores do aluguel de suas sedes não apenas de Bissau, mas também de regiões e setores, também para implementar alguns projetos. Só que, apesar de fazer o repasse algumas vezes ao movimento, o governo descumpriu sua promessa quando o presidente da república na altura, José Mário Vaz, não quis reconduzir o presidente deste partido, Domingos Simões Pereira, ao cargo do primeiro-ministro. Isso porque, na negociação encabeçada pelo movimento, apesar de a organização exigir ao presidente no sentido de cumprir com as leis previstas na constituição de república, também, pediu ao PAIGC para negociarem entre si e tentarem acordar outro nome

para o cargo de primeiro-ministro. Na opinião dos membros do movimento isso seria solução para ultrapassar a crise.

Um tempo depois, sem conseguirem uma solução concreta, pois cada uma das partes permanecia em sua decisão, a organização preferiu voltar seus apelos ao PAIGC para designar outro nome ao cargo de primeiro-ministro. Em razão disso, o partido entendeu que o movimento estava, de forma indireta, apoiando o presidente da república na sua decisão de não (re)nomear o presidente do PAIGC. Assim, após a solução parcial entre as partes na negociação facilitada pela comunidade regional, o governo deste partido decidiu cortar as relações e apoios que fornecia a organização. Conforme explicado pelo J2:

Algumas vezes, o governo de PAIGC de 2015 financiou o movimento, eles haviam prometido mais ou menos até um milhão em cada três meses, contudo, não chegaram a cumprir nessa direção aí de três em três meses, fizeram o repasse umas duas ou três vezes. Mas, com o dinheiro que nos deram, pagamos os nossos aluguéis, compramos materiais para equipar algumas de nossas sedes. Colocamos combustíveis em veículos para podermos locomover. Quando teve aquele conflito com o presidente, nós convocamos as duas partes, tentamos resolver o impasse entre eles. Aí foi um grande obstáculo para resolver aquele problema. Conversamos com o presidente e lhe exigimos para nomear a figura indigitada pelo partido, pois assim manda a constituição. Mas nada se resolveu. Dissemos ao PAIGC: escolham outro nome para podermos ultrapassar essa crise, o povo está sofrendo sem terem culpa nenhuma [...]. Até que a comunidade regional³⁰ tentou intervir também. Depois foi possível resolver o problema com a nomeação de Aristides Gomes. Só que algum tempo depois eles fecharam o título, acusaram o movimento nacional de estar apoiando o presidente da república, disseram que por causa disso não iriam mais financiar o movimento nacional, mas teve organizações que eles continuaram a dar incentivo (Entrevista J2).

Entretanto, o mérito aqui talvez não seja a análise das competências do presidente da república em sua decisão de nomear ou não a figura indigitada por parte de PAIGC, partido vencedor das eleições legislativas de 2014, mas de colocar alguns questionamentos sobre os pretextos apresentados pelo governo para o corte da verba que este estaria concedendo ao movimento. O argumento apresentado pelo governo seria razão *sine qua non* que sustentasse a corte da verba ao movimento ou estaria algo por de trás disso? No fundo, por qual razão a organização estaria sendo financiada pelo governo? Se é o bem da população que está em jogo, por qual motivo o governo se interessaria do posicionamento político do movimento? Esperamos que, a partir desse caso, possamos induzir reflexões sobre propostas sedutoras que podem servir de estratégias e principais mecanismos para alcançar apoio de um setor tão importante da

³⁰ Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)

sociedade civil, em contextos de países cujas características se assemelham com as de Guiné-Bissau.

Entretanto, há quem argumente que o movimento vem sendo conivente com as ações de adversários políticos do partido que lidera o governo, como nesse caso dos presidentes José Mário Vaz e de Umaro Sissoco Embaló; o último, presidente em exercício no país. Argumento do tipo também impõe desafios aos membros do movimento, que em diversas ocasiões se vêem atados entre denunciar ocorrências ou se silenciar. Isto é, como atuar de modo imparcial, em um contexto politicamente polarizado, e sendo reconhecido como tal? Preocupações do gênero também apareceram em falas de entrevistados, que afirmaram que ao longo de suas experiências na organização perceberam que as denúncias que vinham fazendo eram tratadas de forma desigual. Em caso de as pessoas denunciadas forem membros do Estado, geralmente às respostas que recebem do próprio Estado é de ameaça para tentar silenciar o caso, ou tentam deslegitimar suas denúncias criando outras narrativas:

[...] No geral, as respostas nem sempre são positivas. Quando o assunto é o próprio estado, os membros do governo ou seus simpatizantes, as diligências tomadas são sempre negativas, não são satisfatórias porque eles não se investigam. Por exemplo, quando foram roubados os cem milhões, todos os envolvidos estão em liberdade. O movimento insistiu em pressionar para que eles fossem julgados e condenados. O governo os demitiu de seus cargos, mas nomeou-os para cargos superiores ao que estavam. Continuamos na pressão e foram demitidos desses cargos, a justiça os ouviu, mas estão em liberdade e nem foram responsabilizados por nada! Nada mesmo! Mas, quando o culpado for a população estes são presos, julgados e condenados.

[...] outro problema também é que, eles associam as nossas denúncias como encomendadas. Quando denunciarmos o uso de viaturas na campanha eleitoral de 2019, eles disseram que nós estávamos apoiando o outro lado. Na mente deles não existe imparcial, sobretudo na sociedade civil (Entrevista B1).

Ou, como resumido pela J1, “[...] basta tu fazer uma determinada denúncia que começa a chover ligações, te dizem, ah por que tu fizeste isso!? Por que tu fizeste aquilo!? Você é aliado desse ou daquele partido? São muitas coisas que te dizem. Nós sempre ouvimos conversas do tipo quando fazemos alguma denúncia” (Entrevista J1).

Percebe-se aqui que há sempre uma rede de proteção estabelecida entre os atores estatais que não se julgam e nem se investigam, contribuindo ainda mais no agravamento do problema da justiça e da corrupção no país. As denúncias da organização, apesar de serem importantes, pois explicitam um consolidado sistema de corrupção estatal, em certa medida são considerados “meros atos de denúncia”; isto é, mais uma denúncia cujo efeito não atinge os “peixes-grande” – usando o termo referido em grande parte da fala de G1 – do setor estatal, uma vez que a

estrutura lhes fornece imunidade contra a justiça. Aliás, a injustiça e a corrupção são atos característicos do Estado guineense denunciados em diversas ocasiões em relatórios da LGDH e particularmente nos relatórios de 2008/2009, 2010/2012 e 2013/2015³¹.

A crítica que é feita às organizações sociais, em específico ao movimento nacional da sociedade civil, sobre o silêncio conivente com alguns atos expressam a preocupação com o caráter e posicionamento assumido em algumas ocasiões, particularmente em momentos cruciais na qual transcorrem violações de ordens constitucionais, de direitos humanos e de liberdades de expressão. De fato, a falta de ações mais concretas e públicas impactam nessa percepção, pois conforme podemos perceber em uma das intervenções de M1, as negociações no âmbito institucional não resultam em acordos concretos. Contudo, é importante também frisar que, em alguma medida, esse silêncio é resultado de influência de uma estrutura autoritária do Estado guineense que respondem de forma violenta todas as ações de protesto das organizações sociais.

6.2 *Djumbai* Comunitário

Como primeira tarefa aqui tentaremos explicar a palavra “*djumbai*”, derivada da língua guineense cujo significado remete à expressão de “se divertir”. No entanto, nesse contexto não se trata de qualquer tipo de diversão, mas sim de espaço no qual estão presentes membros governamentais, atores da sociedade civil, de organizações internacionais e as comunidades residentes da localidade na qual irá decorrer o encontro em forma de “diversão”. Portanto, a palavra *djumbai*, para esse caso, remete a uma “leveza” e/ou “informalidade” do espaço em si, onde são discutidas as demandas da comunidade, permitindo uma maior participação dos residentes, desde jovens até os mais velhos, homens e mulheres. Nesse espaço, são abordados diversos assuntos que podem decidir ou não a implementação de uma iniciativa, na maioria das vezes financiada pelas organizações internacionais. Em geral, o movimento organiza esses encontros após constatar a necessidade de discutir com os governantes sobre algum aspecto da demanda

³¹ Relatórios Sobre a Situação dos Direitos Humanos Relatório Sobre A Situação dos Direitos Humanos Na Guiné-na Guiné-Bissau:

2013/2015: disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B5P5g0NZE4ZJT0FySIBEUTN6Rlk/view?resource-key=0-IZ9kIW574UzPghbb5XgpGg>. Acesso em: 28/12/2023.

2010/2012: disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B5P5g0NZE4ZJampEeWZVTVILVik/edit?resource-key=0-w6-J0BJ8yiloEm_nX_KwjA. Acesso em: 28/12/2023.

2008/2010 disponível em: https://docs.google.com/file/d/0B5P5g0NZE4ZJZFk1bDZoVTdvV0k/edit?resource-key=0-1GrcT5V_kRo3AGLXsrrngng. Acesso em: 28/12/2023.

comunitária, na maioria das vezes as do interior do país. Assim, o encontro serve para aproximar a comunidade, o movimento e seus parceiros internacionais e o Estado.

Por exemplo, no mês de fevereiro de 2023, foi inaugurada uma esquadra policial na região de Gabu, no bairro de “*Sintchã Tombom*”, denominada “Esquadra Modelo”. Desde a sua inauguração, não houve uma integração entre os populares com os profissionais que trabalham na esquadra. A maioria dos problemas continuavam sendo resolvidos por vias “tradicionais” ou “fazendo a justiça com as próprias mãos”, criando uma tensão entre a polícia e a comunidade local. Ao constatarem esse fato, os atores do Movimento decidiram convocar o Centro de Acesso à Justiça (CAJ), o Ministério Público, o governo regional de Gabu, e seus parceiros internacionais na região, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para organizar um *djumbai* entre a comunidade local do bairro com os agentes policiais e demais funcionários da esquadra para discutirem o papel de cada ator no funcionamento daquela “casa”. Um dos principais objetivos desse encontro foi incentivar maior aproximação entre as partes, motivando aquilo que eles denominaram de policiamento comunitário, que é uma integração da comunidade na esquadra, em que os populares teriam um papel importante na fiscalização do bairro, ajudando na denúncia sobre problemas no/do bairro. Além de organizações antes mencionadas, participaram do encontro o chefe de bairro de *Sintchã Tombom* e os populares, desde jovens até os mais velhos.

Como resultado desse encontro, a sociedade civil foi concedida um gabinete dentro da esquadra (que também foi resultado de demandas apresentadas em encontros anteriores), auxiliando na resolução de conflitos de menor proporção, como os de roubo de gados e disputas de terra. Durante a entrevista, G1 relatou sobre esse acontecimento, afirmando que, em relação à comunidade de Gabu, sobretudo de *Sintchã Tombom*, o movimento conseguiu estar a par de acontecimentos que anteriormente escapavam da sua monitoração. De acordo com ele,

Neste momento temos acompanhado grande parte de processos aqui na região de Gabu, temos um gabinete dentro da esquadra modelo de *Sintchã Tombom*. [...] Tanto a esquadra assim como a iniciativa de ter um gabinete dentro da esquadra foi acordado durante algumas sessões de *djumbai* comunitário [...] por que eu estou te falando isso? Porque algumas pessoas não acreditavam em nós quando estávamos convocando com frequência a comunidade e demais organizações para participarem desses encontros. Aqui está, a esquadra agora é para todo mundo e desde que foi inaugurada diminuiu-se muito os conflitos, não saberia te falar a percentagem exata, mas acredito que mais de cinquenta por cento (50%). É isso que nós queremos: paz. Paz para todos sem importar da sua etnia ou sua religião [...] (Entrevista G1).

A esquadra foi financiada por organizações internacionais e seu funcionamento é garantido pelo Estado guineense que paga o salário de funcionários públicos que trabalham nela. Ela em si foi idealizada durante encontros comunitários que o movimento organizou. A partir dessa esquadra, podemos situar com maior exatidão a interação entre as três esferas: Estado, Movimento/Sociedade e Organizações Internacionais.

O engajamento da sociedade civil em realizar os encontros que possam aproximar as partes tem seus resultados cravados em não apenas atender algumas demandas por meio de execução das políticas propostas durante os encontros que esta organiza, mas também em poder acompanhar o desenrolar/funcionamento de tal política, isto é, além de assumir seu papel de ‘advogado do povo’, em partes se transforma em seu assessor. Por meio desses encontros, podemos também constatar um elemento que possa aparecer subentendido em falas de entrevistados: a fragilidade do Estado guineense em atender demandas sociais. Conforme dito por unanimidade de entrevistados, o principal parceiro do movimento são as organizações internacionais que, além de assegurar o funcionamento do movimento, financiam a maioria dos projetos de desenvolvimento elaborados por atores desta rede de organizações.

Essa constatação estabelece um diálogo com o que foi identificado por Teixeira em sua pesquisa sobre a relação entre a sociedade civil e o Estado para os casos de Cabo Verde e Guiné-Bissau, quando, em resumo sobre a percepção da sociedade civil por parte dos atores entrevistados no caso guineense, o autor sinaliza que estas revelam problema econômico do Estado, impedindo com que este garanta ou financie políticas públicas, remetendo essa responsabilidade aos organismos internacionais (Teixeira, 2015).

A constatação de Teixeira sobre a fragilidade econômica do Estado pode constituir uma das dimensões e hipóteses para compreendermos a sua ausência, quase total, em assegurar direitos de cidadãos, por exemplo, a educação. Contudo, há outro fator que pode se revelar de enorme importância para entendermos tal fato, que é o alto índice de corrupção político-administrativa no país. Isso se percebe em constantes denúncias sobre perdas de valores públicos e tentativas de silenciar ou deslegitimar as denúncias, como foi narrado anteriormente por B1 sobre os 100 milhões que desapareceram nos cofres do setor da saúde de sua região. Os principais atores e responsáveis máximos do setor, além de deslegitimarem a ação do movimento, procuraram ameaçar os membros do movimento.

Deste modo, o *Djumbai* comunitário também tem sido espaço para debater questões correlatas e é considerado um ambiente de diálogo aberto em que cada ator apresenta suas preocupações e pode indicar caminhos para possíveis soluções. J1 avaliou de forma positiva os encontros do *djumbai* comunitário, na qual, segundo ela, esses encontros têm dinamizado os

lugares de participação dos cidadãos, exprimindo suas preocupações para o Estado de forma direta, sem ao menos esperar que seus representantes (os deputados) o façam, o que raramente acontece. Porém, afirma que existem ainda desafios que precisam ser enfrentados:

Na minha análise há um impacto muito positivo porque na hora de implementar as atividades costumamos ter um número significativo de representantes de mulheres, do régulo, de jovens, de governo regional, do comissariado da polícia a nível regional e às vezes a nível da província e também o representante de chefes das tabancas que participam dessas atividades, na qual o governo expressa suas preocupações assim também como a comunidade manifesta as suas [...] Mas, o que talvez nos preocupa em relação a esses encontros é se o governo vai poder assumir a sua responsabilidade caso as organizações internacionais não conseguirem recursos para nossos projetos (Entrevista J1).

Portanto, percebe-se aqui, como anteriormente citamos, que o governo/Estado ocupa segundo lugar, isto é, caso as organizações internacionais não poderem assegurar a execução de certas políticas resultantes de demandas comunitárias. De certo modo, isto não apenas revela um Estado frágil ou, se quisermos usar o conceito de Forrest, um “Estado Suave”³², mas também, uma falta de interesses e de definições de prioridades para atender às demandas sociais (Forrest, 1993). Isto porque questões básicas constituem problemas maiores para o Estado, que muitas vezes prioriza a luta pelo poder – envolvendo-se no combate ao inimigo – e não o cumprimento de suas obrigações como governantes. Desta forma, idealmente os encontros de *djumbai* comunitário, reunindo diferentes atores com o propósito de discutir as demandas sociais, dinamizam o campo de debate político e social, pois abrem um espaço para que, de forma direta, as comunidades procurem definir algumas políticas que sejam suas prioridades.

Entretanto, o problema aqui está no alcance de iniciativas de encontros comunitários, pois eles ocorrem, na maioria das vezes, no interior do país sendo encarregues a direções regionais da organização. Além do mais, existem comunidades mais distantes do interior que não são contemplados por essa atividade. J2 contou que há uma comunidade de sul do país que solicitou algumas vezes à organização no sentido de realizar um *djumbai* para poderem apresentar as suas demandas ao Estado e às organizações internacionais. Contudo, por enquanto, a direção regional não foi capaz de atender a essa demanda, pois, segundo ele, não conseguiram recursos logísticos para o fazer.

³² Segundo esse autor, um Estado suave é aquele que contém formalmente as suas instituições, mas estas não são capazes de materializar objetivos políticos em ações políticas concretas, seja por não conseguirem recursos ou por não demonstrarem interesses para isso.

6.3 Diálogo Civil Militar

De modo específico, esse evento estabelece conexão entre organizações sociais, agentes de segurança e atores políticos. Encontros que na sua grande maioria são realizados em ambientes restritos, apenas para pessoas convidadas a participarem do evento. O objetivo principal do diálogo civil militar é proporcionar espaço de diálogo que possa diminuir as fronteiras existentes entre os atores militares/agentes de segurança, a sociedade civil e os atores políticos. Conforme os entrevistados, o diálogo civil-militar é dirigido por um grupo de atores convidados pela organização para tal finalidade e que, em suas intervenções, dirigem seus discursos sobre a importância da comunidade política assim como de agentes de segurança no funcionamento do sistema democrático e de promoção da estabilidade política no país. Além disso, também são abordados os temas de direitos e deveres das três esferas, sobretudo, destaca-se que, apesar da separação entre Estado e Sociedade, os agentes de segurança são antes de tudo cidadãos, portanto, partes da sociedade.

[No] Diálogo Civil-Militar reunimos as forças de defesa e segurança, organizações da sociedade civil com os atores políticos. O objetivo é promover uma aproximação entre a estrutura política e de defesa e segurança com a sociedade no intuito de diminuir o medo e as fronteiras existentes entre nós. Nesses encontros falamos do papel de cada esfera, direitos e deveres de cada um e o que cada um de nós pode contribuir para a promoção de paz, democracia e desenvolvimento, como diz o nome do nosso movimento (Entrevista G1).

O objetivo principal da organização é buscar estabelecer a paz, lutar pela consolidação da democracia e desenvolvimento do país, três pilares patentes no nome do movimento. Assim sendo, o evento diálogo civil militar traz como propósito central a busca pela paz e respeito às leis e princípios democráticos. O diálogo civil-militar não é aberta para todo mundo que queira participar, mas são indicados alguns representantes político/partidários, alguns oficiais militares e algumas representações de organizações sociais. É eleito também um grupo de moderadores do evento, o qual acontece em um espaço restrito, por exemplo, em um hotel, cujo acesso se dá apenas por convite. Segundo argumentos, a adoção dessa estratégia é justificada pelo fato de que, para ter um maior controle e para que todas as partes sejam ouvidas, é necessário restringir as participações.

A princípio nós convidamos os responsáveis políticos e oficiais militares para participarem [...] porque como sabemos, muitas vezes, os políticos entram com dinheiro nos quartéis para corromper os militares. Aí debatemos sobre o assunto de estabilidade, no fim das contas eles começam se acusando: os

militares dizem, ah, vocês é que nos dão dinheiro para criar instabilidades; por sua vez, os políticos acusam os militares de exigirem dinheiro para tais ações. Por esta razão, não abrimos muito essa atividade devido ao seu caráter e talvez se abrimos podemos criar certos conflitos que não poderemos resolver mais. Aliás, isso também pode ser constrangedor em algum momento (Entrevista J2).

Por efeito a esse trabalho, não propomos analisar e nem identificar quem realmente instrumentaliza as instabilidades política-governativas no país. Contudo, não podemos negar que uma ou outra franja ganha com ela. Aliás, qualquer que seja ação que envolva disputas entre dois ou mais atores, haverá sempre um ganhador e um perdedor e, neste caso, quem perde com as sucessivas instabilidades é o país como um todo e, em específico, o povo guineense, aqueles que necessitam lutar quotidianamente para sobreviver.

As trocas de acusações entre atores políticos e os militares também revelam questões profundamente imanentes à relação entre a estrutura militar e política do país. Por muitos anos, os militares foram aqueles que governaram a Guiné-Bissau. A “separação” do partido e quartel só aconteceu durante a transição para o sistema democrático (Carvalho, 2014). Como observamos no capítulo II, Souza Cordeiro entende que a intersecção entre as duas estruturas sempre se confundiu na governação, e que a própria constituição garante as forças armadas como partes protetores da democracia guineense e responsáveis em arbitrar a “reposição da ordem interna e da segurança nacional, isto é, a [...] a constituição confere às [forças armadas] a função de garantes da soberania, justificando as altas prerrogativas militares na Guiné-Bissau” (Souza Cordeiro, 2010. p. 10). Desta forma, o legado autoritário implantado pelo monopartidarismo continuou presente no comportamento de atores políticos e militares. Mesmo com a “desvinculação” das Forças Armadas Revolucionária do Povo (FARP) com a estrutura política partidária, continuamos observando uma identificação dos militares com partidos políticos.

Daí emana um dos principais desafios manifestados por M1 sobre o diálogo Civil-Militar, que consiste basicamente em conversar com os superiores militares e não tentar conscientizar aqueles que são submetidos à execução de missões como os golpes de Estado, perseguições ou repressão a protestos de organizações sociais: os soldados militares que querem progredir na carreira.

Nós sempre fazemos um convite e enviamos a eles e, eles costumam delegar um pessoal para participar desses encontros e geralmente, aqueles que vêm participar são os superiores. O último encontro que fizemos para apelar à paz, convidamos as comunidades religiosas, militares e outras organizações, todos participaram, inclusive o ministério de defesa enviou o chefe de gabinete do ministro para participar dessa atividade. Eles geralmente estão abertos para

conversar conosco como sociedade civil, o problema é a prática do que acordamos. As sucessivas subversões, perseguições, às vezes, até mortes, nós não temos mecanismos e capacidade de alterar esse quadro. Não sabemos com antecedência as coisas [...] o que eu percebi também ao longo do tempo é que, o pessoal superior geralmente tem instruções, sabe das coisas, mas o problema talvez seja aqueles que estão procurando crescer na carreira, o pessoal de menor, sabe? (Entrevista M1).

Além de o entrevistado perceber que há fragilidade interna do movimento no tocante a tipos de pressão que realizam aos atores políticos e militares, ele reconhece que alterar o quadro da violência por via de suas pressões é quase que improvável. Além disso, o desafio principal, segundo ele, é de que, mesmo sendo bem instruídos e sabendo de seus direitos e deveres, os superiores militares em alguma medida podem ainda constituir principais problemas já que são eles que dão ordens aos soldados adjudicados a executar missões fora do quadro de lei. Portanto, talvez a dinâmica e os alvos do diálogo civil militar devam ser alterados, convocando para o campo dos encontros os próprios soldados, discutindo com estes a importância de suas ações na estabilidade política e na consolidação do sistema democrático no país.

No entanto, por essa perspectiva podemos talvez encontrar dois obstáculos. O primeiro que está vinculado ao sistema organizacional das estruturas militares em que ordens são ordens, desde que sejam dadas por intermédio dos superiores, devem ser cumpridas sem muitos questionamentos. Outrossim, os convites para participar dos diálogos são dirigidos aos superiores, que delegam seus agentes para participar ou não desses momentos. No primeiro caso, a desobediência de um soldado ao seu superior pode acarretar conflitos internos, repressão, prisão e até sua suspensão, deletando todos os esforços da sociedade civil. No segundo caso, corre-se o risco de a estrutura militar não aderir mais ao diálogo civil-militar, uma vez que os superiores podem sentir-se vulneráveis e excluídos diante de uma nova estratégia do movimento e com isso boicotar a sua participação ou a de seus inferiores hierárquicos. Em todo caso, os desafios continuam presentes para o Movimento Nacional da Sociedade Civil no que concerne à definição de novas estratégias sobre esse evento.

6.4 Escolas de Cidadania

A atuação de grupos da sociedade civil na formação para cidadania ativa, destinada na sua grande maioria à juventude, tem tido um enorme impacto no que concerne à adesão dessa juventude aos projetos de voluntariado. No país, realizam-se escolas de voluntariado por períodos determinados. Um desses espaços é o promovido pela Rede Nacional das Associações

Juvenis (RENAJ) – “um fórum de concertação, coordenação e apoio às associações juvenis da Guiné-Bissau”³³. Discute-se temáticas voltadas à cidadania, o papel dos cidadãos no desenvolvimento, a importância da participação social cidadã na esfera política e social. A adesão de um número significativo de jovens a eventos desse caráter tem sido notória.

No entanto, os temas destaques nas sessões de formação que o movimento nacional realiza dizem muito sobre as prioridades da organização. A Cidadania Ativa é frequentemente abordada nos encontros de formação promovidos pelo Movimento. As formações são destinadas aos membros de organizações parceiras, como a RENAJ, ao Conselho nacional da Juventude (CNJ)³⁴, entre outras. Além disso, em determinadas ocasiões, são convocadas também outras organizações filiais e não só para ministrar alguns encontros de formação. O Estado, por vezes, concede espaço em escolas públicas para decorrer tais eventos e as Organizações Internacionais, muitas vezes, asseguram os financiamentos e, em algumas ocasiões, também ministram encontros de formação, quando não são eles os principais fornecedores da referida formação. Em algumas palavras, B1 descreveu as áreas dos minicursos/sessões de formação e sua durabilidade:

Nesses minicursos de formação, abordamos muitas vezes sobre o secretariado, administração, associativismo, elaboração e gestão de projetos, e alguns outros temas. Geralmente as formações duram algumas semanas e acontecem nos finais de semana. Aqueles que frequentam todo o curso são concedidos certificados e muitos estão trabalhando com as formações que receberam. [...] são de curta duração, mas são muito importantes para quem participa e para nós também, claro, sabemos que muitos não têm possibilidades de entrar em escolas de formação superior, portanto, recorrem a esses cursos de curta duração. Eu também já participei em muitos cursos quando estava na minha antiga organização. [...] Nessas formações nós priorizamos mais as redes juvenis, no caso RENAJ a CNJ, o Fórum, entre outras, para participar desses encontros, pois assim eles poderão formar outros também, sobretudo a juventude que participa dessas redes (Entrevista B1).

As formações são praticamente voltadas a preencher necessidades de acesso à instrução qualificada por meio de escolas de ensino superior. Há uma escassez de escolas de ensino superior públicas em funcionamento. Para ingressar nas poucas que existem, muitas vezes recorrem-se por vias de clientelismos, sem contar com as constantes instabilidades do seu

³³ Ver aqui sobre a escola nacional do voluntariado da RENAJ: file:///C:/Users/Umaro/Downloads/apresenta%C3%87%C3%83o_institucional.pdf acesso em 30/12/2023.

³⁴ Para mais informações sobre o conselho nacional da juventude, acesse aqui: <https://cnjguine.wordpress.com/> acesso em 30/12/2023.

funcionamento, caracterizado por séries de greves dos docentes que, além de não serem pagos atempadamente, seus salários não condizem com o seu grau de formação, ou seja, ganham migalhas³⁵.

Ademais, atualmente há um número significativo de instituições privadas, mas com poucas qualidades de estrutura e ensino, além disso os valores para custear mensalidades não são de alcance para o bolso da família de muitos estudantes. Portanto, todo esse cenário exclui muitos jovens de aceder a esses espaços, voltando suas expectativas para os cursos de curta duração oferecidos por organizações sociais, ou ainda suplicando conseguir oportunidade de alguma bolsa de estudo para o estrangeiro.

6.5 Monitorando as Eleições

Eleições livres, justas e transparentes constituem uma das mais importantes exigências para os regimes democráticos (Tilly, 2013). É nesse viés que o movimento nacional tem atuado em um dos mais importantes eventos que realiza, a monitoração das eleições legislativas e presidências. O evento tem como objetivo fiscalizar o processo eleitoral para que os atores políticos e partidos cumpram com seus deveres; que não haja uso de discursos “incendiários” (termo usado pelos entrevistados) durante as campanhas eleitorais; que não se configurem fraudes nos pleitos eleitorais; e que as populações possam participar no cumprimento de seus deveres cívicos de forma ordeira e consciente em suas escolhas, sendo oferecido a eles campanhas de educação cívica.

Retomamos aqui um dos principais argumentos de Levitsky e Way sobre as disputas eleitorais em ambientes autoritários competitivos: essas são desiguais e, na maioria de vezes, beneficia a quem esteja controlando os instrumentos e a máquina estatal, podendo controlar as instituições responsáveis por fiscalizar as regras do jogo, por exemplo, o judiciário e outros setores (Levitsky e Way, 2010), no caso da Guiné-Bissau, a Comissão Nacional das Eleições (CNE). O movimento tem se esforçado para fiscalizar as movimentações eleitorais, atentando-se aos usos de recursos públicos para esses fins, além de uso de discursos étnicos para caçar votos e promove atividades de educação cívica. Este atua em parceria com outras organizações

³⁵ O relatório da Fé e Cooperação (FEC) de 2022 sobre ensino superior no país aponta para um déficit de qualidade no funcionamento desse setor. Além de condições estruturais e de infraestruturais das instituições, a baixa qualidade de formação de muitos docentes são apontados como uma preocupação. Consultar o documento no link: https://www.fecong.org/wp-content/uploads/2022/12/ESIC_2022_web.pdf acesso 09/12/2023.

que o financiam para conseguir alocar seus agentes no terreno desde os períodos de campanha eleitoral até a votação e divulgação dos resultados.

Os entrevistados foram unânimes em afirmar que o objetivo principal da monitorização eleitoral está relacionado ao cumprimento de um dos alicerces que motivou a criação da organização: a luta pela consolidação democrática. Em suas visões, sem uma participação popular em processos eleitorais e sem uma transparência nas eleições, a democracia e os governantes guineenses estariam fadados ao descrédito, uma vez que eleições são um dos princípios sagrados de um sistema democrático. Por esta razão, M1 afirmou que

O nosso interesse nessa monitoração é para que as eleições ocorram de forma justa, livre e transparente. Nós queremos que todo mundo saiba a verdade sobre o que aconteceu ou está acontecendo nas eleições. Por isso que a nossa monitoração é acompanhada não apenas por apelos, mas também de ações práticas, como a sensibilização, a educação cívica e assinaturas de acordo com partidos políticos que concorrerão às eleições (Entrevista M1).

Essa ambição amplia as possibilidades de concretização dos objetivos do movimento: o fomento a participação cidadão na construção da paz e desenvolvimento. J1, por exemplo, descreve em sua intervenção que:

O nosso papel é fiscalizar desde campanha até a votação, como sabemos, há um dia específico que é reservado para reflexão, tudo isso nós monitoramos para ver se alguém está, ou não, fazendo campanha neste dia. Monitoramos também no dia das eleições para ver se a mesa de voto está em uma sede partidária ou próximo, se as pessoas que vão votar estão usando camisolas ou cartazes de partidos, ou ainda se no local onde a mesa está tem cartazes, dícticos ou algum objeto que remete a partido. Nós não nos afixamos em mesas específicas de votação, mas sempre estamos nos arredores para observar, qualquer anormalidade comunicamos ao presidente da mesa. Depois do término da votação e contagem de votos, costumamos pedir aos presidentes informações sobre reclamações que estão nas atas e depois fotografamos todas as atas sínteses que são fixadas em cada mesa para, de antemão, saber mais ou menos os resultados de diferentes locais (Entrevista J1).

Sobre este facto, o J2 acrescenta que:

Nós somos obrigados a fazer o acompanhamento do processo eleitoral desde o seu início até o fim para que possamos elaborar um relatório de atividades que executamos durante o processo eleitoral. Para isso, antes do início da pré-campanha costumamos elaborar um plano de atividades em que atribuímos a cada membro as suas funções, desde presidente até os últimos membros das direções do movimento. Toda essa atividade sem pedir um centavo ao governo, muitas vezes, quando não conseguimos recursos das organizações

internacionais nós nos vemos obrigados a entrar nas nossas economias ou nas da família para ir fazer esse trabalho (Entrevista J2).

Para essas falas, é necessário destacar alguns aspectos que demonstram a dinâmica da organização e conseqüentemente suas estratégias na monitoração eleitoral. Esse evento aparece como uma obrigação por parte do movimento que representa grande parte das organizações da sociedade civil no país. Além disso, a colaboração com o Estado, representado pelos presidentes das mesas de voto, é um fenômeno de particular atenção.

Os monitores do movimento, apesar de estarem em constante movimento, suas constatações são informadas diretamente aos presidentes das mesas, cumprindo assim seu dever e trabalho de fiscal voluntário, mesmo que o órgão estatal não tenha contribuído financeiramente na mobilidade e na mobilização do movimento – o que poderia ampliar a sua contribuição às eleições no país. Ademais, como evidenciamos ao longo do texto, o movimento prioriza recursos advindos de organizações internacionais. Em caso de não conseguirem os recursos junto destes parceiros, seus atores procuram outras formas para se sustentar, colaborando entre si.

Aqui nós podemos perceber um compromisso e engajamento por parte da sociedade civil no que diz respeito ao cumprimento de seu objetivo, conforme dito por J2: “trabalhamos em prol da nossa população e nosso país e, muitas vezes, complementando o Estado. Essa é a nossa missão. E nós temos consciência disso desde quando decidimos aderir ao movimento nacional da sociedade civil”. Entretanto, no curso do exercício desse evento de monitoração, alguns desafios foram mencionados pelos entrevistados como sendo problemas que fazem parte do cotidiano de seu trabalho.

No que tem a ver com a monitoração das eleições, o evento é feito a nível nacional, é a direção superior do movimento que comanda essa atividade. Cada região tem os seus monitores eleitorais, contudo não é um grande número tendo em conta os meios económicos. Pelo menos em cada setor tem dois monitores eleitorais, um número muito pequeno para cobrir todo o setor, o nosso desejo era ter monitores em todas as tabancas ou mesas de voto de todos os círculos eleitorais [...]. Então, as nossas dificuldades estão mais nos meios económicos, há uma fraca contribuição de organizações (filiadas ao movimento) com as quotas. E o governo não distribui um fundo regular para a garantia de funcionamento da sociedade civil no país (Entrevista J1).

M1 identificou a mesma questão, exemplificando que, nas eleições de 2023, houve restrição de recursos que o movimento recebe a partir de organizações internacionais, fato que afetou a capacidade de monitoração, pois em vez de crescer em termos quantitativos os

monitores, o número ficou reduzido, agravando ainda mais o cumprimento dos objetivos do movimento.

Nas eleições legislativas de 2019 havia 400 monitores a nível nacional, percebemos que esse número era insuficiente e queríamos contratar mais monitores para as próximas eleições. Mas, para isso tínhamos que ter recursos financeiros. Contudo, nas eleições legislativas deste ano [2023] o número reduziu pela metade, ou seja, só temos 200 pessoas para o país todo. A nossa intenção é cobrir todas as mesas do país, mas como são as organizações parceiras (PNUD, União Europeia, e outras) que nos ajudam a pagar algumas outras pessoas para fazerem o trabalho de monitores e esse ano não temos verba suficiente então, infelizmente o nosso número de monitores caiu (Entrevista M1).

É importante salientar que o movimento não possui uma fonte de renda própria (autônoma) além das quotas, e depende grandemente das organizações parceiras para implementar seus projetos voltados aos três eixos da sua criação. Os relatos acima retratam uma organização “fragilizada”, que é sujeito a ser afetado por esvaziamento de recursos. Aliás, o seu funcionamento em grandes eventos como a monitoração eleitoral, depende grandemente de recursos que recebe de seus parceiros internacionais e, em raras vezes, os recursos estatais. Como em resumo J1 informou em uma das suas falas: “[...] quando os nossos parceiros não tiverem [recursos financeiros] para nos dar, nós preferimos mesmo ficar no *off*”.

A atuação da organização na monitoração eleitoral é comprometida não apenas por falta de recursos financeiros, mas também por condições estruturais de terrenos distantes, ou seja, as condições de acesso a espaços que não permitem viagens rápidas devido à falta de estradas em boas condições.

Olha, uma vez trabalhamos em um projeto chamado “*Nha Voto*” onde tentamos obter registro fotográfico de todas as atas sínteses da eleição, infelizmente não foi possível conseguir obter todas as informações que queríamos, tivemos dificuldades em acessar algumas localidades e em outras mesmo acessando não obtivemos rede móvel para ter os dados no tempo de modo a confirmar ou negar os resultados divulgados pela CNE, então cabe a eles divulgar os resultados. Na maioria das vezes nós não temos possibilidade de acompanhar o par e passo do processo, pois não dispomos das mesmas condições que eles têm (Entrevista B1).

As condições estruturais das vias públicas do país associadas à falta de recursos financeiros tornam-se importantes obstáculos para que o movimento não cumpra com a sua meta de atuar em todo o território nacional. Além disso, há ainda algumas localidades em que os meios de comunicação não têm uma total cobertura de rede móvel, o que poderia facilitar o trabalho

da organização para zonas em condições “intransitáveis”. Somam-se a essas questões, os problemas da impunidade e abuso de poder como fatores que comprometem, não apenas a monitoração, mas a atuação da organização em diversas outras dimensões. Segundo J1,

Como nós sabemos, existem muitos políticos que fazem campanhas partidárias, mas são membros de Estado e têm acesso aos recursos públicos. Sobre tudo aqui na nossa região, nós constatamos que estão sendo usadas de modo muito exagerado, as viaturas de estado, apesar de retirarem as placas de matrícula, mas nós sabemos. Há viaturas não despachadas, motos e demais meios de transporte a circular livremente. Nós coletamos provas aqui na região e depois enviamos para Bissau, para a direção nacional do movimento. E, este por sua vez, coleta todas as informações advindas de outras regiões para depois expor os casos que aconteceram durante as eleições que são proibidas de acordo com o Código de Conduta. Mas, geralmente as coisas ficam assim sem nenhuma solução, ninguém é responsabilizado e nada acontece (Entrevista J1).

A lei proíbe o uso de recursos públicos que não sejam aprovados pelo Estado para fins eleitorais (ver Capítulo III da Lei Eleitoral de 2019). A parcialidade da justiça e a sua ineficiência em resolver problemas relacionados a crimes de recursos públicos contribui para o crescimento de casos impunes. Esse fato também afeta o movimento na medida em que empreende esforços ao longo do período eleitoral e não somente, mas não se observa uma colaboração do setor judicial em resolver casos expostos pela organização. Mais uma vez, G1 declara que, muitas vezes, as denúncias que a organização faz sobre os usos de recursos públicos por parte de partidos/atores políticos é confrontado com narrativas que fazem questão de enaltecer a parcialidade sobre a atuação dos atores do movimento.

Outrossim, há uma enorme importância da monitoração eleitoral, pois ela abrange não apenas ao controle sobre fraudes ou tentativas de fraudes eleitorais, fiscalização sobre uso de discursos “incendiários”, mas também de promoção da educação cívica na qual os cidadãos são incentivados a participarem no processo eleitoral para cumprir seus deveres cívicos. Por outro lado, os eventos realizados ao longo de processos eleitorais também são importantes para compreender como a dependência do movimento de seus parceiros internacionais, embora o potencialize, por outro, o deixa vulnerável. Na medida em que há vontade e recursos disponibilizados por parte destes, os eventos do movimento durante as eleições tornam-se uma realidade. Enquanto isso, caso contrário, acarreta diretamente a execução de eventos da organização, ou seja, em seu não funcionamento ou um funcionamento de modo deficiente durante as eleições.

Esse conjunto de fatores evidencia outro problema relatado tanto por B1 e G1, quanto por J1, que tem a ver com a capacidade de coleta de informações e dados dos resultados

eleitorais. Exceto o M1, todos os outros entrevistados afirmam que a organização acompanha a divulgação dos resultados como qualquer cidadão. Que mesmo tendo uma célula de monitoração das eleições, não consegue, de antemão, ter todos os dados de votação, de modo que a sua capacidade de questionar os resultados é comprometido. Além do mais, como havíamos referido atrás, a lei eleitoral guineense não admite uma fiscalização eleitoral por parte dos atores guineenses. Essa lei invoca que, “é proibido exercer as funções de observador internacional: Aos cidadãos guineenses, ainda que tenham adquirido nacionalidade de estrangeiro; Aos diplomatas em activo no país ou aqueles que tenham exercido essa função no país, bem como aos seus conjugues” (LEI Nº 04/94 de 09 de Março atualizado em 2019)³⁶.

6.6 Protestos de Rua

Os protestos de rua são manifestações públicas que reúnem um grupo (ou vários grupos) de pessoas para expressar suas opiniões, revoltas, seus descontentamentos e apresentar suas demandas, de forma pública. Os protestos podem ser motivados por diversas questões, desde demandas sociais, políticas, econômicas, direitos humanos entre outras questões conflituais. Eles podem ser realizados de diversos modos, desde marchas pacíficas e passeatas até manifestações mais confrontacionais. A forma como os participantes escolhem se expressar pode impactar a percepção pública e a resposta das autoridades, mas também a atuação destes últimos pode ser determinante na ação dos grupos em protesto. Em regimes democráticos, os protestos são garantidos como direitos nas constituições da república e sendo assim um direito fundamental para o reconhecimento da democracia como tal (Penido e Kalil, 2023). Portanto, espera-se que haja respeito ao cumprimento desse direito.

A presença policial em protestos serve – ao menos deveria servir – para garantir a segurança e a ordem pública, protegendo os manifestantes contra as infiltrações ou invasões de grupos adversários e, ao mesmo tempo, fiscalizando as suas ações. No entanto, a abordagem dessa corporação pode variar e a resposta a protestos pode causar controvérsias, especialmente se houver uso excessivo de força. Nos últimos anos, por exemplo, o Movimento Nacional da Sociedade Civil tem ocupado muito pouco as ruas para realizar protestos, diferentemente da época em que foi criado, quando ocupava, de vez em quando, os espaços públicos realizando protestos que visassem apelar a paz e exigindo o fim da guerra civil e uma rápida e eficaz resposta a reconstrução do país (Cardoso, 2008). O “abandono” das ruas por parte do movimento nacional

³⁶ Disponível em: <http://www.cne.gw/images/PDF/legislacaoeleitoal.pdf>. Acesso em: 25/02/2024

induziu Semedo (2020) em afirmar que a organização se desvinculou de seu caráter de movimento social de reivindicação assumindo uma postura de ONG (Semedo, 2020).

No entanto, conforme os entrevistados, a estratégia de não realizar com frequência os protestos em espaços públicos estão vinculados ao caráter de abordagem das autoridades de segurança, que reprimem todo e qualquer levantamento popular. Segundo os relatos de B1, toda vez que o movimento convoca manifestações públicas seus atores são confrontados com ameaças feitas pelas autoridades políticas ou de segurança. Recebem ligações telefônicas que lhes incentivam a desistir do ato, pois irão arcar com possíveis consequências. Como podemos observar em sua afirmação:

As ameaças geralmente acontecem quando há iniciativas de marchas. As autoridades começam a procurar meios para reprimir todos os envolvidos; aliás, eles reprimem qualquer tipo de protesto contra eles. Você se lembra dos rapazes que foram obrigados a enrolar na água suja que estava parado na Praça de Bafata?³⁷ Então, eles não querem que nós realizemos marchas por isso que delegam policiais para os locais no sentido de impedir que a ação se concretize. Ou às vezes te ligam antes do dia da manifestação para te dizer que se fores ao ato vão enviar agentes policiais para ti, ou, às vezes, ameaçam a sua família. [...] tudo que não lhes favorece eles querem que vocês fiquem calados e não denunciem ou não vão às ruas para exigir respostas (Entrevista B1).

A repressão, a ameaça e a perseguição constituem um importante fator no controle da massa popular na Guiné-Bissau. A nossa análise no capítulo II evidenciou como o Estado guineense se configurou em um regime autoritário competitivo, trazendo exemplos de tentativas de manipulações eleitorais assim como de instituição de leis que procurassem controlar organizações da sociedade civil.

As ameaças recebidas pelos atores de organizações sociais que decidem organizar protestos para exigir aos governos algumas demandas são frequentemente citadas em conferências de imprensa dos atores de movimentos sociais, sindicatos, associações ou outras organizações que ocupam as ruas, como fatores que caracterizam a sua relação com as autoridades de segurança. Na região de Gabú, por exemplo, tanto os protestos que exigiam justiça e prisão de policiais envolvidos em roubos de motorizadas, assim como os protestos que tinham como pauta

³⁷ Este caso ganhou uma enorme repercussão nos meios de comunicação, sobretudo nas rádios do país e não só (ver: <https://www.rfi.fr/pt/guin%C3%A9-bissau/20210706-humilha%C3%A7%C3%A3o-e-viol%C3%Aancia-contra-3-jovens-de-bafat%C3%A1-geram-revolta-na-sociedade-civil-guineense> acesso em 30/11/2023). "A manifestação dos três cidadãos detidos naquele caso tinha como pauta exigir ao governo regional rápidas providências para suprir a falta de energia na região. "Inconformados com a manifestação, a polícia deteve os três ativistas e obrigou-os a enrolar numa água parada no meio à praça da cidade", disse B1.

pressionar o governo regional para solucionar o problema das escolas que estavam em greve, foram fortemente reprimidos. A J1 descreve o momento em que decorre um dos atos:

[...] A população estava muito alterada e estavam em volta da sede da polícia onde estava ocorrendo o julgamento. A direção da sociedade civil foi lá e interveio com toda calma, serenidade e prontidão, para mostrar às autoridades que a população se revoltou porque seus direitos estavam sendo violados. Imagina só, você compra uma moto quatrocentos ou quinhentos mil francos e depois esta é roubada de ti, no final de tudo você descobre que quem te roubou é a mesma pessoa que deveria estar te garantindo segurança, isso cria uma revolta. [...] infelizmente o nosso presidente regional, na altura, foi vítima de espancamento brutal por parte das autoridades naquele dia, ele foi conversar com um policial que queria bater em um cidadão e no meio a discussão o policial lhe deu cacetadas na cabeça e no corpo. [...] No dia seguinte ao espancamento contra ele, toda a sociedade civil e alguns populares se mobilizaram para ir às ruas e tentar mostrar para o Estado que estávamos descontentes. Fizemos dísticos, e bandeiras, caminhamos até a sede do governo regional para conversar com os políticos da região que estavam no local, e eles nos receberam bem. Pediram desculpas e disseram que iam suspender o policial (Entrevista J1).

Se na contestação do dia de julgamento houve uma força policial no local que fez vítimas, o ato de passeata no dia seguinte não foi marcado por repressão contra nenhum cidadão. A própria entrevistada cita que os policiais evitaram se aproximar do grupo que estava em protesto. Para ela, essa postura policial foi resultado de uma revolta do dia anterior, pois tanto as forças policiais quanto os atores políticos puderam perceber que a população estava unida e revoltada com o que havia acontecido – o espancamento do presidente regional do movimento e a manifestação contra a tentativa de a justiça acobertar os policiais envolvidos nos roubos –, portanto qualquer ação violenta advinda por parte da polícia poderia desencadear em uma revolta incontrolável.

Entretanto, a impunidade marca esses casos também. Os dois policiais não haviam sido suspensos da corporação até que a sociedade civil retomasse o caso. G1 explica que, após o julgamento, eles foram transferidos para a região de Bafatá, foram presos e em algumas semanas saíram da prisão e continuaram trabalhando normalmente em Bafatá por algum tempo. Na perspectiva de B1, “a impunidade por parte dos agentes policiais que reprimem os cidadãos é enorme. Até hoje ninguém foi punido por bater em um cidadão. Prometem estabelecer inquéritos de investigação sobre quem são os responsáveis, mas não avança [...]”.

Os protestos não são marcados apenas por violências físicas, mas também psicológicas. Em algumas ocasiões, as organizações e movimentos desistem de realizar suas manifestações por constatarem no local um contingente enorme de policiais fardados e bem armados, “só a

presença deles dessa forma no local da manifestação já nos diz que naquele dia não sairemos bem. [...] Nós fazemos projeção de o que poderá acontecer e às vezes desistimos de realizar a manifestação pedindo que todo mundo volte para casa”, afirma a J1. O relato de G1 explicita casos semelhantes, em que, depois que as autoridades perceberam que apenas ameaçar não faria com que os mentores da manifestação desistissem, decidiram utilizar a técnica de “desfile e exibição” de armamentos.

Depois que convidamos pais, encarregados de educação e estudantes de todas as escolas para a manifestação, um de nossos colegas, que é presidente regional de juventude, foi ligado e ameaçado durante aquela noite. Disseram para ele, que se participasse da marcha iria ser espancado com ódio. Em seguida ele ligou para nós avisando, mas disse que não ia desistir de participar pois ele é o principal mentor do evento. No dia seguinte, fomos ao local do encontro vimos aquele mar de policiais, cada um segurando uma arma, pensei, meu Deus! eles estão indo para guerra, só pode ser isso mesmo. Acabamos desistindo e todo mundo que vinha para participar do ato nós orientávamos a eles para voltarem. Nós não queríamos correr o risco de colocar as pessoas diante daqueles policiais. A situação seria outra (Entrevista G1).

É inegável que, em alguns casos, protestos de rua têm sido catalisadores de mudanças políticas significativas. Eles podem chamar a atenção da mídia e do público para questões importantes, pressionando os governos a agirem ou mudarem políticas. Os governos, como os de Guiné-Bissau, procuram utilizar todos os meios disponíveis para controlar os grupos que desejam realizar tais atos. Se por meio de uma repressão institucional não é possível inibir as ações das organizações sociais, a repressão situacional concretiza tal desejo.

As violências presentes nesses casos não são apenas físicas, mas também psicológicas. Neste segundo caso (a violência psicológica) apenas a presença de policiais fortemente armados, por vezes com armas letais, bombas de gás lacrimogêneo, cassetetes, em viaturas de guerra e chegando primeiro ao local de concentração dos ativistas ou circulando no desaparecer do dia anterior ao dia da manifestação, em ruas na qual residem os líderes das organizações sociais, já é suficiente para induzir a abdicação de qualquer que seja grupo da sua intenção de realizar protestos. No primeiro caso, é de praxe, a repressão é uma das formas mais tradicionais das autoridades de segurança durante protestos de organizações sociais na Guiné-Bissau (ver Semedo 2020 e Seidi, 2023).

7 CONCLUSÃO

A presente pesquisa procurou responder à questão: Como se constituem e atuam os movimentos sociais em contextos de regimes autoritários competitivos? Nosso foco foi analisar o caso de Guiné-Bissau e, concretamente, o Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz Democracia e Desenvolvimento, a maior rede de organizações da sociedade civil no país. Com a revisão da literatura que fizemos ao longo do trabalho identificamos duas hipóteses, ambas devidamente abordadas em pesquisas empíricas sobre a atuação de organizações sociais em países com regimes desta natureza: na primeira hipótese, afirma-se que a atuação de organizações sociais em contextos autoritários competitivos é comprometida muitas vezes por meio de influências dos atores políticos que procuram nessas organizações o mecanismo para legitimar ações autoritárias, por meio de apoio e conivência com as suas ações por parte das organizações sociais (isto é, cooptar tais atores); enquanto isso, a segunda entende-se que, por existirem oportunidades políticas para a constituição de organizações sociais, a sua atuação por meio de pressões a atores políticos e membros governamentais poderia ser gatilho e mecanismo principal para transformar o caráter de atuação destes e, com isso, gradualmente transformar o tipo de regime vigente.

Entretanto, ao investigarmos o Movimento Nacional da Sociedade Civil e, por conseguinte, compreendermos o contexto de seu surgimento, a sua estratégia de ação e principais desafios que tem enfrentado ao longo do tempo, podemos constatar que, de fato, torna-se evidente a importância da atuação de organizações sociais comprometidas com agendas da sociedade civil de modo articulado, mesmo desenvolvendo um constante diálogo com o Estado sem ao menos isso se traduzir em cooptação. Isto quer dizer que uma compreensão mais profunda de ação das organizações sociais revela nuances e complexidades que vão além de um entendimento superficial sobre as características da relação entre o Estado e Sociedade Civil nesses contextos, especialmente para o caso guineense.

Os relatos analisados neste trabalho demonstram um leque de estratégias de ação e mobilização por parte do Movimento. Essas mobilizações são permeadas por conflitos, na medida em que, na maioria das vezes, opõe interesses de dois atores (Estado e a organizações políticas). O movimento institui eventos que facilitam o seu diálogo com atores estatais/governamentais, convocando estes para encontros de discussão sobre temas de interesse comunitário, como a prevenção de conflitos, resolução de problemas sociais (violências, injustiça etc.). Contudo, em grande medida, esses eventos são assegurados por organizações internacionais que sustentam a ação do movimento nacional da sociedade civil.

Miguel de Barros considera que “[...] a incapacidade do Estado na satisfação das necessidades básicas das populações e a dificuldade em estender a presença das suas instituições a todo o território fazem com que a inclusão cada vez mais dos atores ditos “não estatais” seja incontornável” (Barros, 2012. p. 79). De fato, a presença de atores que se vêm fora do Estado tem sido notório no país. O crescimento das organizações da sociedade civil registrada desde a abertura democrática é um exemplo que expressa a ambição de introdução de novos atores no cenário sociopolítico guineense (Koudawo, 1996). Ademais, a presença de organizações internacionais tem enorme importância na consolidação de eventos que proporcionam a participação social. Essas organizações procuram estabelecer uma atuação mais direta do ponto de vista cooperativo com as redes e organizações sociais nacionais, como o MNSCPDD (Teixeira, 2015; Barros, 2012).

Barros afirma ainda que a sociedade civil guineense nasce como uma estrutura originalmente que procura fazer política de modo alternativo ao Estado (Barros, 2012). Isto é, a sua postura inicialmente se conformou como uma alternativa dos atores políticos guineenses. No entanto, apesar de desafios, o repertório do movimento nacional tem se mostrado oposta a essa hipótese. O conjunto de ações desenvolvidas pela organização é facilitada por uma dinâmica interna de seus atores e tendo como fator externo que impacta em suas ações, as organizações internacionais e o próprio Estado, este último, por vezes adversário, em outras, parceiro do movimento. Portanto, a proposição do autor talvez não contemple a heterogênea características que marca a relação entre as duas esferas. Aliás, a Carvalho (2014) já teria afirmado que além do âmbito da resolução de conflitos e tensão na esfera político-social, as organizações da sociedade civil continuam ativas na Guiné dando seu contributo para a consolidação do processo político e social.

Podemos encontrar dez elementos que conformam as percepções de entrevistados que participaram da pesquisa sobre a relação entre o movimento e a esfera estatal, entre as quais estão: a falta de acesso a informações por parte do movimento no que concerne a ações do Estado, pois este tende a criar obstáculos para tal; uma constante luta pela autonomia do movimento, que é manifestada no estatuto da organização, mas também presente na constante procura de desvinculação da sua imagem com siglas partidárias ou atores políticos; uma alta capacidade organizacional observada a partir da descentralização da estrutura do movimento e também na dinamização da esfera participativa que consiste em ampliar os espaços de diálogo entre sociedade civil, estado, organizações sociais e comunidades; compromisso com os ideais do movimento constatada a partir do empenho dos atores em se dedicar a trabalhos voluntários; tentativas recorrentes de cooptação dos membros da organização por parte de partidos ou

individualidades políticas; impunidade/corrupção por parte dos atores de Estado cujas consequências podem ser observadas no âmbito social do país; falta de segurança aos membros da organização que ousam desafiar o sistema político denunciando casos de corrupção, por exemplo, uma relação no âmbito institucional com os partidos políticos; cooperação com organizações internacionais, fontes financeiras da organização; esvaziamento de recursos financeiros por parte de governos à organização em virtude de, por vezes, esta se opor ao projeto de monopólio daquele; e, obviamente, a preocupação com as recorrentes repressões cujos objetivos estão vinculados a tentativas de controle de atores que ousam se opor a decisões autoritárias. Todos esses pontos foram detalhados anteriormente na parte empírica do trabalho, logo demonstram a heterogeneidade de ação do movimento, além de revelar desafios que este tem enfrentado tanto na sua relação com o Estado, assim como com as organizações internacionais. No entanto, apesar de todos esses pontos acima citados, não se pode afirmar que a organização tem feito uma política alternativa ao Estado, pois na maioria dos eventos que organiza, a presença do Estado é crucial.

A presença do movimento é notória ao longo do tempo. No entanto, esta presença é acentuadamente percebida em períodos conflituais, apesar de esse não ser o seu exclusivo campo de ação como demonstra o seu repertório de ação. Logo na sua criação, a organização atuou com maior acuidade durante e, por certos períodos, após a guerra civil. Ao longo desta guerra promoveu protestos e foi o principal ator naquela conjuntura política que contribuiu em apaziguar o conflito. Em períodos posteriores à guerra, promoveu atividades que tiveram como propósito a reconstrução nacional e reconciliação entre os atores políticos e militares envolvidos em golpes de estado, ajustes de contas, perseguições, entre outras ações que caracterizam os sucessivos conflitos no país. Depois da sua inserção, passa a não se limitar apenas a eventos de *kumpu komberça*³⁸; deste modo, dá início à série de eventos que procuram ampliar a sua base de influência para todo o território nacional, instituindo novas formas de ação que não se limitam a protestos; uma dessas ações foi a estratégia de monitorar as eleições e promover a educação cívica. Essa ampliação procura elevar o nível da eficácia e confiabilidade do processo e, portanto, o nível democrático.

A dinâmica adotada pela organização foi acompanhada com escasso apoio financeiro do Estado guineense e grandemente pelas organizações internacionais que subvencionam a ação da organização. Os apoios por parte do Estado a organizações sociais, em específico ao Movimento Nacional da Sociedade Civil, além de serem adscritos, são objetos de controvérsias tanto

³⁸ Mediação de conflitos.

entre os membros afetos a ela quanto a críticos da sociedade civil guineense. Daí que voltar sua atenção e exclusiva colaboração com as organizações internacionais foi uma das saídas encontradas pelo movimento.

Os membros da organização aqui entrevistados expressam visões controversas relativamente aos fundos financeiros provenientes do Estado para o Movimento, fazendo ecoar ainda mais as preocupações com a autonomia na atuação da organização e a sua imparcialidade, dado o seu papel crítico que até um determinado ponto desempenha. Alguns partilham da visão de que a dependência financeira do Movimento ao Estado constitui mecanismo que institucionaliza o clientelismo no interior da organização, contribuindo para alicerçamento do compadrio e estimulando o desvio de finalidades. Para estes, essa ação teria como consequência a desmobilização da organização ou, por outro lado, diminuiria o impacto da sua ação na busca pela consolidação democrática, um de seu objetivo primordial. Enquanto isso, outros partilham da visão contrária, entendendo que isso poderia constituir num mecanismo para ampliar a atuação da organização e auxiliando o Estado na sensibilização e integração das populações. Todavia, enquanto que para os primeiros (“autonomistas radicais”) a sociedade civil deve construir sua ação dependendo de forma exclusiva a financiamentos externos provenientes de organizações internacionais e na ausência desses fundos, simplesmente, o funcionamento do movimento entraria em crise; o segundo grupo (“autonomistas não radicais ou reconciliadores”) percebe na relação com o Estado um mecanismo para ampliar o poder de seu alcance atingindo de forma efetiva os seus objetivos. Neste segundo caso, o funcionamento da organização seria contínuo, pois não teria carência de recursos para suportar os seus eventos em curso já que seu fundo não provém exclusivamente de atores internacionais.

Da mesma forma, a preocupação com a autonomia dessa e demais organizações foi também partilhada pelo Semedo (2020), ao afirmar que a ação do movimento nacional inaugurou a primeira fase do ativismo político no país, articulando redes e atores para enfrentar desafios impostos por atores políticos e militares que motivaram a guerra civil (Semedo, 2020). No entanto, nas percepções dele a organização não tem mais as mesmas configurações que tinha aquando da sua criação, porque não tem se mobilizado para manifestações e protestos públicos. Segundo ele, essa atitude tem a ver com uma estratégia na qual a organização procura sobreviver. Além do mais, ao abordar sobre desafios que movimentos e organizações sociais enfrentam na Guiné-Bissau, o autor elenca a falta de uma autonomia financeira como um dos problemas inerentes aos obstáculos que estas organizações enfrentam.

Em todo caso, ambos os lados sobre esse fato têm suas posições embasadas em ações concretas cujas consequências são passíveis de observação ao longo da atuação da organização.

Argumentos como o deste último autor consideram que, em um país instável politicamente, na qual os atores políticos são movidos pelo ego autoritário, lutando o tempo todo para se conservar no poder, a cooptação da sociedade civil seria uma conquista abissal, uma vez que não teriam nenhum ator independente que lhes pressionasse no sentido de cumprir com as demandas sociais. No entanto, cabe frisar aqui que a interação entre sociedade civil e estado, seja em contextos híbridos assim como em países democráticos não se traduz automaticamente em cooptação como demonstra a literatura anteriormente discutida. Para assim o ser, seria imperativo observância de diversas variáveis que pudessem confirmar ou não a cooptação.

Outra observação no que tange a essa questão tem a ver com as críticas dirigidas não só a atuação do movimento nacional, mas de várias outras organizações da sociedade civil do país: essas críticas enaltecem o silêncio perante alguns atos que violam as leis democráticas. A preocupação com o caráter e o posicionamento assumido pelo movimento em algumas ocasiões, particularmente em momentos cruciais na qual decorrem violações de ordens constitucionais, de direitos humanos e violações de preceitos democráticos fazem reforçar estas críticas. No entanto, cabe frisar que, além de constantes repressões que induzem a não mobilização para protestos públicos por parte dos atores da sociedade civil, o referido “silêncio” deriva, em alguma medida, do caráter apolítico assumido pela organização. O forte anseio a neutralidade na esfera política por parte da organização, reflete em posicionamentos que se limitam em condenações dos atos e apelos ao bom senso dos atores, não em realizar ações que transcendam os comunicados e conferências de imprensa. Somando-se a isso também, as narrativas articuladas para deslegitimar denúncias ou protestos de organizações sociais.

Em certa medida, essas posições não são o suficiente para fazer face a estrutura autoritária do Estado, contudo, é nela que o movimento discerne estratégia de luta para atingir seus objetivos, sem ao menos cair no “radicalismo”, que por efeito, possam colocar em risco a vida de seus atores ou a vida de cidadãos que aderirem à sua luta.

Portanto, insta salientar que, como frisado por Teixeira, na relação entre o Estado e organizações sociais falta ações concretas do primeiro para o segundo (Teixeira, 2016). Ou seja, “[...] o problema não é a falta de relações ou de parcerias formais, mas de ações concretas em direção às relações, para dar visibilidade e legitimidade, criar novos espaços e valorizar as organizações da sociedade civil, onde o desejo da democracia de *djuntamon*, ou parceria, poderia se tornar mais efetivo [...]” (Teixeira, 2016. p. 9). Da mesma forma também, o problema não é a falta de uma estrutura organizacional eficiente e nem da vontade dos atores do movimento nacional em ampliar os espaços de participação ou do combate a violências de todo caráter, mas de desafios cotidianos que esses atores são sujeitos a enfrentar. Repressões, perseguições,

sequestros etc. ações que induz o movimento a uma procura incessante de autonomia, descolado de dependência do Estado, sobretudo, dependências materiais e financeiras.

A potencialização desta organização pode constituir mecanismo importante para a ampliação de espaços de participação social, de respeito a liberdades civis e direitos políticos dos cidadãos, sendo, no entanto, forma para derruir o autoritarismo competitivo e consolidar o sistema democrático. Porém, os atores no governo não voltam seu interesse para esse caso, na verdade atuam de modo inverso, procurando a partir das organizações da sociedade civil convivência com ações antidemocráticas, em caso de insucesso, cria-se mecanismos institucionais para legitimar represálias, como abordamos na subseção “protestos de rua”.

Este trabalho procurou contribuir com o debate sobre a atuação de organizações sociais na Guiné-Bissau, tendo como caso pesquisado o MNSCPDD. Entretanto, lança-se aqui o desafio de mais abordagens hermenêuticas sobre o assunto procurando analisar casos específicos de outras organizações sociais. Entendemos que, apesar de uma abordagem mais geral sobre o assunto possa explicar as características da atuação destas organizações em meio ao conturbado contexto político, investigações focais podem ainda mais captar desafios internos de cada caso, pois cada organização lida com seus desafios do seu modo e, além do mais, os desafios e estratégias de ação das organizações sociais não são homogêneas. Portanto, a presente pesquisa não apenas atende aos objetivos propostos, mas também representa um ponto de partida vital para futuros avanços e desenvolvimentos neste campo de estudo dinâmico e multifacetado.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, v. 57, p. 325-357, 2014.

ALMEIDA, Paul D. Opportunity Organizations and Threat-Induced Contention: Protest Waves in Authoritarian Settings. The University of Chicago Press. **American Journal of Sociology**, Vol. 109, No. 2 (September 2003), pp. 345-400.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, p. 21-41, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Miguel de. A Sociedade Civil face ao processo de democratização e o desenvolvimento na Guiné-Bissau (1991-2011). **Africana Studia: Revista Internacional de Estudos Africanos**, n. 18, p. 71-82, 2012.

BOSCHI, Renato Raul. **A Arte da Associação: Política de Base e Democracia no Brasil**. Iuperj, 1987.

BUNCE, Valerie J. WOLCHIK, Sharon L. Defeating Dictators: Electoral Change and Stability in Competitive Authoritarian Regimes. **World Politics**, v. 62, n. 1, p. 43-86, 2010.

BUSSOTTI, Luca; MUTZENBERG, Remo. Movimentos sociais, Estado e Sociedade Civil em África. Considerações introdutórias. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 31, p. 7-14, 2016.

CARDOSO, Carlos. A Transição Democrática na Guiné-Bissau: Um Parto Difícil. **Lusotopie**, v. 2, n. 1, p. 259-282, 1995.

CARDOSO, Carlos. Sociedade Civil, Espaço Público e Gestão de Conflitos: o Caso da Guiné-Bissau. In: **Conferência Geral de Codesria**. 2008. p. 08.

CARDOSO, Carlos. **A Formação da Elite Política na Guiné-Bissau**. Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), 2002.

CARLOS SÁ, Vanilton; MARTINEZ, Luciano. A Evolução das CONSTITUIÇÕES e as Instabilidades Políticas na República da Guiné-Bissau. **Direito UNIFACS–Debate Virtual**, n. 278, 2023.

CARLOS, Euzeneia. Movimentos Sociais e sistema político nas teorias dos movimentos Sociais. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 17, n. 1, 2015.

CARVALHO, Celisa dos Santos Pires. **Guiné-Bissau: a Instabilidade Como Regra**. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Governança). Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2014. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/5960/1/Celisa%20Carvalho%20-%20Disser%20-%20Mestrado.pdf>. Acesso: 24/02/2024.

ÇÜNGÜRLÜ, Fatih M. **Autocratic Consolidation in Competitive Authoritarian Regimes Through Party-Social Movement Alliances**. 61 f. Masters (Masters of Arts in International Relations). Department of International Relations, Central European University, 2021. Disponível em: https://www.etd.ceu.edu/2021/cungurlu_fatih.pdf acesso em: 20/05/2023.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**. Participação e Oposição. São Paulo: Editora da USP, 2005.

DIAMOND, Larry. Thinking about hybrid regimes. **J. Democracy**, v. 13, p. 21, 2002.

FADAE, Simin. Bringing in the South: towards a global paradigm for social movement studies. **Interface**, v. 9, n. 2, p. 45-60, 2017.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre. Artmed, 2009.

FORREST, Joshua B. Autonomia Burocrática, Política Económica e Política Num Estado 'Suave': O Caso da Guiné-Bissau Pós-Colonial. **Soronda: Revista de Estudos Guineenses**, v. 15, p. 57-96, 1993.

GIBBS, Graham. **Análise de Dados Qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009. (Coleção Pesquisa qualitativa / coordenada por Uwe Flick).

GIERSDORF, Stephan; CROISSANT, Aurel. Civil Society and Competitive Authoritarianism in Malaysia. **Journal of Civil Society**, v. 7, n. 1, p. 1-21, 2011.

GOLDSTONE, Jack Andrew; TILLY, Charles. Threat (and opportunity): Popular action and state response in the dynamics of contentious action. In: **Silence and voice in the study of contentious politics**. 2001. p. 179.

GOMES, Antonieta R. O Poder Militar e a Desedificação do Estado de Direito e da Democracia na Guiné-Bissau. In Congresso Ibérico de Estudos Africanos, 7º, 2010, Lisboa. Disponível em: **Anais** [...] <https://core.ac.uk/download/pdf/38680264.pdf>. Acesso em: 16/08/2023.

GURZA LAVALLE, Adrian; VON BÜLOW, Marisa. **Sociedade civil e Institucionalização da Intermediação: Brokers Diferentes, Dilemas Semelhantes**. 2014.

HOWARD, Marc Morjé; ROESSLER, Philip G. Liberalizing electoral outcomes in competitive authoritarian regimes. **American Journal of Political Science**, v. 50, n. 2, p. 365-381, 2006.

JENKINS, J. Craig; JACOBS, David; AGNONE, Jon. Political opportunities and African-American protest, 1948–1997. **American Journal of Sociology**, v. 109, n. 2, p. 277-303, 2003.

KOOPMANS, Ruud. Dynamics of repression and mobilization: The German Extreme Right in The 1990s. **Mobilization: An International Quarterly**, v. 2, n. 2, p. 149-164, 1997.

KOUDAWO, Fafali. Sociedade Civil e Transicao Pluralista na Guiné-Bissau 1991-1996. In. KOUDAWO, Fafali. MENDY, Peter (eds.). **Pluralismo Político na Guiné-Bissau: Uma Transição em Curso**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1996.

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan A. **Competitive Authoritarianism: Hybrid Regimes After The Cold War**. Cambridge University Press, 2010.

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan A. The rise of Competitive Authoritarianism. **Journal of Democracy**, v. 13, p. 51, 2002.

LORENTZEN, Peter L. et al. Regularizing Rioting: Permitting Public Protest in an Authoritarian Regime. **Quarterly Journal of Political Science**, v. 8, n. 2, p. 127-158, 2013.

MATOS, Ana Raquel. Democracia, participação cidadã e políticas públicas: uma avaliação a partir das ações de protesto. Configurações. **Revista Ciências Sociais**, n. 10, p. 69-82, 2012.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova: revista de cultura e política**, p. 11-48, 2009.

MENDY, Peter Karibe. A Emergência do Pluralismo Político na Guiné-Bissau. In. KOU-DAWO, Fafali. MENDY, Peter (eds.). **Pluralismo Político na Guiné-Bissau: Uma Transição em Curso**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1996.

MENDY, Peter Karibe. A Herança Colonial e o Desafio da Integração. **Soronda: Revista de Estudos Guineenses**, v. 16, p. 03-37, julho 1993.

MEYER, David S. Protest and Political Opportunities. **Annu. Revista de Sociologia**, v. 30, p. 125-145, 2004.

MONTEIRO, Artemisa Odila Cande. **Discurso nacional e etnicidade em África: o caso da Guiné-Bissau (1959-1994)**. Editora Appris, 2019.

NÓBREGA, Álvaro. A Luta Pelo Poder na Guiné-Bissau. **Lisbon: Technical University, Higher**, 2003.

OLIVEIRA, Marília Silva de. Movimentos sociais em interação com partidos políticos: a experiência do movimento ambientalista com o Partido dos Trabalhadores. **Opinião Pública**, v. 27, p. 585-622, 2021.

PENIDO, Ana; KALIL, Suzeley. Protestos: Questão de Políticas, Não de Polícia. **Revista Direito e Práxis**, v. 14, p. 28-56, 2023.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. Movimentos Sociais, Partidos Políticos e Políticas Públicas: Princípios e Dimensões Analíticas a Partir do Caso das Relações Entre Movimento LGBT+ e PT. **Novos estudos CEBRAP**, v. 41, p. 467-486, 2022.

REUTER, Ora John; ROBERTSON, Graeme B. Legislatures, cooptation, and social protest in contemporary authoritarian regimes. **The journal of politics**, v. 77, n. 1, p. 235-248, 2015.

RUDEBECK, Lars. **Colapso e reconstrução política na Guiné-Bissau 1998-2000: um estudo de democratização difícil**. Nordiska Afrikainstitutet, 2001.

SEIDI, Umaro. **Violência Em Protestos: Movimentos Sociais, Ciclos de Protestos e Ação Policial na Guiné-Bissau 2015-2020**. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (bacharelado em Humanidades) Instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira (UNILAB), Redenção, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/3185/MONOGRRAFIA%20UMARO%20%20--%20Final%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17/02/2024.

SEMEDO, Rui Jorge. Ativismo Político-social e Crise Institucional na Guiné-Bissau: Caso do MCCI, Bassora di Povu, O Cidadão e Voz do Cidadão do Mundo. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 40, p. 13-36, 2020.

SEMEDO, Rui Jorge. O Estado de Guiné-Bissau e os Desafios Político-Institucionais. **Tensões Mundiais**, v. 7, n. 13, p. 95-136, 2011.

SILVA, Érica Quinaglia; LIONÇO, Tatiana. Cuidados Éticos na Pesquisa Social: Entre Normas e Reflexões Críticas. **Amazônica-Revista de Antropologia**, v. 10, n. 2, p. 588-609, 2018.

SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson de Lima. A Face Oculta (da) dos Movimentos Sociais: Trânsito Institucional e Intersecção Estado-Movimento-Uma Análise do Movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, v. 13, p. 86-124, 2011.

SOUSA CORDEIRO, Roberto. **Dança de Cadeira: Golpes de Estado Entre o Autoritarismo e a Democracia Guineense**, 2009. Disponível em: <https://www.didinho.org/Arquivo/Dancadecadeira.pdf>. Acesso em: 07/08/2023.

SOUZA CORDEIRO, Roberto. **A Constituição Guineense do Período da Transição Política e as Prerrogativas Militares à Luz Dela: Legados Autoritários**. Portugal, p. 1 - 10, 20 ago. 2010. Disponível em: <https://www.didinho.org/Arquivo/Artigosobreasprerrogativasmilitares-naGuineBissau.%5B1%5D.pdf> acesso em: 04/10/2023.

TARROW, Sidney. O Poder em Movimento. **Movimentos Sociais e Confronto Político. Petrópolis: Editora Vozes**, 2009.

TARROW, Sidney; TILLY, Charles; MCADAM, Doug. **Dynamics of Contention**. Cambridge University. 2001.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. Estado e Sociedade Civil em Cabo Verde e Guiné-Bissau: *Djuntamon* para novas relações. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 31, p. 115-141, 2016.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Tiro na democracia: Uma Análise Sobre o Processo de Transição Democrática na Guiné-Bissau, 1994-2007**. Disponível em: <https://www.didinho.org/Arquivo/TIRONADEMOCRACIA.htm>, acesso em: 17/10/2023.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: As Relações Entre a Sociedade Civil e o Estado**. Editora UFPE, 2015.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Sociedade civil e Democratização na Guiné Bissau, 1994-2006**. Dissertação (Mestrado Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9297/1/arquivo4096_1.pdf. Acesso em: 24/02/2024.

TILLY, Charles. **Democracia**. Tradução de Raquel Weiss. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

TILLY, Charles. Movimentos Sociais Como Política. **Revista brasileira de Ciência Política**, n. 3, p. 133-160, 2010.

TILLY, Charles. **Regimes and Repertoires**. University of Chicago Press, 2006.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney G. **Contentious Politics**. Oxford University Press, 2015.

VINUTO, Juliana. A amostragem em Bola de Neve na Pesquisa Qualitativa: um Debate em Aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

VLADISAVLJEVIĆ, Nebojša. Competitive authoritarianism and popular protest: Evidence from Serbia under Milošević. **International Political Science Review**, v. 37, n. 1, p. 36-50, 2016.

WALLE, Nicolas Van de et al. Elections Without Democracy. Africa's Range of Regimes. **Journal of Democracy**, v. 13, n. 2, p. 66-80, 2002.

WAY, Lucan Ahmad. LEVITSKY, Steven. How autocrats Can Rig the Game and Damage Democracy. **Washington Post**, v. 4, 2019. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2019/01/04/how-do-you-know-when-a-democracy-has-slip-ped-over-into-autocracy/> acesso em: 19/10/2023

WESP, Mateus José de Lima. **Regimes Políticos de 1964 a 1988 no Brasil**. 2013.

YIN, Robert K. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. Trad. Daniel Grassi 2ª edição. Bokman, Porto Alegre (2001).

ANEXO B – CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA ELEITORAL

Código de Conduta e Ética Eleitoral

I-PREÂMBULO

A Guiné-Bissau, um país de 36. 125 km, tendo alcançado a sua independência em 1973 através da luta armada. Actualmente o país situa-se em 172º lugar no ranking de desenvolvimento humano de PNUD. A sua população estimada em mais de 1'800'000 habitantes, 64% vive no limiar da pobreza, 70% em zona rural e 30% nas zonas urbanas.

O País foi dirigido durante 20 anos por um regime monopartidário, tendo adoptado o regime multipartidário em 1991.

Com a institucionalização de regime democrático foram realizadas mais de 6 eleições presidenciais e legislativas. Salvo o mandato de Presidente José Mário Vaz(2014-2019), nenhum outro (Presidente eleito ou Parlamento) chegaram a termo do mandato; e a maioria foi interrompida por subversão da ordem constitucional, nomeadamente o não respeito pela vontade popular, conflitos violentos ou mortes dos presidentes da República.

O histórico da participação dos eleitores nos actos eleitorais desde a primeira eleição na Guiné-Bissau, é deveras preocupante. A taxa de abstenção apresenta uma curva ascendente, de eleição a eleição. Esta ascensão é mais expressiva na última eleição de 2019. Num universo que 761'676 inscritos, votaram somente 72,67% que corresponde a 553'521 eleitores. Assim, a ABSTENÇÃO foi de 27,33% do total dos inscritos enquanto potenciais eleitores; significa isto que 208'155 cidadãos com capacidade eleitoral activa, não votaram. As razões desta ascensão e elevada taxa de abstenção são várias. O alto índice de analfabetismo, constitui outro ponto fraco no nosso sistema democrático. A manipulação e o incentivo aos discursos de ódio tem aumentado, visto que a maioria dos cidadãos eleitores não conhece os seus direitos e deveres cívicos. A par disso, tem havido um aumento da desinformação, calúnias e difamações entre a classe política e seus apoiantes, o que afecta a necessidade da união e convivência sã entre os cidadãos.

Uma campanha de informação e de sensibilização isenta e pacífica aos cidadãos, sobretudo aos eleitores, são factores que podem contribuir na prevenção dos conflitos por um lado e por outro ao exercício pleno da cidadania.

Em Dezembro de 2022 o Presidente da República através de Decreto Presidencial marcou as eleições legislativas para o dia 04 de Junho de 2023.

A realização das eleições legislativas marcadas para o dia 04 de Junho de 2023 constituiu um imperativo categórico para fazer o País voltar à normalidade constitucional com pleno funcionamento dos órgãos da soberania.

Mais uma vez os guineenses com capacidade eleitoral activa, serão chamados para cumprirem os seus deveres cívicos enquanto cidadãos através de um processo legal e político para elegerem os próximos governantes, conferindo-lhes a legitimidade de decidirem em nome daqueles que os elegeram para gerir os recursos deste País em nome e para o bem dos GUINEENSES.

Pelos motivos supra expostos e uma vez que a legitimidade eleitoral é mais acentuada quando as eleições são livres e justas, com expressiva participação popular e amplo respeito pelas leis, torna-se necessário a adopção de um Código de Conduta e Ética Eleitoral (CCEE) que seja reconhecido por todos.

Assim, os principais protagonistas do processo, ou seja, os partidos políticos e os seus apoiantes, a Sociedade Civil e a Comunidade Internacional, com o fito de promover uma postura cidadã de ética e responsabilidade se engajam com o objectivo de contribuir para que as eleições legislativas previstas para o dia 4 de Junho do corrente ano decorram num clima de Paz e Tranquilidade e que sejam Livres, Justas e Transparentes, dentro do quadro democrático e de respeito pelos direitos e as liberdades fundamentais dos cidadãos.

Outrossim, é da livre vontade dos partidos políticos, o Movimento Nacional da Sociedade Civil, GOSCE, Plataforma Política das Mulheres, Federação das Associações de Pessoas com Deficiência, WANEP-GB, VOZ DE PAZ, RENARC, AMPROCS, a Comissão Nacional das Eleições, e todas as partes interessadas, a adopção, o reconhecimento do carácter vinculativo e o comprometimento em cumprir com o presente Código de Conduta e Ética Eleitoral (CCEE) que tem o seu fundamento na Lei N.º3/98 de 23 de Abril.

II- CONDUTA E ÉTICA ELEITORAL

1. O Respeito da Legalidade Democrática

- a) O processo eleitoral deve ser conduzido de forma pacífica, democrática e transparente;
- b) Os partidos políticos signatários do presente Código de Conduta e Ética Eleitoral reiteram o seu respeito inequívoco a Constituição da

República da Guiné-Bissau e as leis ordinárias em vigor no país, mormente a lei Eleitoral e demais normas regulamentadoras do processo eleitoral;

c) Todos os partidos gozam dos mesmos direitos e são sujeitos ao mesmo tratamento, assistindo-lhes assim o direito de exercer as liberdades de expressão, de movimento e de associação, não devendo as suas reuniões, comícios ou outras formas de contacto com o eleitorado serem importunados por outras candidaturas ou por agentes enviados por grupos adversários.

d) Todos os partidos políticos gozam de igual oportunidade de acesso à cobertura da imprensa por parte dos órgãos do sector público e privado.

e) As forças de Segurança, quando for necessário com o apoio das forças de defesa, devem garantir a segurança pública de todos os intervenientes eleitorais, sem discriminação e devem actuar no sentido de proteger os direitos humanos, prevenir e combater a violência eleitoral, sem qualquer discriminação.

f) Os bens públicos, nomeadamente, as instalações, os transportes, combustíveis, entre outros, não devem ser usados para serviço de quaisquer candidatos as eleições.

g) Os partidos políticos signatários comprometem-se a recorrer aos procedimentos legais para a resolução de quaisquer litígios eleitorais.

2. Conduta durante a campanha Eleitoral

Os subscritores do presente Código de Conduta e Ética Eleitoral comprometem-se a:

a) Trabalhar no sentido de preservar a paz e a estabilidade, promover o respeito pelos direitos e as liberdades fundamentais e evitar a violência política no decurso das campanhas eleitorais quer elas venham dos adversários, quer venham das estruturas de apoio aos candidatos;

b) Evitar a utilização de linguagens susceptíveis de incitar ou provocar actos de violência durante o processo eleitoral ou a intimidação a outros concorrentes.

e) Reconhecer ao Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz Democracia e o Desenvolvimento a competência para monitorizar e fiscalizar o cumprimento do presente código, devendo este denunciar qualquer comportamento que possa por em causa a estabilidade durante e depois das eleições.

Feito em Bissau, 12 de Maio de 2023.

Signatários;

Nº	DESIGNAÇÃO	ASSINATURA
1.	APU-PDGB	
2.	PDD-MP-GUINÉ-NOBO	
3.	APR	
4.	PUSD	
5.	RGB	
6.	COLIGAÇÃO PAI-TERRA RANGA	
7.	MADEM-G-15	
8.	PUN	
9.	PTG	
10.	PRID	
11.	PND	
12.	FREPASNA	
13.	PALDG	
14.	COLIDE-GB	
15.	PMP	
16.	GD	
17.	PNP	
18.	PAPES	
19.	MSD	
20.	PRS	
21.	CNA	
22.	PLGB	

c) Não publicar ou disseminar alegações falsas, difamatórias ou insultuosas em relação a outros partidos ou coligações e seus representantes ou membros;

d) Dar instruções as instituições ou estruturas que os apoiam, no sentido de não cobrir, retirar ou suprimir cartazes ou materiais de propaganda de outros candidatos;

e) Instruir os seus apoiantes a evitarem o recurso da violência ou intimidação durante o processo eleitoral;

f) Absterem-se de discursos ou apelos ao voto susceptíveis de provocar a segregação racial, étnico-tribal, religiosa, regional e de qualquer outra natureza política, social e cultural.

II-ACEITAÇÃO DOS RESULTADOS ELEITORAIS

Os partidos políticos ou coligações subscritores do presente Código de Conduta e Ética Eleitoral assumem solenemente aceitar os resultados das eleições sufragadas pelo Povo e comprometem-se a interpor quaisquer reclamações ou recursos pelas vias consagradas nas leis e aceitar o seu veredicto.

III-RESPEITO DO CODIGO DE CONDUTA E ETICA ELEITORAL

Os subscritores do presente Código de Conduta e Ética Eleitoral comprometem-se:

a) Respeitar escrupulosamente o presente Código de Conduta e Ética Eleitoral;

b) Contribuir para a sua divulgação e observância plena;

c) Instruir e responsabilizar as instituições, estruturas e os seus apoiantes em geral com vista ao cumprimento integral do presente Código de Conduta e Ética Eleitoral;

d) Exercer os direitos que o presente Código de Conduta e Ética Eleitoral lhes outorga com máxima diligência;

Nº	DESIGNAÇÃO	ASSINATURA
01	Movimento da Sociedade Civil (MOVIMENTO)	
02	GOSCE	
03	Plataforma Política das Mulheres	
04	Federação das Associações de Pessoas com Deficiência	
05	WANEP-GB	
	VOZ DE PAZ	
07	RENARC	
08	AMPROCS	

ANEXO C - COMUNICADOS À IMPRENSA DO MNSCPDD



MOVIMENTO

Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz, Democracia e Desenvolvimento

COMUNICADO À IMPRENSA

É com bastante estupefação que o Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz, Democracia e Desenvolvimento, tomou conhecimento através dos órgãos de comunicação social do RAPTO e ESPANCAMENTO que foi alvo o ativista político – **Dr. Sana Canté**, nos arredores da cidade de Bissau, aquando da sua chegada a Bissau, proveniente de Portugal, no dia 18 do presente mês de Março do ano em curso (6ª feira), por indivíduos não identificados.

Igualmente, o Movimento acompanhou através dos média a situação da realização do Xº Congresso do PAIGC, tendo as forças policiais invadido a sede dos libertadores, lançando gás lacrimogénio e espancamento das algumas pessoas, consequentes ferimentos, criando pânico e desordem. Outrossim, segundo informações, as forças policia alegam cumprir uma ordem a pedido de Magistrado judicial.

Havendo a denuncia do Sindicato de Magistrados no seu comunicado à imprensa, sobre as ameaças nas rcdes socios, a que estão sendo alvo os seus membros nomeadamente magistrado - Drº. Lassana Camará e juiz - Drº. Lassana Camará respetivamente.

Considerando que a Guiné-Bissau, enquanto Estado de Direito Democrático, proclama a sua fé nos valores e princípios que regem qualquer Estado como tal identificado e, por isso, tem o sagrado dever de garantir a segurança e a justiça aos seus cidadãos, particularmente aos que, pela natureza da sua atividade social, são mais expostos.

Tendo em conta que a protecção dos direitos civis e politicos, inclusive dos opositores, inscreve-se no conjunto dos deveres solenes incumbidos ao Estado.

Perante a gravidade dos casos e atento o acima exposto, o Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz, Democracia e Desenvolvimento, deliberam o seguinte:

- 1. Condenar veementemente o rapto e o espancamento a que foi alvo o activista político, Drº Sana Canté, manifestando-lhe total solidariedade;**

Movimento E-mail: movimentosc@yahoo.com.br Sede: Rua Severino Gomes de Pina (Antigo Ministério da Função Pública – ao lado da UNTG), Tel. (245) 96-661-1995/95-536-3351/95-546-96-33 - Bissau
República da Guiné-Bissau



MOVIMENTO

Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz, Democracia e Desenvolvimento

2. Exigir o Governo, particularmente o Ministério do Interior, a identificação dos envolvidos neste caso e denunciar os seus atores materiais e morais;
3. Exigir a Procuradoria-Geral de República, enquanto titular de acção penal, a abertura do competente inquérito penal com vista a apurar a responsabilidade dos implicados no caso de rapto e espancamento do Drº Sana Canté;
4. Manifestar a solidariedade para com os vítimas de espancamento e ferimentos na sequência da atitude desproporcional das forças policiais na Sede Nacional do PAIGC em torno da situação de realização do seu Xº Congresso lamentavelmente;
5. Encorajar ao PAIGC a utilizar todos os mecanismos legais e constitucionais por forma a viabilizar a realização do seu Xº Congresso num clima de Paz e Segurança;
6. Congratular com o Comunicado à Imprensa do Sindicato de Magistrados; e
7. Apelar a justiça celere, isenta e transparente sobre o caso que pende da realização do Xº Congresso do PAIGC.

Bissau, 22 de Março de 2021

A Direção Nacional do Movimento,





MOVIMENTO

Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz, Democracia e Desenvolvimento

COMUNICADO Á IMPRENSA

O Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz, Democracia e Desenvolvimento, acompanhou com profunda preocupação e dissabor a situação de assalto ao palácio de governo, perpetrado por um grupo de pessoas armadas, no dia 1 de Fevereiro de corrente ano.

O assalto ocorreu a quando da realização da reunião extraordinária do Conselho de Ministro que estava sendo presidida pelo Presidente da República, General Umaro Sissoco Embaló, na presença de Primeiro-ministro Eng.º Nuno Gomes Nabiam e de Membros do Governo. Igualmente, no palácio de governo encontravam vários funcionários, Jornalistas e alguns utentes;

O assalto ao palácio de governo traduz numa tentativa de golpe de Estado e subversão de ordem constitucional;

Considerando que, a Guiné-Bissau enquanto sujeito do direito internacional, proclamou a semelhança dos outros Estados modernos, a sua adesão aos princípios e valores universais da Democracia e do Estado de Direito Democrático;

Tendo em conta de que um dos corolários de Estado de Direito Democrático é a ascensão por via das urnas democraticamente ao cargo de poder político, aliás princípio constitucionalmente estabelecido;

Tomando ainda em consideração que o assalto ocorrido tem provocado várias mortes e feridos;

Assim, O Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Paz, Democracia e Desenvolvimento delibera:

- 1. Condenar com toda veemência a tentativa de golpe do Estado;**
- 2. Exortar a abertura de inquérito por forma a esclarecer as circunstâncias que ocorreram a tentativa de golpe do Estado e responsabilização dos seus autores morais e materiais;**

Movimento E-mail: movimentos@yahoo.com.br Sede: Rua Severino Gomes de Pina (Antigo Ministério da Função Pública - ao lado da UNTG), Tel (245) 96-661-1995/95-536-3351/95-553-6689 Bissau República da Guiné-Bissau



MOVIMENTO

Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz, Democracia e Desenvolvimento

3. **Apelar todas as forças vivas do país a estarem atentos e repudiarem todas as formas de violência e tentativa de subversão da ordem constitucional;**
4. **Manifestar a solidariedade aos órgãos da soberania e as nossas forças de defesa e segurança;**
5. **Encorajar as forças de defesa e segurança a prosseguirem postura republicana de submissão ao poder político instituído legalmente;**
6. **Endereçar as sentidas condolências as famílias enlutadas;**
7. **Instar ao Governo no sentido de apoiar os feridos com assistência médica e medicamentosa;**
8. **Exortar a população em geral a manter calma e serena, evitando qualquer situação de distúrbio e violência;**
9. **Apelar a comunidade Internacional a continuar acompanhar evoluir da situação sociopolítica do País.**

Bissau, 02 de Fevereiro de 2022.

A Direcção Nacional do Movimento,

